



**IFAP**

Instituto de Financiamento  
da Agricultura e Pescas, I.P.

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS**

**2017**

**IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.**

Presidente - Pedro Ribeiro

Vice Presidente - Nuno Moreira

Vogais - Maria José Moura

- Rui Martinho

**Contactos:**

R. Castilho, nº 45 - 51

1269-164 LISBOA

Tel: 213846000

Fax: 213846170

Website: [www.ifap.pt](http://www.ifap.pt)

E-mail: [ifap@ifap.pt](mailto:ifap@ifap.pt)

Coordenação Técnica:

Gabinete de Planeamento Estratégico

Área de Planeamento Estratégico e Projetos

Introdução .....	16
I Órgãos estatutários .....	18
1. Conselho Diretivo .....	18
2. Fiscal único .....	19
II Visão, Missão, Atribuições e Valores .....	20
1. Visão .....	20
2. Missão .....	20
3. Atribuições .....	20
4. Valores .....	21
III Recursos.....	22
1. Recursos humanos.....	22
1.1. Organograma .....	22
1.2. Caracterização .....	24
1.3. Formação profissional.....	26
1.4. Clima Organizacional.....	30
2. Recursos financeiros.....	31
3. Recursos materiais.....	34
3.1. Recursos imobiliários.....	34
3.2. Equipamento de transporte .....	35
3.3. Bens e serviços .....	36
IV Autoavaliação .....	38
1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) .....	38
2. Plano de Atividades.....	41
V Atividades desenvolvidas.....	49
1. Enquadramento.....	49
1.1. IFAP - Organismo pagador do FEAGA e FEADER .....	49
1.2. IFAP - Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP .	50
2. Intervenções no domínio do financiamento.....	52
2.1. Ajudas ao setor da agricultura.....	55
2.2. Ajudas ao setor da pesca .....	73
3. Controlo .....	76
3.1. Sistema integrado de gestão e controlo.....	76
3.2. Controlo administrativo.....	81
3.3. Controlo físico.....	82

3.4.	Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade .....	86
4.	Relacionamento com instituições comunitárias.....	93
4.1.	Auditorias comunitárias.....	93
4.2.	Comité dos fundos agrícolas .....	94
4.3.	Conferências.....	95
5.	Auditoria.....	97
6.	Área jurídica.....	97
7.	Comunicação e publicidade institucional .....	101
8.	Medidas de modernização administrativa.....	108
9.	Sistemas de Informação.....	110
10.	Sistema de Gestão de Segurança da Informação.....	113
11.	Participações sociais.....	113
VI	Contas.....	116
VII	Anexos.....	119
Anexo 1	- QUAR - Análise de resultados alcançados e dos desvios verificados .....	120
1.1.	Objetivos e indicadores.....	120
1.2.	Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados .....	121
1.3.	Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados .....	122
1.4.	Avaliação do sistema de controlo interno (SCI).....	123
1.5.	Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho ....	124
1.6.	<i>Benchmarking</i> de desempenho com serviços idênticos .....	125
1.7.	Audição de dirigentes intermédios e trabalhadores na autoavaliação .....	125
Anexo 2	- Plano de Atividades.....	126
2.1.	Departamento de Ajudas Diretas - DAD .....	126
2.2.	Departamento de Ajudas ao Investimento - DAI .....	127
2.3.	Departamento de Ajudas de Mercado - DAM .....	128
2.4.	Departamento de Controlo - DCO .....	129
2.5.	Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI.....	130
2.6.	Departamento de Sistemas de Informação - DSI.....	131
2.7.	Departamento Financeiro - DFI.....	132
2.8.	Departamento Jurídico - DJU .....	133
2.9.	Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR .....	134
2.10.	Gabinete de Auditoria - GAU.....	135
2.11.	Gabinete de Planeamento Estratégico - GPE.....	136
2.12.	Coordenação da Segurança da Informação - CSI.....	137
Anexo 3	- Pagamentos .....	138
Anexo 4	- Relacionamento com instituições comunitárias .....	154
Anexo 5	- Auditorias.....	157
Anexo 6	- Processos Jurídicos.....	160
Anexo 7	- Atividades no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança da Informação.....	163
Anexo 8	- Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários.....	166

Anexo 9 - Balanço Social .....	178
--------------------------------	-----

## Índice de quadros

Quadro 1 - Distribuição dos colaboradores por Departamento .....	26
Quadro 2 - Formação Presencial 2017 .....	27
Quadro 3 - Formação Presencial 2017 extra plano .....	28
Quadro 4 - Formação <i>e-learning</i> 2017 .....	29
Quadro 5 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental em 2016 e 2017 .....	31
Quadro 6 - Receitas previstas e receitas cobradas .....	32
Quadro 7 - Despesa orçamentada e despesa realizada .....	33
Quadro 8 - Tipos de imóveis .....	34
Quadro 9 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global .....	41
Quadro 10 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2016 e 2017 .....	55
Quadro 11 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola .....	55
Quadro 12 - Pagamentos efetuados ao setor da Pesca .....	73
Quadro 13 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2017 .....	79
Quadro 14 - Transferências de direitos RPB em 2016 e 2017 .....	
Quadro 15 - Resultado do controlo administrativo 2017 .....	81
Quadro 16 - Continente - Controlos <i>in loco</i> de superfícies, realizados nos anos 2016 e 2017 .....	83
Quadro 17 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2016 e 2017 .....	83
Quadro 18 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2017 .....	83
Quadro 19 - Continente - Controlos de animais, realizados nos anos de 2016 e 2017 .....	83
Quadro 20 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017 .....	84
Quadro 21 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017 .....	84
Quadro 22 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017 .....	84
Quadro 23 - Condicionalidade - Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), controlos da Campanha 2017 realizados em 2017 .....	84
Quadro 24 - FEADER - Controlos <i>in loco</i> de projetos de investimento, em 2017 .....	85

Quadro 25 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2017 .....	85
Quadro 26 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2017 .....	85
Quadro 27 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2017.....	85
Quadro 28 - Outros controlos realizados em 2017.....	86
Quadro 29 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2017 .....	90
Quadro 30 - Processos de pagamentos validados selecionados para controlo de qualidade prévio ao pagamento de apoios ao investimento, em 2017.....	90
Quadro 31 - Controlos de qualidade do controlo ajudas superfícies, realizados em 2017	91
Quadro 32 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas animais, realizados em 2017	92
Quadro 33 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2017 .....	92
Quadro 34 - Controlos de qualidade do controlo no âmbito dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas, financiados pelo FEAGA, realizados em 2017 ....	92
Quadro 35 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2017..	92
Quadro 36 - Balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2017 .....	117
Quadro 37 - Demonstração de resultados do exercício 2016 e 2017 .....	118
Quadro 38 - Total de Pagamentos efetuados no ano de 2017 .....	138
Quadro 39 - Total de Pagamentos - Setor Agrícola.....	138
Quadro 40 - Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados.....	139
Quadro 41 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Quadro resumo .....	139
Quadro 42 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Resumo .....	140
Quadro 43 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 1.....	140
Quadro 44 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 2.....	140
Quadro 45 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 3.....	141
Quadro 46 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 4.....	141
Quadro 47 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Quadro Resumo .....	141
Quadro 48 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 1 .....	142
Quadro 49 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 2 .....	143
Quadro 50 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 3 .....	143
Quadro 51 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 4 .....	144
Quadro 52 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos .....	144
Quadro 53 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 - Quadro resumo.....	144
Quadro 54 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 .....	145
Quadro 55 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Quadro resumo .....	145

Quadro 56 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 1 .....	146
Quadro 57 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 2 .....	146
Quadro 58 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 3 .....	146
Quadro 59 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos .....	147
Quadro 60 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ - Quadro resumo .....	147
Quadro 61 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ .....	147
Quadro 62 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Quadro resumo.....	148
Quadro 63 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 1 .....	148
Quadro 64 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 2 .....	148
Quadro 65 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 3 .....	149
Quadro 66 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Açores - Medidas antigas.....	149
Quadro 67 - POSEI .....	149
Quadro 68 - Medidas Veterinárias.....	150
Quadro 69 - Seguros.....	150
Quadro 70 - Outros Apoios - Agricultura .....	150
Quadro 71 - Linhas de Crédito.....	151
Quadro 72 - Vinho .....	151
Quadro 73 - Ajudas ao Setor da Pesca.....	151
Quadro 74 - Pescas - MAR 2020 .....	152
Quadro 75 - Pescas - PROMAR .....	153
Quadro 76 - Pescas - Pagamentos de bonificações de juros .....	153
Quadro 77- Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento .....	154
Quadro 78- Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores .....	155
Quadro 79- Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação.....	155
Quadro 80- Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo <i>Panta Rhei</i> .....	156

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2017 .....	24
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2017 .....	24
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2017.....	25
Gráfico 4 - Escalão etário dos colaboradores, em 31.12.2017 .....	25
Gráfico 5 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%).....	57
Gráfico 6 - N.º médio de dias para constituição dos processos de devedor, por ano.....	68
Gráfico 7 - N.º processos devedor constituídos, por ano/programa.....	68

## Glossário de Siglas

SIGLA	DESCRITIVO
AAIF	Área de Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas
AG	Autoridade de Gestão
AJAP	Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
AMA	Agência de Modernização Administrativa
AOV	Aluguer Operacional de Veículos
APEP	Área de Planeamento Estratégico e Projetos
APP	Application Software
ARCC	Área de Relações Comunitárias e Comunicação
ATS	<i>Abstract Test Suite</i>
AVAC	Aquecimento, ventilação e ar condicionado
AZD	Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
BD	Base de Dados
CCCAM	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo
CCP	Código dos Contratos Públicos
CD	Conselho Diretivo
CE	Comissão Europeia
CEAGP	Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública
CFA	Comité dos Fundos Agrícolas
CIVE	Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CNCS	Centro Nacional de Ciber Segurança
CNJ	Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural
CSI	Coordenação da Segurança da Informação
CSSI	Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação
DAD	Departamento de Ajudas Diretas
DAI	Departamento de Apoios ao Investimento

SIGLA	DESCRITIVO
DAM	Departamento de Apoios de Mercado
DAS	<i>Déclaration d'Assurance</i>
DCO	Departamento de Controlo
DFI	Departamento Financeiro
DG AGRI	<i>Directorate-General for Agriculture and Rural Development</i>
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGI	Departamento de Gestão e Controlo Integrado
DGR	Departamento de Administração e Gestão de Recursos
DGT	Direção Geral do Território
DGTF	Direção Geral do Tesouro e Finanças
DJU	Departamento Jurídico
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
DSI	Departamento de Sistemas de Informação
ERR	Entidades Reconhecedoras de Regantes
ESA	Estrutura Segregada de Auditoria
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ETS	<i>Executive Test Suite</i>
FD	Funções Delegadas
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FEIIF	Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado
FTA	Florestação de Terras Agrícolas
GAFD	Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas
GAL	Grupo de Ação Local
GAU	Gabinete de Auditoria
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
IAMA	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas
IB	Identificação do Beneficiário
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

SIGLA	DESCRITIVO
IGAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INA	Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IRCA	Informação Relativa à Cadeia Alimentar
IRN	Instituto dos Registos e Notariado
iSIP	Plataforma informática do IFAP que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP)
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
JRC	<i>Joint Research Center</i>
LEADER	Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural
MAA	Medidas Agroambientais
MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
MAR 2020	Programa Operacional Mar 2020
MARE	Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Setor da Pesca
NACM	Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira
NAIN	Núcleo de Auditoria Interna
NAME	Núcleo de Apoios de Mercado
NAPI	Núcleo de Apoios ao Investimento
NCOM	Núcleo de Contas Comunitárias
NCPO	Núcleo de Condicionalidade e POSEI
NGFI	Núcleo de Gestão Financeira e Tesouraria
NIB	Número de Identificação Bancária
NIF	Número de Identificação Fiscal
NORD	Núcleo de Normalização e Desenvolvimento
NP	Norma de Procedimento
NPAC	Núcleo de Programação e Acompanhamento de Controlo
NPGM	Núcleo de Produção e Gestão Micro-Informática
NREAP	Novo Regime da Atividade Pecuária
NRV	Novo Regime da Vinha

SIGLA	DESCRITIVO
NUC	Núcleo
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
PAC	Política Agrícola Comum
PDRu	Plano de Desenvolvimento Rural
PDR 2020	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020
PISA	Programa Informático para a Saúde Animal
PJA	Pagamento para os Jovens Agricultores
PNASV	Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola
POC	Prémio por Ovelha e Cabra
POSEI	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade
PRE	Pagamento Redistributivo
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2007-2013
PRODERAM 2020	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020
PROMAR	Programa Operacional das Pescas 2007-2013
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2007-2013
PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2014-2020
PRODESA	Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico dos Açores
PU	Pedido Único de Ajudas
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REA	Regime Específico de Abastecimento
REAP	Regime de Exercício da Atividade Pecuária
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RPA	Regime da Pequena Agricultura
RPB	Regime de Pagamento Base
RRV	Reestruturação e Reconversão da Vinha
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

SIGLA	DESCRITIVO
SC	Seguro de colheitas
SEPA	<i>Single Euro Payments Area</i>
SFH-OP	Seguro de Frutas e Hortícolas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SI	Sistema de Informação
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGC	Sistema Integrado de Gestão e Controlo
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINGA	Sistema de Informação do IFAP. O mesmo que iSINGA.
<i>SINREAP</i>	Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária
SIP	Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário.
SIPACE	Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos
SIREAP	Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária
SMS	<i>Short Message Service</i>
SNGM	Sistema Nacional de Garantia Mútua
SNIRA	Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal
SSA	Sistema de Seguros Agrícolas
SSI	Segurança dos Sistemas de Informação
SVC	Seguro Vitícola de Colheitas
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TC	Tribunal de Contas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UADR	Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural
UAGD	Unidade de Administração e Gestão Documental
UAJE	Unidade de Ajudas Específicas
UAPO	Unidade de Acompanhamento de Programas
UCIA	Unidade de Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas
UCTC	Unidade de Contencioso
UCON	Unidade de Contabilidade
UDAD	Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados

<b>SIGLA</b>	<b>DESCRITIVO</b>
UDCC	Unidade de Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional
UDEV	Unidade de Devedores
UE	União Europeia
UFOR	Unidade de Formulários
UGCP	Unidade de Gestão de Compras e Património
UGM	Unidade Gestora de Medida
UGOP	Unidade de Gestão Operacional
UGQS	Unidade de Gestão de Meios, Qualidade e Segurança
UIGE	Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas
UIPA	Unidade de Identificação Parcelar
UJRD	Unidade Jurídica
UMIM	Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados
UOCO	Unidade de Orçamento e Controlo
UOPC	Unidade Operacional de Controlo
UORH	Unidade de Organização e Gestão de Recursos Humanos
UPAB	Unidade de Protocolos e Apoio ao Beneficiário
UPAD	Unidade de Pagamentos Diretos
UPRF	Unidade de Produtos Financeiros
UREC	Unidade de Recuperações
UREP	Unidade de Reengenharia e Processos
URPB	Unidade de Regime de Pagamento Base
USCP	Unidade de Sistemas, Comunicação e Produção
VITIS	Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas

No presente relatório são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) no decorrer do ano de 2017, bem como os resultados alcançados relativamente aos objetivos estabelecidos no Plano de Atividades e QUAR.

No setor Agrícola e Florestal, para além do cumprimento das funções de organismo pagador dos fundos agrícolas comunitários, o IFAP foi chamado a dar resposta a vários processos extraordinários de ajudas de emergência, nomeadamente, os apoios indemnizatórios aos pequenos agricultores atingidos por incêndios, o pagamento dos prejuízos causados por ataques de lobos a rebanhos, bem como o apoio suplementar aos beneficiários do gasóleo agrícola.

Durante o ano de 2017, o IFAP procedeu a pagamentos que ascenderam a um montante total de cerca de 1,5 mil milhões de euros, representado o setor Agrícola e Florestal cerca de 97% deste valor, num total de 1.4 mil milhões de euros. Deste montante, 679.6 milhões de euros destinaram-se a Ajudas diretas e Intervenções nos mercados, 586.6 milhões de euros a Apoios ao desenvolvimento rural e 103.8 milhões de euros ao POSEI.

Em 2017, foram apresentadas e submetidas cerca de 181 mil candidaturas do Pedido Único de ajudas, das quais aproximadamente 170 mil no Continente e 11 mil na Região Autónoma de Madeira.

No setor das Pescas, procedeu-se ao encerramento do PROMAR, operacionalizaram-se praticamente todas as medidas que compõem o programa do MAR 2020 e foi, ainda, possível executar cerca de 15% da despesa programada. No total, foram pagos 43.5 milhões de euros, quase na totalidade, ao abrigo do MAR 2020.

O IFAP é parte relevante de um sistema complexo de gestão e controlo, sendo a partilha de esforços, de meios e de informação com as restantes entidades que nele participam, essencial para otimizar o seu funcionamento e garantir a melhor aplicação dos recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento da Agricultura, das Florestas, das Pescas e do Mar, promovendo a sustentabilidade do mundo rural e das comunidades piscatórias.

O reforço do diálogo e da cooperação institucional e da colaboração com os parceiros sociais e organizações setoriais em geral é, neste contexto, vital para o IFAP e para o sucesso destes setores.

Ao nível internacional, o IFAP mantém a vice-presidência do grupo *Learning Network*, rede de cooperação instituída entre os Organismos Pagadores europeus, traduzindo o respeito que o Instituto tem granjeado inter pares e junto da própria Comissão Europeia.

Na vertente interna, o IFAP manteve, igualmente, a aposta na valorização dos seus recursos humanos, assegurando o reforço da formação.

O Relatório de Atividades integra o contributo de todos os colaboradores do Instituto, no âmbito das atividades que o IFAP realizou ao longo do ano de 2017, tendo em conta a sua missão e os objetivos estratégicos.

O IFAP, organismo de administração indireta do Estado, é dirigido por um conselho diretivo constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais.

O fiscal único atua como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Em 2017, os membros dos órgãos estatutários do IFAP eram os apresentados seguidamente.

### 1. Conselho Diretivo

#### **Presidente do IFAP**

Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-E/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, designado pelo Despacho nº 5901/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 21 de abril (publicado no Diário da República, II série, nº 86, de 6 de maio de 2014), de 21 de abril de 2014 a 31 de março de 2017.

#### **Vice-presidente**

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-C/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho, designado pelo Despacho nº 15710/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro (publicado no

Diário da República, II série, nº 251, de 30 de dezembro de 2014), de 15 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2017.

### **Vogais**

Maria José Rocha Peixoto de Moura, designada em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-D/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Rui Manuel Costa Martinho, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-F/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, designado pelo Despacho nº 97/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, nº 3, de 6 de janeiro de 2015), de 15 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2017.

Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes, designado pelo Despacho nº 10/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, nº 1, de 2 de janeiro de 2015), de 15 de dezembro de 2014 a 31 de março de 2017.

## **2. Fiscal único**

Foi designado fiscal único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

## II Visão, Missão, Atribuições e Valores

O IFAP é um Instituto Público de regime especial, criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, integrando a administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, encontrando-se sujeito à tutela do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, do Ministério do Mar, do Ministério das Finanças e do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

O Instituto é o Organismo Pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na aceção do artigo 7º do R.1306/2013, do Conselho. Pelo Decreto-Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser autoridade de certificação para o FEAMP e pelo Despacho nº 2650 - B/2016, organismo intermédio no âmbito do MAR 2020.

### 1. Visão

Acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade.

### 2. Missão

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

### 3. Atribuições

Através do Decreto-Lei nº 195/2012, alterado pela declaração de retificação nº 50/2012, foram estabelecidas as suas atribuições:

- a) Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC);
- b) Garantir o cumprimento da função de Organismo Pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);

- c) Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEAMP), bem como de organismo intermédio na aceção do Decreto-Lei nº 137/2014 e do Despacho nº 2650-B/2016;
- d) Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- e) Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

A Portaria nº 393/2012 definiu a organização interna do IFAP e aprovou os seus estatutos. Nesta Portaria encontram-se estabelecidas todas as competências comuns e específicas dos Departamentos e Gabinetes que constituem o IFAP.

#### 4. Valores

O IFAP prossegue a sua missão e visão sustentado em valores que caracterizam a atuação de todos os seus colaboradores, contribuindo para a consolidação da sua identidade organizacional perante cidadãos e parceiros:

**Integridade** - Ação pautada pela verdade, coerência e justiça e pela valorização de todas as pessoas de igual modo;

**Foco no serviço público** - Responsabilidade por criar valor para os cidadãos e gerir com seriedade a informação que lhe é confiada;

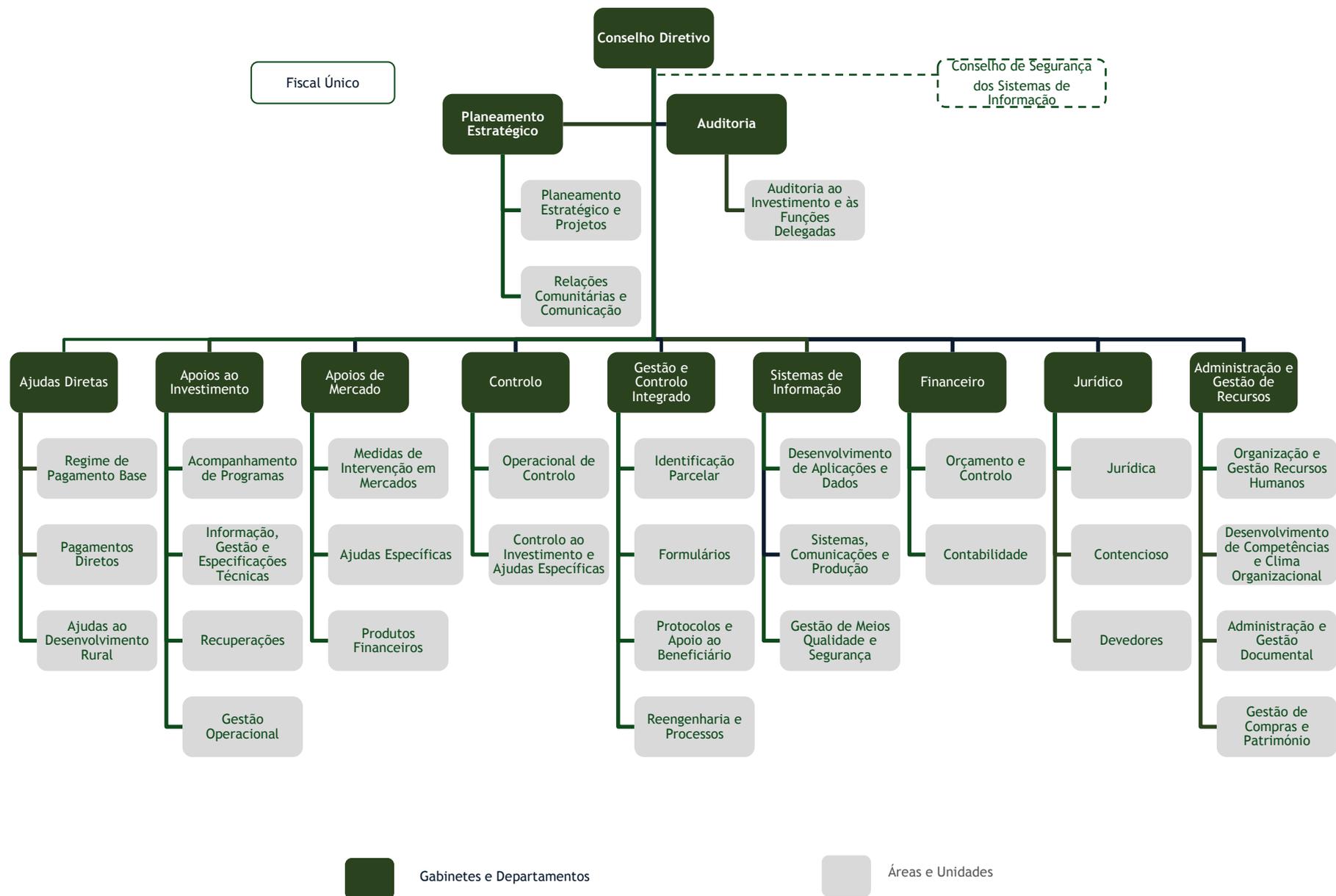
**Atitude** - Procura constante de oportunidades para desenvolver novas e melhores práticas;

**Profissionalismo** - Trabalho com dedicação, competência, capacidade de realização e elevados padrões de qualidade.

### 1. Recursos humanos

#### 1.1. Organograma

A estrutura do IFAP, que se mantém inalterada desde 2015, inclui 9 Departamentos, 2 Gabinetes, 3 Áreas, 28 Unidades e 14 Núcleos, é apresentada no seguinte organograma.

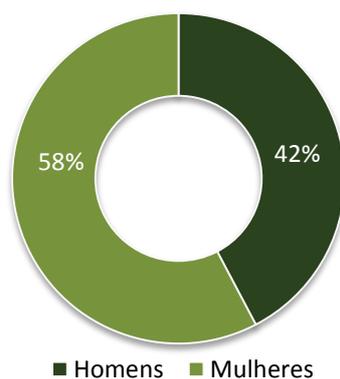


## 1.2. Caracterização

Em 31 de dezembro de 2017 exerciam funções no IFAP 563 colaboradores. Face ao ano anterior, este número representou uma redução de 1.1%.

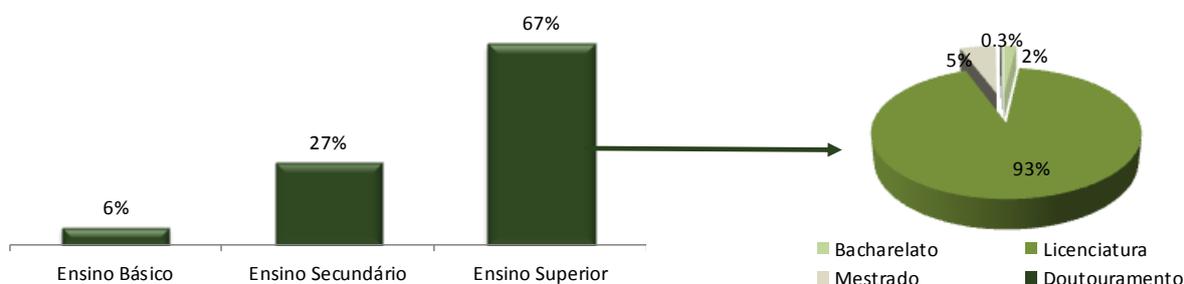
A distribuição entre géneros manteve-se idêntica, com 328 mulheres e 235 homens, representando 58% e 42%, respetivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2017



No que respeita ao nível de escolaridade, apresenta-se no Gráfico 2 a caracterização dos colaboradores do IFAP. Existem 376 colaboradores com habilitações ao nível do ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento), o que corresponde a 67% do total. Com habilitações ao nível do ensino secundário, existem 154 colaboradores, que representam 27% do número total, e ao nível do ensino básico, existem 33 colaboradores, correspondentes a 6% do total.

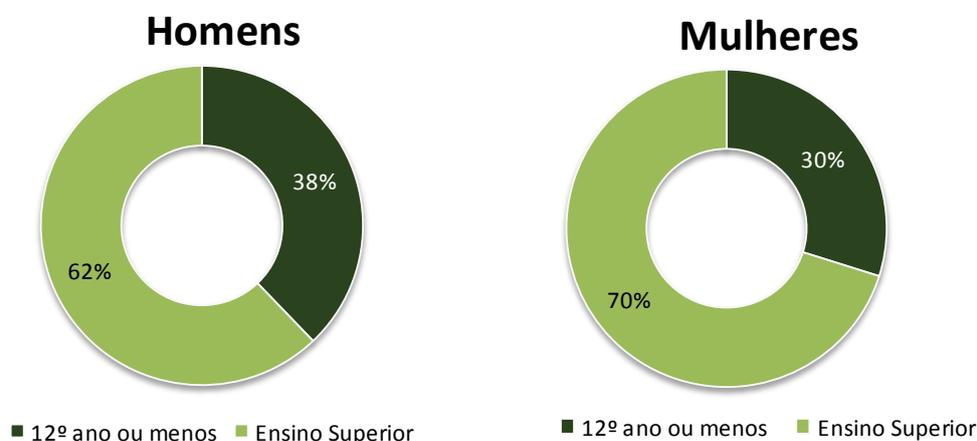
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2017



Combinando esta análise com o género, verifica-se que 70% das mulheres e 62% dos homens possuem escolaridade de nível superior. Comparando com

o ano anterior, houve um decréscimo de 1% no caso de mulheres com ensino superior e acréscimo de 1%, no caso dos homens (Gráfico 3).

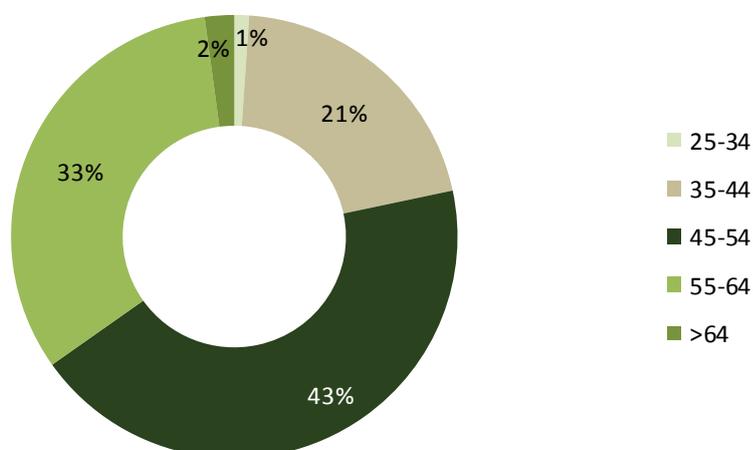
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2017



No que se refere ao escalão etário, manteve-se a maior representatividade do escalão dos 45-54 anos onde se enquadram 43% dos colaboradores do IFAP. A percentagem de colaboradores situados no escalão entre os 55 e os 64 anos também aumentou de 30% para 33%. Inversamente, o número de colaboradores na faixa etária dos 35 aos 44 anos baixou de 25% para 21%. A faixa etária entre os 25 e os 34 anos representa 1%.

A média de idades dos colaboradores do Instituto era, à data de 31 de dezembro de 2017, de 50.9 anos.

Gráfico 4 - Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2017



O Quadro 1 representa a distribuição dos colaboradores do IFAP por Departamento:

Quadro 1 - Distribuição dos colaboradores por Departamento

Departamento/Gabinete	Nº de colaboradores	%
Conselho Diretivo (CD)	11	2%
Coordenação da Segurança dos Sistemas de Informação (CSI)	2	0.4%
Gabinete de Auditoria (GAU)	22	4%
Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)	22	4%
Departamento de Apoios ao Investimento (DAI)	65	12%
Departamento de Ajudas Diretas (DAD)	53	9%
Departamento Financeiro (DFI)	39	7%
Departamento de Sistemas de Informação (DSI)	57	10%
Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)	78	14%
Departamento Jurídico (DJU)	43	8%
Departamento de Controlo (DCO)	62	11%
Departamento de Apoios de Mercado (DAM)	42	7%
Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)	67	12%
<b>TOTAL</b>	<b>563</b>	<b>100%</b>

Durante o ano de 2017 foram abertos 11 procedimentos concursais para cargos dirigentes e 14 procedimentos concursais comuns. Integraram o IFAP 18 novos colaboradores, sendo 7 por mobilidade, 5 por procedimento concursal e 6 na sequência de aprovação no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP).

No decurso de 2017 e em cumprimento de diploma legal, decorreu a gestão e acompanhamento do processo de transição de cerca de 250 reformados do ex-IFADAP e das Direções Regionais de Agricultura do subsistema SAMS para o subsistema ADSE em colaboração com aquela entidade, tendo o mesmo sido concluído.

### 1.3. Formação profissional

O plano de formação para 2017 integrou as ações de formação que, no diagnóstico de necessidades, se destacaram como prioritárias e com maior número de formandos. Para além das necessidades identificadas, no ano de 2017, à semelhança do que já tinha acontecido em 2016, foram integradas no plano, ações direcionadas para o desenvolvimento das competências comportamentais e liderança para dirigentes. Esta linha formativa será seguida e terá continuidade.

### 1.3.1. Formação presencial

O Plano de Formação para 2017 integrava 61 cursos, distribuídos por 101 ações. Porém, tendo em conta a alteração do orçamento destinado à formação no decorrer do ano, e alguns constrangimentos associados aos processos de aquisição de serviços, nomeadamente pareceres prévios do INA (obrigatórios), houve necessidade de propor uma alteração ao Plano inicial que resultou na redução de 31 cursos (43 ações). Após as referidas adaptações, o Plano de Formação previsto passou a ter 30 cursos num total de 58 ações.

Durante o ano de 2017, foram executados 28 cursos, num total de 54 ações. Tendo em conta que o mesmo colaborador pode participar em mais do que uma ação de formação, houve um total de 553 participações.

As ações executadas, do Plano de Formação Geral, estão identificadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Formação Presencial 2017

Área temática/ Curso	n.º de ações
<b>Assuntos Europeus e Cooperação</b>	1
Especialização em Gestão de Projetos Comunitários Financiados pelo "Portugal 2020"	1
<b>Assuntos Jurídicos</b>	4
Administração Pública e a Proteção de Dados	2
Novo Código de Procedimento Administrativo para Juristas	1
Novo Código de Procedimento Administrativo para não Juristas	1
<b>Comunicação Organizacional e Pessoal</b>	4
Saber Comunicar com Pessoas Díficeis	2
A Escrita Eficaz e a Sistematização da Informação	2
<b>Contabilidade e Fiscalidade</b>	4
Fiscalidade	1
Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública	2
Preparação e Elaboração do Orçamento nos Serviços Públicos	1
<b>Contratação Pública</b>	1
Contratação Pública - Regime Jurídico e Boas Práticas	1
<b>Gestão Organizacional</b>	20
Ética e Cultura Organizacional (Diretório de Competências)	20
<b>Liderança e Desenvolvimento Pessoal</b>	6
Motivação das Equipas: Como Gerir a Minha Motivação e como Gerar a Motivação nos Outros	1
Resiliência: Saber Lidar com Situações de Trabalho Díficeis	1
Gestão de Stress, Tempo, Emocional e Assertividade	2
Inovação Estratégica e Inteligência Competitiva	2
<b>Matemática e Estatística</b>	1
Estatística: Os Número, Tratamento e Interpretações	1
<b>Tecnologias de Informação</b>	13
Excel - Inicial	1
Excel - Avançado	2
Access - Inicial	1
Access - Avançado	1
Plataforma - GENIO	1
ISO 27001 Lead Implementer - com Certificação	1
Red Hat - System Administration I	1
Red Hat - System Administration I	1
Red Hat - System Administration III	1
Segurança Informática em Open Source	1
Administering Big IPV13	1
Configuring BIG-IP Local Traffic Manager V13	1
<b>Total Geral</b>	<b>54</b>

## Formação de carácter pontual Extra-Plano

Relativamente à Formação Extra-Plano/Inscrições Pontuais, em 2017 foram executados 30 cursos, num total de 34 ações nas quais participaram 173 colaboradores. Os cursos/ações estão identificados no Quadro 3:

Quadro 3 - Formação Presencial 2017 extra-plano

Área temática/ Curso	n.º de ações
1ª Conferência Internacional de Gestão de Informação e Arquivos	1
A Lei do Orçamento de Estado para 2017 - Implicações na Gestão Financeira dos Organismos da AP	1
Alteração ao Código dos Contratos Públicos	1
Auditoria e Sistemas de Corporate Risk Management	1
Atendimento IFAP - O Canal de Comunicação (formação on-the-job)	3
Avaliação, quantificação objetiva e indicadores	1
Base de dados (Modelo relacional e Linguagem SQL)	1
Cibersegurança e Gestão de crises no Ciberespaço	1
Contratação Pública: Execução de Contratos	1
Controlo da Boa Gestão Financeira	1
Gestão por Objetivos e Competências	2
II Fórum de Líderes para a Gestão do Talento	1
Língua Inglesa - Comunicação Oral e Escrita	1
LegiX	1
Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo	1
Programa de Regulamento Geral de Proteção de Dados	1
Seminário - Novo Código da Contratação Pública	1
Seminário How to Prepare and Submit Annual Accounts and Minimise Financial Risks in ESIF	1
Seminário Internacional - Gestão das Pessoas na Administração Pública	1
Seminário Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais	1
Sessão de Esclarecimento sobre Direito da Insolvência em 2017	1
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas	1
Tableaux de Bord: Sistemas Integrados de Avaliação e Controlo de Resultados	1
Trabalho de equipa	1
V Conferência Human	1
Workshop Práticas e Instrumentos de Gestão da Formação Profissional na Administração Pública	1
Workshop Comunicação Estratégica	1
Workshop Organização de Cimeiras e Encontros Internacionais	1
Workshop Sensibilização sobre o Atendimento	2
XXIV Conferência Anual do Instituto Português de Auditoria (IPAI)	1
<b>Total Geral</b>	<b>34</b>

### 1.3.2. Formação *e-learning*

No âmbito da formação *e-learning*, durante o ano, foram produzidas 34 ações nas quais participaram 10 764 participantes. Os cursos encontram-se identificados no Quadro 4.

Quadro 4 - Formação *e-learning* 2017

Curso	n.º de inscritos
Procedimentos a adotar em superfícies com árvores	2 622
Controlo da Condicionalidade Ambiental - Boas condições Agrícolas e Ambientais	359
Controlo no Local Animais 2017	373
Controlo no Local Animais Açores 2017	64
Controlo no Local Animais Madeira 2017	18
Controlo Prémio ao Abate - Região Autónoma da Madeira 2016	17
Controlo POC (Prémio Ovelha e Cabra) 2017	373
Controlo PT 2017 - Procedimentos Transversais	487
Controlo no Local VITIS 2017	270
POC Açores 2017 - Controlo no Local (Prémio Ovelha e Cabra)	24
Controlo Superfícies RAM 2017	20
Controlo Superfícies RAA 2017	77
IB (Identificação do Beneficiário) 2017 - Recolha e Atualização	878
iSIP - Controlo de Qualidade 2017	243
iSIP - Atualização do Parcelário 2017	1 999
Pedido Único 2017 - Regras de elegibilidade e recolha on-line de candidaturas	539
Pedido Único Madeira 2017	61
Termo de Aceitação - Pedido de Pagamento 2017	243
PDRPCA 2017 - Controlo Administrativo	
VITIS 2017/2018 - Recolha de Candidaturas	301
Comunicação de Transferência	461
Seguro Vitícola de Colheitas 2017	12
Sensibilização Geral - Segurança dos Sistemas de Informação	629
Controlo de Superfícies SUP1 2017	348
SUP 2 Curso 1 - Constituição do Relatório de Controlo, Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e Pagamentos Natura (7.3.1)	351
SUP 2 Curso 2 - Ação 7.1 Agricultura Biológica e Ação 7.2 Produção Integrada	355
SUP 2 Curso 3 - Conservação do Solo (7.4.1 e 7.4.2), Uso Eficiente da Água (7.5.1), Culturas Permanentes Tradicionais (7.6.1 e 7.6.2), Mosaico Agroflorestal (7.9.1) e Apoio Agroambiental à Apicultura (7.12.1)	350
SUP 2 Curso 4 - Apoios Zonais de caráter Agroambiental Peneda Gerês (7.3.2.1 e 7.3.2.2) e Montesinho Nogueira (7.3.2.3)	209
SUP 2 Curso 5 - Apoios Zonais de caráter Agroambiental Montesinho Nogueira e Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa (7.3.2.4.1)	258
SUP 2 Curso 6 - Apoio Zonal de caráter Agroambiental Castro Verde (7.3.2.4.2)	177
SUP 2 Curso 7 - Apoio Zonal de caráter Agroambiental Outras Áreas Estepárias (7.3.2.4.3)	258
SUP 2 Curso 8 - Pastoreio Extensivo (7.7.1.1, 7.7.1.2, 7.7.2 e 7.7.3) e Silvoambiental - Manutenção das Galerias Ripícolas (7.10.2)	349
SUP 2 Curso 9 - Recursos Genéticos - Manutenção de Raças Autóctones Ameaçadas (7.8.1)	347
SUP 2 Curso 10 - Florestação de Terras Agrícolas (FTA)	314
<b>Total</b>	<b>10 764</b>

Foi implementada a metodologia de criação de cursos *e-learning*, desenvolvida em 2017, que tem permitido uma maior uniformização de procedimentos.

#### 1.4. Clima Organizacional

No âmbito da melhoria do clima organizacional foram implementadas algumas das propostas apresentadas pelos grupos de trabalho, constituídos em 2016, em quatro vertentes distintas: Identidade Organizacional e Sentido de Pertença, Informação e Comunicação, Bem-estar e Condições de Trabalho e Responsabilidade Social e Ambiental.

Foi implementado um serviço de Medicina Curativa que contempla a presença de um médico nas instalações do Instituto, duas vezes por semana, oferecendo aos trabalhadores a possibilidade de usufruírem de consultas médicas gratuitas.

O IFAP promoveu, de forma ativa e organizada, a possibilidade dos seus colaboradores conciliarem a vida profissional e familiar através da prática de horários de trabalho flexíveis, no âmbito da parentalidade, da jornada contínua, meia-jornada, do regime de trabalho a tempo parcial e de teletrabalho.

## 2. Recursos financeiros

O orçamento de 2017 do IFAP e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEP, FEAMP e outras ajudas comunitárias, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas, enquadráveis no Programa de Investimentos.

O Quadro 5 resume, por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado.

Quadro 5 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental em 2016 e 2017

Unidade: Euros

Receitas cobradas, Despesas pagas e Saldos apurados						
Divisões Orçamentais	Receita Cobrada Líquida		Despesa Paga		Saldos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Funcionamento	68 612 280	67 372 593	35 963 831	31 119 244	32 648 449	36 253 349
Outras Ajudas	250 497 046	254 508 525	161 652 029	174 301 146	88 845 017	80 207 379
FEAGA	25 866 488	31 434 710	21 738 073	25 467 283	4 128 415	5 967 427
Investimento	683 309 330	652 342 478	608 536 334	554 884 008	74 772 996	97 458 470
<b>Total</b>	<b>1 028 285 144</b>	<b>1 005 658 306</b>	<b>827 890 267</b>	<b>785 771 681</b>	<b>200 394 877</b>	<b>219 886 625</b>

Divisões Extra Orçamentais	Cobranças Líquidas		Pagamentos Realizados		Saldos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Outras Ajudas	14 735 631	27 239 234	14 735 631	27 239 234	0	0
FEAGA	917 527 207	760 449 318	917 527 207	760 449 318	0	0
Investimento	16 714 172	23 952 114	16 714 172	23 952 114	0	0
<b>Total</b>	<b>948 977 010</b>	<b>811 640 666</b>	<b>948 977 010</b>	<b>811 640 666</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Da Receita

Em 2017, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 378.1 milhões de euros (Quadro 6). De acordo com a distribuição constante no Quadro 6, da receita cobrada líquida de 1005.7 milhões de euros, é de salientar que 64.8% respeitam a Orçamento de Investimentos.

Quadro 6 - Receitas previstas e receitas cobradas

Unidade: Euros

Receitas previstas e Receitas cobradas					
Divisões Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados	Transf. e RNAP
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)
Funcionamento	40 342 143	67 372 593	27 030 450	32 809 379	0
Outras Ajudas	173 878 160	254 508 525	80 630 365	83 341 814	28 046 890
FEAGA	25 302 000	31 434 710	6 132 710	6 197 238	0
Investimento	388 045 088	652 342 478	264 297 390	85 237 641	172 879 305
<b>Total</b>	<b>627 567 391</b>	<b>1 005 658 306</b>	<b>378 090 915</b>	<b>207 586 072</b>	<b>200 926 195</b>

Receitas previstas e Receitas cobradas					
Divisões Extra Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados	Transf. e RNAP
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)
Outras Ajudas	1 310 034 396	27 239 234	-1 282 795 162	0	0
FEAGA	772 018 000	760 449 318	-11 568 682	0	0
Investimento	26 498 989	23 952 114	-2 546 875	0	0
<b>Total</b>	<b>2 108 551 385</b>	<b>811 640 666</b>	<b>-1 296 910 719</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Unidade: Euros

### Da Despesa

A estrutura dos valores da despesa do Orçamento Inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas. Assim, e de acordo com o Quadro 7:

- A dotação destinada ao financiamento das despesas de funcionamento do IFAP representou 6.4% do orçamento inicial;
- A divisão de Outras Ajudas representou 236.3% do montante global do orçamento;
- A divisão do FEAGA, que considera os subsídios ao rendimento e à exploração co-financiados por esse fundo comunitário, representou 4% do orçamento inicial (os subsídios financiados por verbas exclusivamente comunitárias são relevados em contas extra orçamentais);
- A divisão de Investimentos representou 61.8% do total das dotações da despesa;

Quadro 7 - Despesa orçamentada e despesa realizada

Unidade: Euros

Despesa Orçamentada e Despesa Realizada						
Divisões Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Funcionamento	40 342 143	6.4%	31 119 244	4.0%	-9 222 899	-22.9%
Outras Ajudas	173 878 160	27.7%	174 301 146	22.2%	422 986	0.2%
FEAGA	25 302 000	4.0%	25 467 283	3.2%	165 283	0.7%
Investimento	388 045 088	61.8%	554 884 008	70.6%	166 838 920	43.0%
<b>Total</b>	<b>627 567 391</b>	<b>100.0%</b>	<b>785 771 681</b>	<b>100.0%</b>	<b>158 204 290</b>	<b>25.2%</b>

Divisões Extra Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Outras Ajudas	1 310 034 396	236.3%	27 239 234	1.8%	-1 282 795 162	-97.9%
FEAGA	772 018 000	139.4%	760 449 318	110.8%	-11 568 682	-1.5%
Investimento	26 498 989	3.4%	23 952 114	2.0%	-2 546 875	-9.6%
<b>Total</b>	<b>2 108 551 385</b>	<b>379.1%</b>	<b>811 640 666</b>	<b>114.6%</b>	<b>-1 296 910 719</b>	<b>-61.5%</b>

No que se refere à execução orçamental da despesa de 2017, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do Investimento, que ascenderam a 554.9 milhões de euros representando 70.6% do total da despesa realizada.

Nas outras componentes de despesa executada realçam-se:

- As despesas de funcionamento do Instituto, no montante de cerca de 31 milhões de euros, representando 4% do total das despesas do Instituto;
- As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, representando 22.2% do total;
- O montante dos subsídios concedidos no âmbito do FEAGA, representando 3.2% do total;

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Operações Extra Orçamentais, que ascenderam a cerca de 811.6 milhões de euros, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA.

### 3. Recursos materiais

Em 2017, apesar de diversas abordagens aos imóveis do IFAP, não existiu qualquer venda ou aluguer, pelo que o valor patrimonial manteve-se inalterado face ao ano de 2016.

#### 3.1. Recursos imobiliários

O valor patrimonial dos imóveis referenciados em 31 de dezembro de 2017, conforme evidencia o Quadro 8, ascende a aproximadamente 5.8 milhões de euros, incluindo a componente de terreno e construção:

Quadro 8 - Tipos de imóveis

Tipo	Quantidade	unid:euros
		Valor
Armazém/Terreno	2	849 001
Escritórios (c/Registo SIIE)	38	4 952 593
TOTAL	40	5 801 594

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (p.e: depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, como resultado da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas exercidas naquelas Direções.

Atualmente, todos os imóveis do IFAP que se encontram devolutos têm o respetivo certificado energético, sendo elegíveis para venda em hasta pública através da Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).

Foram igualmente desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da DGTF, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Refira-se que os imóveis do IFAP que estiveram em hasta pública durante o ano de 2017 não foram objeto de qualquer licitação.

Foi também efetuada de forma permanente a manutenção preventiva e corretiva, da totalidade dos edifícios onde o IFAP é proprietário ou inquilino, por forma a garantir não só as melhores condições de trabalho a todos os colaboradores, mas também um bom estado de conservação dos mesmos. Entende-se, no conceito de manutenção de edifícios, a sua estrutura e todos os equipamentos que os constituem, designadamente elevadores, sistema AVAC, sistema de deteção e extinção de incêndios, iluminação, entre outros.

Durante o ano de 2017, e decorrente do processo de auditoria contínua e regular à certificação, foram efetuadas diversas intervenções nos edifícios do IFAP, para que os mesmos estivessem em conformidade com o exigível, sendo que, situação idêntica decorreu com os equipamentos que integram os imóveis.

### 3.2. Equipamento de transporte

No final de 2017, os equipamentos de transporte do IFAP eram constituídos por um parque automóvel de 73 viaturas (em regime de propriedade e aluguer operacional), onde se incluem 15 viaturas em regime de aluguer operacional. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP é nulo, dada a antiguidade das mesmas (e nos termos do CIVE).

Maioritariamente, os veículos satisfazem necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange, ainda, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao Investimento, entre outras.

Do total de 73 viaturas, existe um conjunto de 40 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

Considerando a necessidade de racionalizar a despesa e otimizar os recursos, foi efetuado um levantamento da situação atual da frota automóvel do IFAP (incluindo a frota cedida) com o objetivo de ajustar o dimensionamento quantitativo e qualitativo dos meios de transporte às necessidades dos diversos serviços, tendo para tal sido realizada uma análise técnico-económica com vista à renovação parcial da frota.

Neste sentido aguardava-se, no final de 2017, a publicação da Portaria de Extensão de Encargos (PEE) para que fosse encetado, junto da ESPAP, o processo de aquisição, em regime de aluguer operacional de veículos (AOV), de 6 novas viaturas Todo Terreno, com a contrapartida de abate de 12 viaturas da frota atual.

### 3.3. Bens e serviços

Foi garantido, durante o ano de 2017, o planeamento atempado de necessidades e a prossecução dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, por forma a suportar a atividade do IFAP. Tendo em consideração as necessidades de aquisição de bens e serviços manifestadas face ao planeamento efetuado, o envolvimento de Departamentos, os júris de procedimentos e entidades com competência para autorização da despesa, os cronogramas definidos inicialmente foram em grande medida cumpridos, assegurando em tempo útil a aquisição de bens e serviços, sendo o principal fator crítico, a morosidade na obtenção de autorizações prévias e externas ao IFAP. O plano de aquisições foi objeto de monitorização e acompanhamento constante, por forma a detetar e corrigir eventuais desvios ao cronograma traçado.

Sempre que possível, existiu uma lógica de racionalização de procedimentos, reduzindo a vertente administrativa associada aos processos de aquisição, bem como a tentativa de obter poupanças resultantes da aglutinação de bens e serviços.

Na área de gestão do economato, a gestão eficiente de *stocks* foi primordial para que não se registassem quebras no fornecimento dos consumíveis necessários às atividades diárias de todos os serviços, sendo uma preocupação crescente que o material em *stock* necessite de um menor espaço de armazenagem.

Quanto ao parque de telemóveis, garantiram-se os procedimentos de controlo fundamentais, nomeadamente na faturação. Foi realizado um ajustamento do número de equipamentos, considerando as necessidades atuais dos serviços. Quanto ao imobilizado, foi realizado o seu levantamento, por forma a atualizar as existências e abater o imobilizado obsoleto.

No âmbito do Módulo de Gestão de Aprovisionamento (ferramenta fiável de controlo da tramitação do processo de aquisição), que entrou em produção no início do ano de 2014, foi implementada, durante o ano de 2016, a

ligação ao sistema financeiro nas vertentes do cabimento e do compromisso, tendo-se iniciado em 2017, os testes para as fases do contrato e da execução.

# IV Autoavaliação

## 1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR)



Data: 31-12-2018

Versão: 1

ANO: 2017												
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar												
Designação do Serviço/Organismo:												
IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas												
Missão:												
O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.												
Objetivos Estratégicos (OE):												
		Meta	Grau de concretização									
OE1:	Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas	91%										
OE2:	Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus stakeholders através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado	90%										
OE3:	Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público	85%										
Objetivos Operacionais (OOP)												
EFICÁCIA											PESO:	50%
OOP1: Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1	Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	100%	99%	90%	5%	100%	100%	12	96%	115.25%	Superou	15%
Taxa de Realização do OOP1											115%	
OOP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2	Taxa de execução dos controlos físicos de RPB <sup>(1)</sup> até 15/10	98%	100%	95%	3%	100%	35%	12	100%	125.00%	Superou	25%
Ind3	Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC <sup>(2)</sup> , PVA <sup>(3)</sup> e PVL <sup>(4)</sup> até ao fim do período de retenção	100%	95%	88%	8%	100%	20%	12	98%	120.83%	Superou	21%
Ind4	Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD <sup>(5)</sup>	-	100%	96%	3%	100%	20%	12	100%	125.00%	Superou	25%
Ind5	Taxa de execução dos controlos de investimento	-	100%	94%	4%	100%	15%	12	95%	100.00%	Atingiu	0%
Ind6	Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	100%	100%	94%	4%	100%	10%	12	95%	100.00%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP2											118%	
OOP3: Elaboração das especificações técnicas do SI REAP, e acompanhamento do seu desenvolvimento, teste e colocação em produção												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7	Porcentagem de funcionalidades necessárias ao Registo de Explorações disponibilizadas em produção	-	-	93%	5%	100%	50%	12	75%	85.23%	Não atingiu	
Ind8	Porcentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do SIREAP	-	-	80%	5%	100%	50%	12	100%	125.00%	Superou	
Taxa de Realização do OOP3											105%	
EFICIÊNCIA											PESO:	25%
OOP4: Reduzir o valor em dívida												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind9	Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores	12%	15%	13%	1.50%	16.50%	100%	12	12%	100.00%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OOP4											100%	
QUALIDADE											PESO:	25%
OOP5: Melhorar a qualidade do serviço do atendimento												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind10	Taxa de satisfação dos clientes	-	92%	90%	5%	100%	80%	12	87%	100.00%	Atingiu	
Ind11	Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados	-	100%	97%	2%	100%	20%	12	100%	125.00%	Superou	
Taxa de Realização do OOP5											105%	
OOP6: Promover a formação adequada dos recursos humanos												
Indicadores	Realizado 2015	Realizado 2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind12	Assegurar o cumprimento do Plano de Formação Presencial	-	98%	85%	10%	125%	100%	12	96%	106.88%	Superou	7%
Taxa de Realização do OOP6											107%	

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6
Objetivo Estratégico 1	X	X	X	X		
Objetivo Estratégico 2			X		X	
Objetivo Estratégico 3						X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

O1, O2 e O4

NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) RPB - Regime de Pagamento Base  
 (2) POC - Prémio por Ovelha e Cabra  
 (3) PVA - Prémio por Vaca em Aleitamento  
 (4) PVL - Prémio por Vaca Leiteira  
 (5) MAZD - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas  
 (6) SNIRA - Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal  
 (7) SIREAP - Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Objetivo 3 - indicador 1 - Foi concluída a adaptação do registo de explorações do SNIRA <sup>(6)</sup>. A entrada em produção da parte do SIREAP <sup>(7)</sup> só se verificou no início de 2018.

Eficácia	50%	Eficiência	25%	Qualidade	25%
113%		100%		106%	

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO

Bom	Satisfatório	Insuficiente
108%		

RECURSOS HUMANOS

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	896	832	-64
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	4560	3924	-636
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	72	90	18
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	1432	1248	-184
Assistente Operacional	5	80	70	-10
<b>Total</b>		<b>7 120</b>	<b>6 244</b>	<b>-876</b>

Nota: De acordo com a pág. 1 do anexo 3 das orientações do DT N.º 1/2010 do CCAS, a pontuação é aferida para um determinado referencial de Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP), o qual resulta da extração aos 365 ou 366 dias de calendário, de todos os dias a que correspondam sábados, domingos, feriados oficiais, feriado municipal, tolerâncias de ponto e 22 dias úteis de férias. No caso concreto, a UERHP de 2017 assume o valor global de 228 dias úteis. Para o cálculo da UERHE é necessário apurar o nível de absentismo por trabalhador em todas as carreiras conforme é explicado no DT N.º1 do CCAS referido no ponto anterior.

[Ver instruções do CCAS aqui.](#)

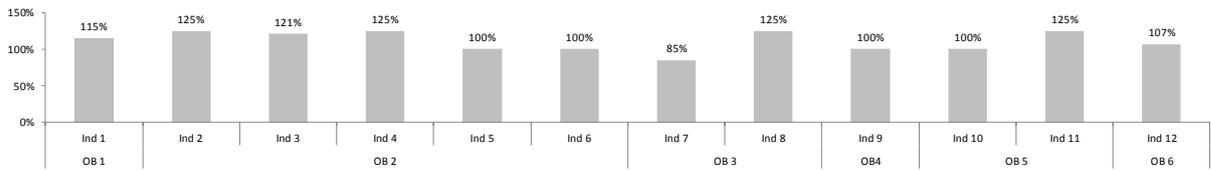
RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	PLANEADO (€)	EXECUTADO	DESVIO
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>40 342 143.00 €</b>	<b>31 119 243.97 €</b>	<b>- 9 222 899.03 €</b>
Despesas c/Pessoal	20 553 105.00 €	20 429 365.83 €	- 123 739.17 €
Aquisições de Bens e Serviços	15 357 417.00 €	8 096 618.79 €	- 7 260 798.21 €
Encargos correntes da dívida - juros	2 000 000.00 €	729 955.89 €	- 1 270 044.11 €
Transferências correntes	154 619.00 €	5 574.44 €	- 149 044.56 €
Outras despesas correntes	460 500.00 €	840 527.79 €	380 027.79 €
Aquisição de bens de capital	1 241 502.00 €	689 156.63 €	- 552 345.37 €
Empréstimos concedidos	275 000.00 €	- €	- 275 000.00 €
Crédito Direto	300 000.00 €	328 044.60 €	28 044.60 €
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>388 045 088.00 €</b>	<b>554 884 007.79 €</b>	<b>166 838 919.79 €</b>
<b>Outros Valores (OV)</b>	<b>199 180 160.00 €</b>	<b>199 768 429.48 €</b>	<b>588 269.48 €</b>
<b>Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>2 108 551 385.00 €</b>	<b>811 640 665.58 €</b>	<b>- 1 296 910 719.42 €</b>
<b>Total (OF+OI+OV+EO)</b>	<b>2 736 118 776.00 €</b>	<b>1 597 412 346.82 €</b>	<b>- 1 138 706 429.18 €</b>

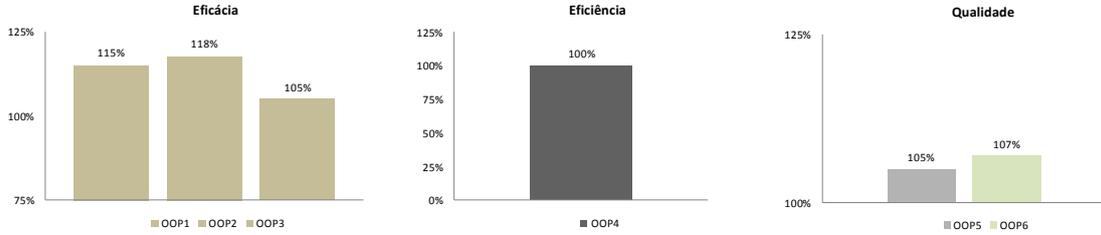
INDICADORES | FONTES DE VERIFICAÇÃO

- Ind 1: Ficheiro Excel - Audit Trail de 2017  
 Ind 2: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção  
 Ind 3: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção  
 Ind 4: Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção  
 Ind 5: Ficheiro. Ponto de Situação  
 Ind 6: Ficheiro. Ponto de Situação  
 Ind 7: iDigital  
 Ind 8: iDigital  
 Ind 9: iSinga/Base de dados de devedores  
 Ind 10: Ficheiros com os resultados dos diversos inquéritos  
 Ind 11: Excel e Livro de Reclamações  
 Ind 12: Módulo de aprovisionamento e iDOC

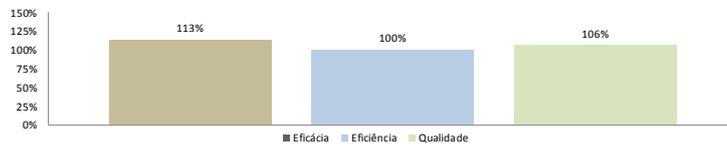
Taxa de Realização dos Indicadores de Desempenho



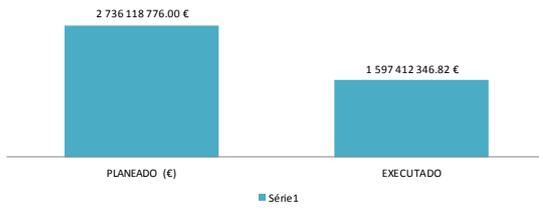
Taxa de Realização dos Objetivos Operacionais



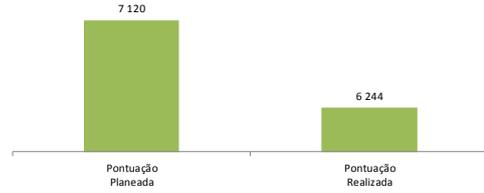
Taxa de Realização dos Parâmetros



Recursos Financeiros



Recursos Humanos



## 2. Plano de Atividades

Conforme evidenciado no Quadro 9, a avaliação global dos departamentos, face aos objetivos estabelecidos para o ano de 2017, (apresentados no Anexo 2), foi de 95%.

Quadro 9 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global

Departamentos/Gabinetes	Avaliação Global
DAD	97%
DAI	95%
DAM	93%
DCO	97%
DGI	102%
DSI	78%
DFI	105%
DJU	101%
DGR	102%
GAU	95%
GPE	93%
CSI	78%
<b>TOTAL</b>	<b>95%</b>

Os principais desvios face às metas estabelecidas foram os seguintes:

- Departamento de Ajudas Diretas (DAD)

O DAD cumpriu ou superou três dos quatro objetivos definidos para 2017. Relativamente ao objetivo 4, “Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2016”, a taxa de realização face à meta estabelecida foi inferior à prevista. A retificação dos dados provenientes da integração dos resultados de controlo e a renovação dos recursos humanos provocaram atraso na abertura dos processos de recuperação de verbas nas ajudas aos animais que integram os pagamentos associados. A complexidade das ajudas do Desenvolvimento

Rural, a adaptação da aplicação informática para permitir o reporte correto dos montantes em dívida e a falta de recursos humanos levou ao atraso da abertura dos processos de recuperação de verbas nestas ajudas. A taxa de realização deste objetivo, face à meta, foi de 48%.

A avaliação do Departamento de Ajudas Diretas foi de 97%.

- Departamento de Ajudas ao Investimento (DAI)

O DAI superou ou cumpriu três de cinco objetivos estabelecidos para 2017..

No objetivo 2 - Assegurar a adoção de boas práticas e de procedimentos inovadores, incluindo a melhoria dos processos no controlo de qualidade prévio à contratação e ao pagamento, à supervisão das funções delegadas e ao acompanhamento de auditorias externas, apesar de ter sido superado, verificou constrangimentos em alguns dos indicadores. As múltiplas tarefas realizadas pela Unidade de Acompanhamento de Programas (UAPO), associadas à diminuição de recursos humanos que lhe estão afetos, dificultaram a elaboração, em tempo útil, dos relatórios de ação de acompanhamento de 2017. De igual forma, verificaram-se também alguns constrangimentos operacionais nos prazos para elaboração de contraditórios, considerando apenas a disponibilidade de uma colaboradora para a sua realização.

No que se refere ao objetivo 4 - Assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento (PP), de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades, o desenvolvimento de novas funcionalidades ficou condicionado pela capacidade da Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas (UIGE) de elaborar os diversos requisitos e também pelas diversas ações constantes do plano de iniciativas de desenvolvimento aplicacional. No que se refere à elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional para implementação de *red flag*, apesar de não terem sido elaborados os requisitos técnicos, foram implementadas soluções alternativas que permitiram cruzar informação e identificar potenciais riscos.

Outro condicionalismo que se colocou em 2017 refere-se ao prazo de encerramento dos processos administrativos de recuperação de verbas - Objetivo 5. Com efeito, e em linha com os anos anteriores, verificou-se um acréscimo significativo de processos de recuperação de verbas do ciclo de programação 2007-2013, decorrentes, nomeadamente, do incumprimento do

plano empresarial dos jovens agricultores e do cumprimento de criação de postos de trabalho na abordagem LEADER.

A avaliação deste departamento foi de 95%.

- Departamento de Apoios de Mercado (DAM)

O DAM superou dois dos quatro objetivos estabelecidos para 2017.

Apesar de, no global, ter sido cumprido o primeiro objetivo, que consiste em assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas da competência deste departamento, verificou-se, no que respeita aos montantes pagos dentro do prazo, um ligeiro desvio, resultante da publicação tardia do despacho de definição da dotação para pagamento do Regime de fruta escolar.

Relativamente ao objetivo 3 - Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão das ajudas/apoios, verificaram-se alguns contratempus que levaram ao atraso na implementação de certas aplicações informáticas dentro dos prazos previstos. No caso da implementação da aplicação do REA, a alteração introduzida prejudicou as restantes tarefas deste regime, dada a sua interdependência. A complexidade verificada na implementação do novo registo de Organizações de Produtores, conjugada com as restantes tarefas no âmbito deste regime, acabaram também por inviabilizar a possibilidade de testar e corrigir deficiências de forma atempada. Houve ainda situações em que foi decidido não implementar alguns desenvolvimentos aplicativos, como por exemplo o da gestão nacional do registo de *minimis* e o do seguro aquícola.

A elaboração de estudos relativos ao seguro de colheitas, que corresponde ao quarto objetivo deste departamento, teve uma execução de 20%. As prioridades estabelecidas posteriormente levaram a que alguns dos estudos não se concretizassem.

A avaliação deste departamento foi de 93%.

- Departamento de Controlo (DCO)

Dos quatro objetivos estabelecidos para o ano de 2017, dois foram cumprido, tendo as amostras sido definidas e divulgadas atempadamente, bem como o controlo de qualidade do controlo.

Relativamente ao objetivo 2, que prevê a execução dos controlos físicos obrigatórios, a meta foi cumprida no caso da Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e do Regime de Pagamento Base. Nas restantes ajudas a meta não foi atingida, pelos motivos a seguir descritos:

- A execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL até ao fim do período de retenção não foi possível para parte dos controlos executados, devido a uma marcação tardia, por necessidade de reforço da amostra;
- Um dos controlos da amostra de 2017 de Fundos Operacionais, apesar de executado até 31 de dezembro de 2017, apenas terminou (relatório) em janeiro de 2018, devido a dificuldades na realização da ação de controlo no local;
- No caso dos controlos de qualidade dos apoios ao Investimento, houve 8 controlos não executados em 2017, relativos à 4ª amostra de 2017, que apenas é marcada em 2018 por se referir exclusivamente a pedidos de pagamento do último trimestre de 2017.

O objetivo 3, relativo à monitorização da execução das atividades de controlo, no que se refere a Ajudas animais e Ajudas diretas do Pedido Único (PU) 2017 teve uma execução de 83%, devido à indisponibilidade dos responsáveis pela execução e envio dos pontos de situação.

A avaliação final deste departamento foi de 97%.

- Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)

Este departamento cumpriu ou superou quatro dos seus objetivos (objetivos 1,2,4 e 6).

O objetivo 2, com uma taxa de realização de 104%, teve vários desvios face às metas estabelecidas: a taxa de PU e IB desmaterializados relativamente aos submetidos foi de 42%, quando se esperava uma taxa de 22.5%. O crescimento do número de utilizadores registados no portal do IFAP contribuiu decisivamente para este aumento. Foi considerado o limite de 125% para os indicadores que ultrapassaram essa taxa.

No que respeita ao indicador 2 - “Redução do nº total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ao ano n-1”, não foi considerado o erro CAD 107 - “Nº de identificação do equídeo não validado

pela DGAV para o beneficiário”, uma vez que este erro depende de fatores externos ao IFAP.

Quanto ao controlo de qualidade à receção de formulários, previa-se uma taxa de 6% de controlo de qualidade e a taxa de realização foi de 4%, pelo facto de apenas se ter realizado controlo de qualidade a 2.5% dos formulários IB. A justificação encontra-se desenvolvida no capítulo 3.4. “Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade”.

No que respeita ao desenvolvimento do SIREAP, foi concluída a adaptação do registo de explorações no SNIRA. A entrada em produção da parte do SIREAP prevê-se que venha a ocorrer no início de 2018.

A avaliação final deste departamento foi de 102%.

- Departamento de Sistemas de Informação (DSI)

Face a problemas surgidos com a nova solução das ferramentas para Controlos ISO:27001, não foi possível concluir a implementação da solução de inventário de ativos informáticos, indicador relativo ao objetivo 1 “Assegurar a manutenção das condições de certificação do SGSI”, tendo sido a respetiva avaliação de 93%.

Atendendo a que todas as certificações efetuadas sob a vigência da Norma ISO 9001:2008, apenas permaneceriam válidas para as organizações que já estivessem certificadas até 2015, devendo estas, obrigatoriamente, efetuar a transição para os requisitos de gestão previstos nesta nova versão até setembro de 2018 (versão de 2015), foi entendido e considerado oportuno que a certificação a obter ao nível do SGQ do IFAP no âmbito “Gestão das Ajudas Diretas” se reportasse à versão da ISO 9001:2015. Desta forma, o projeto foi recalendarizado, tendo sido a avaliação deste objetivo, de 50%.

No âmbito do objetivo 4, estudo e proposta de solução tecnológica para *LDAP*, *email*, *drives* partilhadas e ferramentas colaborativas, foram auscultados os operadores e fornecedores deste tipo de soluções. Todavia, não houve oportunidade, após as exposições, para testar o funcionamento e produzir o relatório de estudo, pelo que a avaliação deste objetivo ficou em 50%.

A avaliação final deste departamento foi de 78%.

- Departamento Financeiro (DFI)

No tocante ao período em análise, este departamento cumpriu ou superou todas as metas estabelecidas para os objetivos do ano. Todos os pagamentos foram efetuados no último dia útil de cada mês (crédito na conta dos beneficiários), em conformidade com a calendarização definida, foi disponibilizada a execução mensal do MAR 2020 e foram remetidas as contas no prazo legalmente estabelecido (30 abril).

A avaliação final deste departamento foi de 105%.

- Departamento Jurídico (DJU)

Este departamento cumpriu ou superou as metas relativas a três dos quatro objetivos estabelecidos para o ano. O valor em dívida registado na base de dados de devedores foi reduzido em 12%, quando se previa 13%, o que representou 92% da meta estabelecida. Em termos de QUAR, dada a tolerância de 1.5%, foi cumprido o objetivo, conforme ponto anterior.

Em termos globais, este departamento teve uma avaliação de 101%.

- Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)

O departamento cumpriu ou superou todas as metas estabelecidas para os objetivos. O desvio positivo face à meta no objetivo 5 deveu-se ao facto de terem sido ultrapassados, na sua maioria, os constrangimentos verificados no primeiro semestre de 2017.

A avaliação final deste departamento foi de 102%.

- Gabinete de Auditoria (GAU)

O GAU cumpriu três dos seis objetivos estabelecidos para o ano. O objetivo 2, cujo primeiro indicador previa a conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta de Declaração de Gestão de 2016 até 11 de fevereiro de 2017, foi cumprido, tendo a mesma sido concluída a 9 de fevereiro. Por lapso, na monitorização das atividades em 30 de junho, este indicador foi preenchido com 90%, valor que não correspondia à realidade e que, por isso, foi retificado na presente avaliação.

No que respeita ao objetivo 2, até ao presente procedeu-se à recolha de informação e à análise de sistemas similares, vigentes noutras organizações, bem como à análise e discussão interna do sistema vigente no IFAP. No

entanto, o desenvolvimento desta atividade, nos prazos previamente definidos, ficou prejudicado por força da necessidade de dar prioridade às tarefas a desenvolver pelo GAU, no âmbito da descrição dos sistemas de gestão e controlo da AG e da AC do MAR 2020.

No objetivo 6, a execução das tarefas e a respetiva concretização ficaram prejudicadas pelo facto de o desenvolvimento aplicacional da base de dados não ter ainda sido aprovado no planeamento deste ano.

Uma vez que estes objetivos não foram cumpridos por motivos não imputáveis ao GAU, foram considerados não aplicáveis, tendo-se distribuído a respetiva ponderação pelos restantes objetivos.

Em termos globais, este gabinete teve uma avaliação de 95%.

- Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)

Este departamento cumpriu quatro dos seis objetivos propostos para 2017. O principal desvio verificou-se no objetivo 2 - Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE, pelo facto de terem sido enviadas, no prazo, 73% das estatísticas de controlo relativas ao FEAGA e 40% das estatísticas relativas ao FEADER.

À semelhança dos anos anteriores, foram envidados todos os esforços no sentido de se proceder ao envio das estatísticas de controlo à CE, dentro dos prazos regularmente estabelecidos.

No que respeita às ajudas do FEAGA, não foram remetidas atempadamente as estatísticas de controlo do RPB e pagamentos conexos, bem como do POSEI. No primeiro caso, apesar de não ter sido cumprido o prazo estabelecido de 15/7/2017, os mapas foram remetidos em 17/7/2017. Relativamente ao POSEI, o envio ocorreu após o prazo estipulado para o efeito, devido a constrangimentos verificados na validação das estatísticas de controlo do Regime Específico de Abastecimento.

No âmbito das estatísticas de controlo das ajudas do FEADER, verificaram-se também alguns constrangimentos, designadamente, ao nível da validação dos mapas que inviabilizaram, para algumas medidas, o cumprimento do prazo estabelecido.

Apesar da totalidade dos mapas não ter sido remetida dentro do prazo regulamentar, é de assinalar uma melhoria significativa face ao ano anterior.

Importa, igualmente, salientar que nenhum dos mapas foi enviado após o prazo de 15/10/2017.

Este departamento teve uma avaliação de 93%.

- Coordenação da Segurança da Informação (CSI)

O objetivo da CSI teve uma avaliação de 78%, resultado do cumprimento da meta do segundo indicador e de uma taxa de realização de 56% face à meta estabelecida para o primeiro indicador “Avaliar a execução do tratamento do risco”. Esta taxa deveu-se ao facto de cerca de 36% do planeamento de tratamento do risco ter sido replaneado pelos Departamentos/Gabinetes para datas posteriores (2018 e 2019).

### 1. Enquadramento

#### 1.1. IFAP - Organismo pagador do FEAGA e FEADER

##### *Acreditação do organismo pagador*

A Comissão Europeia (CE), com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo, para o efeito, um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. O Decreto-Lei nº 323/2007, de 28 de setembro, estabeleceu as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do organismo pagador das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designou o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribuiu à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame, a autoridade competente decidirá da acreditação do organismo pagador.

De acordo com o estabelecido no R.1306/2013, os Estados Membros poderão manter os organismos pagadores que foram acreditados antes de 20 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 1º do R.908/2014 e do Decreto-Lei nº 195/2012.

O IFAP é, assim, conforme referido anteriormente, o organismo pagador do FEAGA e do FEADER.

### *Certificação de contas do FEAGA e FEADER*

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza anualmente o exame do organismo pagador, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela Comissão Europeia, e elabora um relatório sobre as suas verificações que abrangem uma análise: (i) dos critérios de acreditação; (ii) dos procedimentos aplicados pelo organismo pagador; (iii) das contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes; (iv) dos mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER; (v) dos adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma declaração de gestão assinada pelo responsável máximo do organismo pagador acreditado, são os documentos com base nos quais a Comissão Europeia, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

Em relação ao exercício financeiro de 2016 (16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2016), a Comissão Europeia concluiu pela integralidade, exatidão e veracidade das contas do IFAP relativas ao FEAGA e FEADER, pelo que propôs o respetivo apuramento na primeira Decisão respeitante ao exercício financeiro de 2016.

#### 1.2. IFAP - Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP

Na área das pescas e dos assuntos marítimos, o IFAP, com estruturas segregadas e independentes, assume três distintos papéis.

Enquanto organismo intermédio (OI) do MAR 2020, assegura um conjunto de importantes competências que lhe foram delegadas pela Autoridade de Gestão do MAR 2020, conforme consta do contrato de delegação de competências assinado em 23-01-2017. O exercício das funções delegadas pelo IFAP<sup>1</sup>, enquanto OI do MAR 2020, é supervisionado pela Autoridade de Gestão.

---

<sup>1</sup> Que, em termos gerais, envolve, nomeadamente, a disponibilização do sistema de informação, a emissão de termos de aceitação, a coordenação das verificações administrativas e no local, o apuramento e o pagamento e a recuperação dos apoios (sempre que indevidamente recebidos).

As responsabilidades do IFAP, na qualidade de Autoridade de Certificação, estão estabelecidas no artigo 126.º do R.1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 e, ao nível da legislação nacional, nos artigos 40.º e 41.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

A este respeito importa salientar que a Autoridade de Gestão, e os seus Organismos Intermédios, e a Autoridade de Certificação, foram designados por despacho do Senhor Ministro das Finanças de 21 de junho de 2017, tendo por base a descrição dos sistemas de gestão e controlo, assinado em 14 de junho do mesmo ano, e a auditoria da IGF de junho de 2017.

Importa, também, referir que o IFAP assegura a auditoria às operações do MAR 2020, através da sua Estrutura Segregada de Auditoria (ESA), conforme previsto nos artigos 45.º, n.º 2, e 46.º do já referido Decreto-lei n.º 137/2014. A atividade do IFAP, enquanto ESA, é anualmente supervisionada pela IGF, na qualidade de Autoridade de Auditoria do MAR 2020.

## 2. Intervenções no domínio do financiamento

No âmbito da sua missão, o IFAP conseguiu manter a regularidade dos pagamentos e permitir que os compromissos assumidos com os beneficiários e os demais *stakeholders* continuassem a ser cumpridos e reconhecidos, aumentando a qualidade do serviço prestado. O montante total de pagamentos efetuados durante o ano atingiu um valor de 1,5 mil milhões de euros.

Em 2017, o período de candidaturas do Pedido Único (PU - pedido de pagamento das ajudas que integram os regimes sujeitos ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)) decorreu entre 1 de março e 15 de maio, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo para submissão sem penalização, até 31 de maio, com o objetivo de viabilizar o acolhimento de um maior número de candidaturas, proporcionando o tempo necessário ao esclarecimento e resolução das questões e dúvidas e, assim, otimizar a utilização dos apoios agrícolas disponíveis.

Para além desta data, foi possível a apresentação tardia desse pedido de ajuda durante mais 25 dias (até 25 de junho) com penalização regulamentar de 1% por cada dia útil, acrescida, no caso do pedido de atribuição de direitos à reserva, ao pagamento RPB, de 3% por cada dia útil.

O prazo para submissão da Comunicação das Transferências acompanhou o prazo de candidaturas do PU 2017.

O PU abrangeu os regimes de apoio aos pagamentos diretos a seguir enunciados:

- Regime de pagamento base e Pagamento redistributivo
- Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente (*Greening*)
- Pagamento para os jovens agricultores
- Regime de pequena agricultura
- Pagamento específico ao algodão
- Apoios associados voluntários (Prémio por ovelha e por cabra, Prémio por vaca em aleitamento, Prémio por vaca leiteira, Pagamento específico para o tomate e Pagamento específico ao arroz)

Abrangeu, igualmente, as medidas de apoio ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020):

- Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas
- Conversão e manutenção em agricultura biológica
- Produção integrada

- Pagamento rede natura
- Conservação do solo
- Uso eficiente da água na agricultura
- Culturas permanentes tradicionais
- Pastoreio extensivo
- Recursos genéticos
- Mosaico agroflorestal
- Silvoambientais
- Apoio agroambiental à apicultura

Também foram integrados no PU 2017 os pagamentos dos prémios relativos à Florestação de terras agrícolas no âmbito do PRODER, do RURIS, e dos R.2080/92 e R.2328/91.

No PU 2017 foram ainda declaradas as áreas afetas a pastagens permanentes, com discriminação obrigatória das áreas de pastagens permanentes semeadas e biodiversas, o efetivo pecuário elegível para efeitos de benefício dos apoios a que se candidata e a intenção da candidatura ao regime de apoio associado animais para o ano seguinte.

Relativamente às ajudas da Região Autónoma da Madeira (RAM), o PU incluiu as medidas de apoio do PRODERAM 2020, a declaração de áreas da Medida 1 e as declarações de intenção de beneficiar das ajudas das fileiras da carne, da banana e da produção de vinho.

Em termos globais, em 2017 foram apresentadas e submetidas 181 233 candidaturas do PU, das quais 169 884 no Continente e 11 349 na RAM. Verificou-se, ainda, a tendência de crescimento no número de PU desmaterializados, num total de 87 710, representando cerca de 48% dos pedidos apresentados, salientando-se os submetidos pelo próprio beneficiário, através da área reservada do portal do IFAP, que ascendeu a 3012, valor que representa um crescimento de 21% face ao ano anterior.

O objetivo central em 2017 continuou a ser a melhoria do PU das ajudas, tentando implementar um pedido de ajuda aproximado do geo-espacial, recorrendo a processos de validação e cruzamento de informação que potenciassesem a desmaterialização de formulários.

O IFAP manteve em 2017, no seu portal, um calendário mensal de pagamentos, associado quer às ajudas incluídas no PU, quer aos apoios ao Investimento e Mercados.

No que respeita aos apoios ao Investimento, a atividade desenvolvida decorreu dentro do previsto, com a necessária flexibilidade de ajustamento às inúmeras prioridades e solicitações que foram surgindo ao longo do ano, procurando assegurar-se, sistematicamente, o exercício eficiente e eficaz das competências relativas a estes apoios. A atividade do IFAP, neste âmbito, continuou muito dirigida para a execução do novo período de programação 2014-2020, sem nunca descuidar as tarefas de manutenção e gestão do sistema de informação de suporte ao anterior período de programação (2007-2013).

Em linha com a reengenharia do sistema de informação iniciada em 2014, foi assegurada a elaboração e atualização de documentos de requisitos técnicos aplicacionais, em especial os relativos à implementação do módulo de alterações de dados (permitindo às AG procederem ao envio de novos dados para as operações contratadas), à demonstração de resultados para as entidades analistas e beneficiários (com informação detalhada da análise de elegibilidade e apuramento do apoio a pagar), à informação relativa às operações, pedidos de pagamento e apuramento (fundamental não só para a monitorização da execução do programa, como também para a análise e aprovação dos pedidos de alteração técnica dos pedidos de apoio pelas AG).

Foram, igualmente, definidos os requisitos aplicacionais que permitiram a operacionalização e execução, no sistema de informação do IFAP, de medidas de Investimento com incentivos degressivos (medida 5.2.1 - Interprofissionais) e com custos simplificados do tipo custos unitários (medidas florestais do PDR 2020), ambos com impacto significativo no *webservice* de contratação e alteração de dados.

Na contratação dos apoios ao Investimento, a solução desmaterializada implementada, dando enorme celeridade e simplificação ao processo, permitiu, durante o ano de 2017, proceder à emissão automática de 8903 Termos de Aceitação (apenas medidas de Investimento), sendo 84% referentes ao PDR 2020, 5% ao PRORURAL+, 6% ao PRODERAM 2020 e 5% ao MAR 2020.

Os números atingidos em 2017 com a submissão de Termos de Aceitação demonstram que a opção tomada pela simplificação e desburocratização de procedimentos, conforme determinado no Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio e que também consiste numa aplicação prática do princípio da desmaterialização, consagrado em regulamentos comunitários, foi uma decisão com impacto, reconhecido como muito positivo na gestão deste tipo de apoios.

A desmaterialização completa do processo de emissão e assinatura do Termo de Aceitação permitiu ao IFAP responder adequadamente às necessidades decorrentes da

operacionalização massiva das medidas em todos os programas durante 2017, assegurando, desta forma, a continuidade do processo de contratação.

Também a nível do pedido de pagamento dos apoios, a mudança realizada no sentido da total desmaterialização da recolha dos pedidos de pagamento FEADER e FEAMP, quer da parte do beneficiário, deixando de existir qualquer processo/*dossier* físico, quer da parte do controlo administrativo, foi reconhecida pelos principais *stakeholders* com um passo bastante significativo na simplificação de procedimentos.

O montante de pagamentos efetuados pelo IFAP no ano de 2017 foi de 1468.1 milhões de euros (Quadro 10). Este montante foi, contudo, inferior ao de 2016, quer ao nível do setor agrícola (-8%) quer ao nível do setor das pescas (-18%).

Quadro 10 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2016 e 2017

	unid:mil euros	
	2016	2017
Agricultura	1 553 307	1 424 641
Pescas	53 115	43 499
<b>Total</b>	<b>1 606 422</b>	<b>1 468 141</b>

A desagregação destes montantes é apresentada no Anexo 3.

### 2.1. Ajudas ao setor da agricultura

No ano de 2017, o total de pagamentos ao setor agrícola, foi de 1 424.6 milhões de euros. As ajudas diretas e intervenções nos mercados totalizaram 679.6 milhões de euros, representando 48% do total do setor agrícola e os apoios ao desenvolvimento rural, com 586.1 milhões de euros, representaram 41%.

Ao abrigo do programa POSEI foram efetuados pagamentos no montante de 103.8 milhões de euros.

O grupo Outras Ajudas inclui o montante de 37.7 milhões de euros de apoio aos incêncios de 2017, o que justifica o seu aumento face ao ano de 2016.

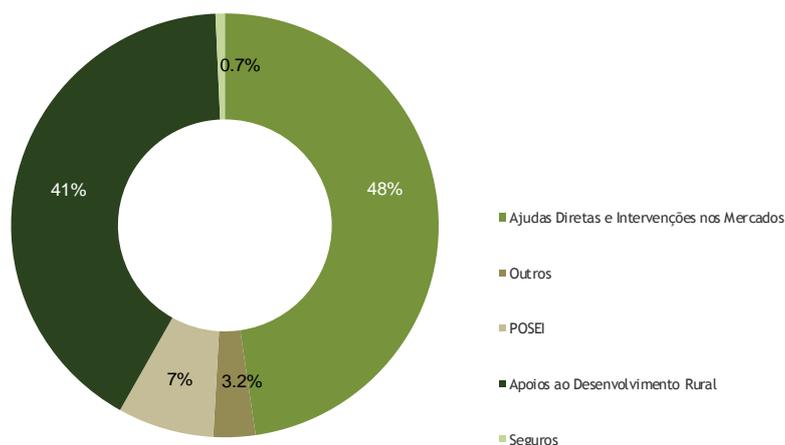
No Quadro 11 apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola. A respetiva desagregação encontra-se no Anexo 3.

Quadro 11 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola

	unid:mil euros	
	2016	2017
Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados	818 275	679 559
Apoios ao Desenvolvimento Rural	604 312	586 077
POSEI	115 556	103 823
Medidas Veterinárias	650	965
Seguros	9 442	10 039
Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional	791	856
Outras	6 261	42 956
Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*)	-1 980	366
<b>Total</b>	<b>1 553 307</b>	<b>1 424 641</b>

(\*) Inclui despesas de encerramento do QCAIII e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Gráfico 5 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%)



### 2.1.1. Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

Conforme anteriormente referido, no ano de 2017, foram pagos 679.6 milhões de euros de ajudas diretas e intervenções nos mercados, sendo apresentada no Anexo 3 a respetiva desagregação de montantes.

#### 2.1.1.1. Ajudas diretas

Os pagamentos de ajudas diretas ascenderam a 568 milhões de euros.

No último trimestre de 2017 foi atualizada a aplicação informática que permitiu o processamento, em 13 de outubro de 2017, do reembolso da Disciplina Financeira referente à campanha de 2015, no montante estipulado na legislação comunitária.

O montante disponível para reembolso, de cerca de 6.7 milhões de euros, foi fixado através do R.2016/2073 que define, ainda, as regras de reembolso das dotações não utilizadas.

O referido reembolso foi, assim, efetuado a todos os beneficiários (39 134) de Pagamentos Diretos, incluindo o POSEI, sujeitos à taxa de ajustamento (Disciplina Financeira) no exercício para o qual a dotação não utilizada transitou.

#### **Regime de Pagamento Base (RPB)**

Em 2015 foi instituído o RPB, ao abrigo do qual foram atribuídos novos direitos, de acordo com o estipulado no R.1307/2013.

Em junho de 2017, foi realizado o pagamento do saldo do RPB, do Pagamento aos jovens agricultores e do *Greening*, todos referentes à campanha 2016, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de uma taxa de rateio de 0.6%.

Durante o período de apresentação das candidaturas foram formalizadas as transferências de direito ao RPB. O formulário de transferências de direitos ao pagamento permite recolher as transferências definitivas (sem terra e as situações de herança) e as temporárias de direitos (acompanham a transferência temporária de terra).

O mesmo formulário de transferências é também utilizado pelos beneficiários que participam no Regime de pequena agricultura (RPA), pois estes são titulares de direitos definitivos de RPB.

Em 2017 foram apresentadas cerca de 7 800 transferências de direitos de pagamento envolvendo cerca de 161 000 direitos e um montante total de 15 milhões de euros. Cerca de 2 500 transferências foram objeto de controlo de qualidade. Estas transferências, sujeitas a filtragem, correspondem às que obrigam a anexar documentos comprovativos.

O pagamento do adiantamento de 70% ocorreu em outubro de 2017 e o pagamento da primeira prestação (95%) foi realizado em dezembro. Neste último, foram incluídos os beneficiários com direitos atribuídos por via da reserva nacional.

Da reserva nacional foram atribuídos cerca de 40 000 direitos a cerca de 780 beneficiários (580 jovens agricultores e 200 beneficiários em início de atividade) no montante total de 3,8 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes às cadeias de pagamento desta ajuda. Estes procedimentos englobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação de penalizações e sanções.

### **Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente (*Greening*)**

A partir da campanha 2016, no âmbito do pagamento *Greening* foi instituída a prática equivalente da cultura de cobertura, para efeitos do cumprimento da prática benéfica para o ambiente e clima relativa à diversificação de culturas. Esta prática é verificada por organismos certificadores, que recolhem a informação das três práticas obrigatórias do *Greening* e a

remetem ao IFAP, através da DGADR, entidade responsável pelo reconhecimento daquelas entidades.

As práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente são as seguintes:

- Diversificação das culturas;
- Manutenção dos prados permanentes;
- Detenção de uma superfície de interesse ecológico.

O apuramento da ajuda *Greening* reveste-se de elevada complexidade devido às validações específicas, nomeadamente a verificação da isenção e o cumprimento de cada uma das práticas agrícolas de todos os beneficiários do RPB. Para além destas verificações, o cálculo da ajuda e o quadro sancionatório são exclusivos da medida. A introdução da prática equivalente torna o cálculo desta ajuda ainda mais complexo, devido à introdução de uma fonte de informação externa ao IFAP, o que obriga ao seu tratamento prévio.

O prazo de cumprimento desta prática termina a 15 de março do ano seguinte ao da candidatura, pelo que o pagamento só pode ser realizado após aquela data. No primeiro ano de aplicação aderiram a esta prática cerca de 380 beneficiários.

No PU de 2017 foram definidos e testados os requisitos para a verificação da isenção e da obrigação das práticas do pagamento *Greening*, sendo os agricultores alertados quanto aos incumprimentos das obrigações da diversificação de culturas e da área mínima necessária para a prática das superfícies de interesse ecológico. A fim de evitar eventuais reduções de pagamentos forma introduzidas melhorias na transmissão desta informação, incluindo-a no separador dos Avisos/Alertas.

### **Pagamento para os Jovens Agricultores (PJA)**

O PJA é um pagamento anual complementar, concedido por um período máximo de 5 anos a partir do ano de instalação, que incide sobre jovens detentores de direitos de pagamento base e ativados no pedido. Nos PU estão incluídos os pedidos de atribuição de direitos à reserva nacional de RPB. As candidaturas de jovens agricultores e dos agricultores em início de atividade obrigam à detenção de formação específica. Os candidatos têm que obrigatoriamente efetuar o *upload* da documentação comprovativa da formação adquirida até 31 de maio do ano da candidatura.

No momento da candidatura, caso a documentação relativa à formação para cumprimento do requisito de formação já exista em candidaturas anteriores, fica dispensado da sua apresentação.

Após a análise das candidaturas da reserva nacional e pagamento aos jovens agricultores de 2016 e de 2017 foram disponibilizados, na respetiva área do portal do IFAP, ou remetidos via postal, ofícios aos beneficiários que não cumprem os requisitos de formação previstos.

Em 2017 foram apresentadas cerca de 1 300 candidaturas à reserva nacional e 2 900 pedidos de pagamentos aos jovens agricultores, tendo sido verificado o requisito da formação para a sua totalidade (cerca de 1 000 são coincidentes). No que diz respeito à formação, cumpriram o critério 92% dos beneficiários que solicitaram pagamento para os jovens agricultores e 82% dos beneficiários que solicitaram direitos à reserva nacional.

#### **Pagamento Redistributivo (PRE)**

No ano de 2017 foi implementado o PRE. A fim de financiar este pagamento é aplicada uma redução linear ao valor de todos os direitos ao pagamento, inclusive aos direitos detidos pelos agricultores candidatos ao RPA, para os anos de 2017, 2018 e 2019. Em dezembro de 2016 foi estipulado o limite máximo financeiro, pelo que o valor dos direitos foi atualizado antes do início do período de apresentação das candidaturas de 2017. Em setembro de 2017, o limite máximo financeiro anteriormente estipulado foi aumentado o que levou à aplicação de nova redução linear ao valor dos direitos, antes do pagamento do adiantamento do RPB de outubro.

O pagamento da 1ª prestação do PRE, que consiste no pagamento indicativo de 50€/ha aos primeiros 5 hectares elegíveis ativados com direitos ao pagamento, encontrava-se previsto para janeiro de 2018, mas foi antecipado para dezembro de 2017.

#### **Regime de Pequena Agricultura (RPA)**

Este pagamento requer que o agricultor possua direitos ao RPB e que mantenha o número de hectares elegíveis iguais ou superiores ao número de direitos que lhe foram atribuídos em 2015.

O pagamento do saldo da campanha 2016, foi realizado na data prevista, junho de 2017, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de uma taxa de rateio de 0,6%.

Em relação às candidaturas de 2017, o pagamento do adiantamento em outubro, fez com que o seu financiamento fosse realizado com base em estimativas menos precisas, dado que o cálculo da reserva ainda não se encontrava estabilizado.

### **Regimes de Apoio Associado Voluntário**

Este regime consiste na concessão de apoios, sob a forma de pagamentos anuais, de Prémios à vaca em aleitamento, à vaca leiteira, por ovelha e cabra, e ainda pagamentos específicos por superfície ao arroz e ao tomate para transformação.

Em junho de 2017, conforme previsto, procedeu-se ao pagamento do saldo destas ajudas da campanha 2016, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou uma taxa de rateio de 0.6%.

Foi, igualmente, processado o pagamento da 2ª e última tranche relativa a 20% do apoio excecional aos produtores de leite, concedido pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1613, da Comissão de 8 de setembro.

Em outubro foi efetuado o pagamento de um adiantamento de 70% de todas as ajudas, referente à campanha de 2017 e, em dezembro, o pagamento da 1ª prestação (95%), conforme previsto.

Os potenciais beneficiários dos prémios associados animais de 2018, que no PU de 2017, não assinalaram a candidatura ao respetivo prémio, foram alertados atempadamente no sentido poderem proceder à apresentação do formulário de candidatura aos referidos prémios, cuja data limite foi 31 de dezembro de 2017.

Foram disponibilizados no portal do IFAP os formulários relativos à declaração de candidatura aos regimes de apoio associado animais, declaração de redução de efetivos e declaração de comercialização relativa ao tomate.

### 2.1.1.2. Intervenções nos mercados

No ano de 2017, os pagamentos referentes a Intervenções nos mercados totalizaram 111.6 milhões de euros.

#### **Setor Vitivinícola**

Os pagamentos referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV) totalizaram 88.8 milhões de euros.

A vigorar no período de 2014 a 2018, o PNASV inclui as seguintes ajudas: Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros, Destilação de Subprodutos da Vinificação, Reestruturação e Reconversão das Vinhas e Seguro Vitícola de Colheitas.

No ano de 2017, a Reestruturação e reconversão das vinhas representou 88% do total pago no setor.

#### Promoção de vinhos em mercados de países terceiros

No ano de 2017, e no âmbito desta ajuda, salienta-se todo o trabalho desenvolvido, sempre com o foco de esclarecer os beneficiários e promotores sobre as regras e obrigações do regime, com vista à redução da taxa de erro. Neste sentido, foram realizadas duas ações de informação e divulgação organizadas juntamente com o IVV e a IGAMAOT. Ao longo do ano, desenvolveram-se, também, diversas reuniões de carácter formativo junto dos beneficiários, alertando-os para a necessidade premente de uma boa formalização do pedido de pagamento e para o envio da devida documentação de suporte, fatores de maior importância para o regular reembolso da ajuda.

Foram também dados passos importantes na integração deste regime na plataforma informática dos Apoios ao Investimento, tendo-se desenvolvido o módulo de formalização do termo de aceitação, da apresentação da despesa e o módulo de apresentação do pedido de pagamento.

#### Destilação de subprodutos de vinificação

Na ajuda aos destiladores que transformem subprodutos da vinificação, salienta-se a contribuição prestada no sentido da simplificação da legislação, definindo-se regras e objetivos bem mais racionais, que possibilitam a implementação de um novo modelo de gestão da medida,

assente na desburocratização e desmaterialização de todo o processo, com ganhos assinaláveis para todos os *stakeholders*.

Seguindo a estratégia delineada em 2016, intensificou-se a atualização das recuperações e regularizações dos pagamentos indevidos, com a conclusão de vários processos pendentes de tramitação, bem como a respetiva liberação das garantias bancárias, sem descurar todos aqueles que, entretanto, foram dando entrada e sido tratados no decorrer do próprio exercício.

#### Reestruturação e reconversão das vinhas

Relativamente à gestão/operacionalização do Regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas destaca-se a realização das seguintes tarefas:

- Emissão de pareceres e decisões, solicitados pelas DRAP, sobre várias situações/questões (transferências de titularidade de candidaturas, reclamações de beneficiários, dúvidas sobre procedimentos, dúvidas no âmbito de processos devedores, questões jurídicas, etc.);
- Apoio técnico aos utilizadores das DRAP sobre os procedimentos a ter em consideração no tratamento das candidaturas e dos pedidos de pagamento no âmbito da aplicação informática *online*;
- Monitorização dos processos de análise e decisão de candidaturas e de pedidos de pagamento;
- Preparação de notícias ou orientações a transmitir aos beneficiários e às DRAP por *e-mail* ou a publicar no portal do IFAP;
- Gestão das candidaturas apresentadas no período excepcional Intempéries, na sequência dos problemas reportados e da análise efetuada por parte da DRAP NORTE;
- Realização de ação de formação na CONFAGRI em janeiro de 2017, sobre novas regras a aplicar na campanha VITIS 2017/2018 previstas na Legislação e nas Normas aplicáveis ao programa;
- Validação dos módulos de perguntas e conteúdos para formação *e-learning* VITIS;

No âmbito da análise dos pedidos de transferência de titularidade, para as candidaturas físicas das campanhas anteriores a 2014/2015, foram realizadas 40 transferências de titularidade. Para as candidaturas *online* das

campanhas 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017, foram aprovadas 210 transferências de titularidade.

#### Seguro vitícola de colheitas (SVC)

O SVC visa contribuir para proteger os rendimentos dos produtores de uva para vinho quando sejam afetados por acontecimentos climáticos adversos. Este mecanismo de apoio é integralmente financiado pelo orçamento da União Europeia.

#### 2.1.2. Apoios ao desenvolvimento rural

No ano de 2017 foram pagos 586.2 milhões de euros de apoios ao desenvolvimento rural, sendo 88% relativos ao Continente, 9% à Região Autónoma dos Açores e 3% à Região Autónoma da Madeira.

Este ano foi marcado pela ocorrência de incêndios florestais de grandes proporções, que desencadearam uma série de danos e prejuízos em áreas localizadas nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo. A dimensão e gravidade dos danos e prejuízos causados pelos mencionados incêndios justificaram o reconhecimento oficial da situação como catástrofe natural, tendo sido acionada a aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do Potencial Produtivo». O apoio destinou-se às explorações agrícolas com danos superiores a 30% nos ativos fixos tangíveis e ativos biológicos do seu capital produtivo, correspondentes a animais, plantações plurianuais, máquinas, equipamentos, armazéns e outras construções de apoio à atividade agrícola. O montante global do apoio disponível foi de dez milhões de euros, sob a forma de subvenção não reembolsável.

No que respeita a Medidas agroambientais (MAA), foi efetuado no primeiro semestre de 2017 o pagamento de saldo da medida Pagamento Natura e das medidas Apoios zonais de carácter agroambiental, Pastoreio extensivo, Mosaico agroflorestal, Apoio à apicultura e Manutenção das galerias ripícolas.

Em outubro, foram efetuados os adiantamentos das AZD, bem como das MAA do Continente: Agricultura Biológica, Produção Integrada, Conservação do Solo e Culturas Permanentes Tradicionais. Em novembro efetuou-se o adiantamento do Pagamento Natura e em dezembro, o pagamento de saldo da Agricultura Biológica, Produção Integrada e Conservação do Solo e o pagamento das Raças Autóctones.

A partir de 2017 passou a ser exigida formação específica para a Produção integrada e Agricultura biológica, o que implicou que nas candidaturas deste ano passasse a ser obrigatório o *upload* dos documentos comprovativos da formação, e a necessidade de verificação da sua totalidade (aproximadamente 14 mil).

A não confirmação dos compromissos MAA durante 2 anos consecutivos determina a exclusão dos mesmos com a correspondente devolução dos apoios recebidos, pelo que, durante o período de apresentação das candidaturas, foram remetidos ofícios aos beneficiários que não confirmaram o compromisso em 2016 a alertar para a sua confirmação em 2017, se aplicável.

As transferências de compromissos agro-ambientais continuaram a ser formalizadas através de formulário próprio para o efeito, englobando também os direitos ao pagamento e os projetos florestais. Na transmissão das parcelas às quais estejam associados compromissos MAA, o cessionário das mesmas tem que apresentar o formulário de transferência e assinalar ou não a continuidade do compromisso MAA do cedente.

Em 2017 foram apresentadas cerca de 2900 transferências de compromissos de MAA, envolvendo cerca de 63 mil hectares. Destas, 50% da área transferida com compromissos dizia respeito à Produção Integrada, correspondendo a 40% da totalidade das transferências. O compromisso das Culturas permanentes tradicionais, representando 10% da área transferida com compromissos, representou 50% do número total.

Para a recolha dos dados relativos à medida Uso eficiente da água foi desenvolvida uma aplicação de recolha de dados no portal do IFAP. Esta aplicação permitiu maior celeridade no envio dos dados por parte das Entidades Reconhecedoras de Regantes (ERR), bem como o despiste de erros grosseiros que contribuíam para o elevado custo administrativo e atraso no apuramento da ajuda. Com a implementação desta ferramenta o tempo para a recolha e tratamento da totalidade dos dados diminuiu de vários meses para menos de um mês.

Foi desenvolvido o documento “Caracterização dos compromissos agro-ambientais da exploração agrícola” e disponibilizado na área reservada do portal do IFAP. Este instrumento facilitou a elaboração dos pedidos de pagamento e a formalização das transferências de compromissos de MAA, pois nele são apresentadas as parcelas do beneficiário com compromissos do

próprio e com compromissos de outros, bem como os compromissos do beneficiário em parcelas de outros beneficiários.

O procedimento referente às deduções retroativas (artigo 35º do R.640/2014) aplicadas em consequência das reduções de compromisso de 2016 em relação a 2015 foi alterado, passando estas deduções a ser efetuadas por compensação na conta corrente financeira.

Tendo presente o montante total aprovado no PDR 2020 para o pagamento Natura e para as três zonas das AZD (zona de montanha, zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas e zonas sujeitas a condicionantes específicas) foi calculado o montante total e aferido o rateio a aplicar em cada uma das zonas, a fim de respeitar os limites orçamentais. Nos pagamentos da campanha de 2016 foi alterado o regime sancionatório pelo R.2016/1393, vulgo “cartão amarelo”. Neste regime aplica-se a penalização de uma vez e meia em vez do dobro da diferença, para além da aplicação da redução da penalização quando a diferença encontrada é inferior a 10%, caso aplicável. Neste caso, se o agricultor reiterar a penalização no ano seguinte, então a redução da penalização aplicada no ano anterior é deduzida no ano seguinte.

No âmbito da análise e decisão das candidaturas para a aplicação de critérios de seleção para aprovação, com a dotação orçamental para cada regime de apoio do PRODERAM 2020, foram efetuadas as estimativas de montantes declarados, com os pressupostos de cálculo das candidaturas referentes aos PU de 2017 da RAM. Após este cálculo, foi remetido para decisão da AG PRODERAM 2020, que por sua vez comunicou ao IFAP a aprovação das candidaturas do ano 2017. Depois de aprovado o montante total previsto, o montante das submedidas das AZD foi aplicado sem rateio, tendo a decisão sido comunicada aos beneficiários na área reservada do portal do IFAP, em conformidade com o estabelecido nas respetivas Portarias.

No âmbito do Protocolo estabelecido com os serviços da RAA, articulado entre a DGDR e AG do PRORURAL+, foram efetuados pelo IFAP pagamentos das Medidas agroambientais do PDRu, PRORURAL e PRORURAL+, rececionadas e apuradas pelos serviços da RAA.

No âmbito das medidas da florestação de terras agrícolas (FTA) foram realizados os pagamentos da anuidade de 2017 dos prémios dos R.2328/91,

R.2080/92 e RURIS/FTA. O pagamento do PRODER Sub-ação 2.3.2.2 foi calendarizado para janeiro de 2018.

Relativamente à transmissão dos projetos florestais em caso de herança (única via possível), procedeu-se à adaptação do formulário de transferências de direitos e compromissos MAA, de modo a incluir a transmissão destes projetos. A formalização da transmissão é realizada neste formulário mas sem ligação ao PU de 2017, pelo que se mantém obrigatória a indicação da transmissão na candidatura, para possibilitar a apresentação do pedido de pagamento do cessionário.

No prosseguimento das tarefas inerentes à gestão destas medidas garantiu-se a análise e elaboração de pareceres técnicos sobre projetos, no que respeita a transferências de titularidade, alterações, rescisões ou modificações contratuais e conclusão de projetos.

Foram, igualmente, remetidos ofícios de cancelamento dos projetos aos beneficiários que não apresentaram pedido de pagamento durante dois anos consecutivos.

Com vista à regularização de pagamentos suspensos relativos a anuidades anteriores à integração dos pedidos de pagamento no PU, foram desencadeadas diversas ações de controlo administrativo cruzado.

Para as medidas de Investimento, foi possível registar, durante 2017, a submissão de 9103 pedidos de pagamento, mais 5712 pedidos de pagamento do que os registados em 2016. Em termos de distribuição por programa, verifica-se que cerca de 88% dos pedidos de pagamento foram submetidos em 2017, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente. Destes, 68% encontram-se concentrados nas Medidas de Investimento na exploração agrícola e da Instalação de jovens agricultores, 11% no Restabelecimento do potencial produtivo, 8% nas Medidas florestais e 5 % nas Medidas LEADER.

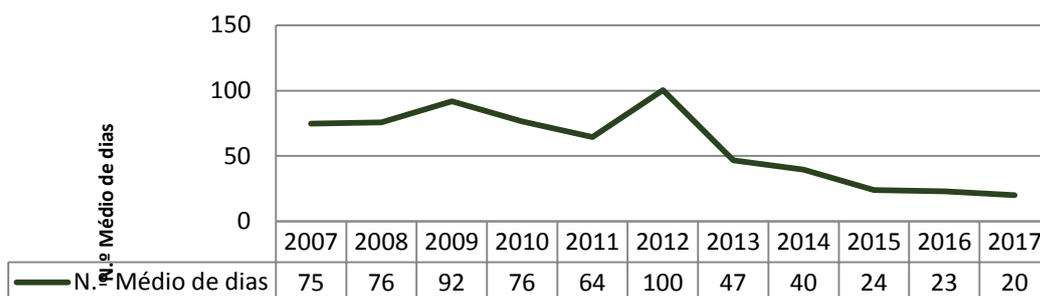
No âmbito destes projetos, foram analisadas as operações com adiantamentos e emitidos os respetivos mapas de autorização de liberação de garantias, que corresponderam a um total de 224 garantias bancárias liberadas.

O IFAP participou no grupo de trabalho que tinha como objetivo elaborar proposta de reprogramação das medidas 4 e 8 do PDR 2020, a apresentar à Comissão Europeia, e nesse contexto, a sua simplificação administrativa, em particular da medida 8, por via do alargamento desses custos.

Ainda no que respeita aos apoios ao Investimento compete, em matéria de devedores (recuperação de verbas), atuar numa fase de pré-contencioso, de modo a que, voluntariamente, as entidades devedoras venham a regularizar os valores em dívida. Os processos de recuperação de verbas são criados na sequência das decisões de recuperar verbas indevidamente auferidas, por ocorrência de erros ou constatações de irregularidades, verificadas nos projetos de investimento. No ano em questão, e à semelhança dos anteriores, não obstante o elevado número de processos devedores constituídos, conseguiu-se cumprir, em termos médios, o prazo definido, no normativo em vigor, para a constituição de um processo devedor - 30 dias após a constatação da dívida, conforme ilustra o

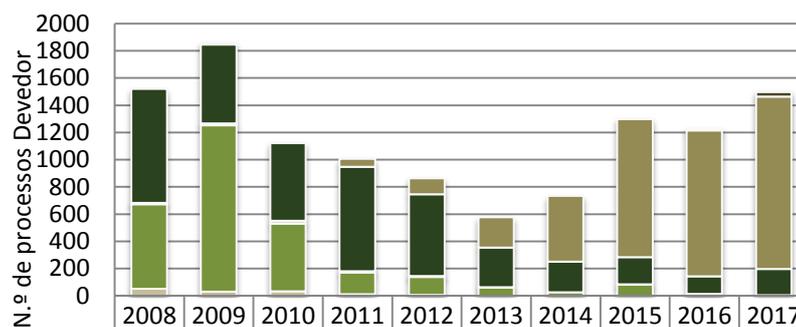
Gráfico 6.

Gráfico 6 - N.º médio de dias para constituição dos processos de devedor, por ano



No ano de 2017, foram constituídos 1498 processos devedores, dos quais, cerca de 84% se referem a operações relativas ao período de programação 2007-2013, o que representa um acréscimo de 18% relativamente ao ano de 2016 e vai ao encontro da tendência que se tem verificando desde 2014, altura em que os processos de devedor deste período de programação passaram a representar a maioria dos processos tramitados, situação justificável pelo facto de se estar a proceder ao encerramento do referido Programa.

Gráfico 7 - N.º processos devedor constituídos, por ano/programa



■ INV - Período de Programação 2014-2020									14	33
■ PPI - Período Programação 2007-2013		5		59	119	223	483	1014	1072	1268
■ Programas FEAGA - FEADER	837	580	570	767	600	290	225	200	128	192
■ PESCAS	8	15	22	9	2	2		1	1	2
■ FFP	2				4					
■ QCA III	621	1221	498	160	132	61	26	83	15	3
■ Medidas anteriores QCAIII	52	32	33	12	8	1		1		

**Legenda:**

INV - Período Programação 2014-2020: PDR 2020, PRORURAL+, PRODERAM2020, MAR 2020

PPI – Período Programação 2007-2013: PRODER, PRORURAL, PRODERAM, PRRN, PROMAR

Programas FEAGA – FEADER: Florestação de Terras Agrícolas – RURIS e Reg. (CE) nº 2080/92, Vinha, Reforma Antecipada PESCAS – POMARE

FFP – Fundo Florestal Permanente

QCA III – POAGRO, Medidas AGRIS, PORCAIBT, PDRu, PEDIZA, POPRAM, PRODESA, Assistência Técnica

Atentas as regras definidas no R.1306/2013, nomeadamente no que respeita ao prazo para emissão da Decisão Final de recuperação (18 meses após a constatação de uma irregularidade), tem sido dada especial atenção a este requisito, desenvolvendo-se esforços na tramitação dos processos devedores transitados dos anos anteriores, e ainda em curso, objetivando a sua conclusão no mais curto período de tempo, não descurando o tratamento dos processos constituídos em 2017, por forma ao cumprimento dos prazos definidos nos normativos aplicáveis.

Tal facto é facilmente verificável, na medida em que, das 950 audiências prévias emitidas no ano em apreço, 862 (91%) referem-se a processos devedores abertos em 2017, sendo que destas, 81% referem-se ao período de programação 2007-2013 e 18% a projetos aprovados ao abrigo do programa de reconversão e reestruturação da vinha.

Por fim, importa referir que, no ano de 2017, deu-se início, ainda que sem grande expressão, à tramitação dos processos devedores constituídos no âmbito do período de programação 2014-2020.

### 2.1.3. Programa POSEI

No âmbito dos Programas de Apoio Específico às Regiões Ultraperiféricas (POSEI), foram pagos 103.8 milhões de euros.

Os pagamentos de saldo da campanha 2016 foram realizados durante o prazo definido de pagamento, depois de assegurado o cumprimento dos diversos *plafonds* por medida/ação, o que em alguns casos conduziu à aplicação de taxas de rateio.

No que diz respeito às candidaturas da campanha 2017, efetuou-se um adiantamento de 70% ao prémio às vacas aleitantes, vacas leiteiras, produtores de leite e produtores de ananás da RAA. Em dezembro foi pago o saldo do prémio às vacas aleitantes e vacas leiteiras e o pagamento da 1ª prestação aos produtores de leite. Também em dezembro procedeu-se ao pagamento do prémio aos produtores de ovinos e caprinos e da ajuda aos produtores de culturas arvenses.

Na RAM, procedeu-se ao pagamento, em dezembro, da primeira prestação da Medida 1 e da Medida 2 - Fileira da cana-de-açúcar.

À semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes às diversas aplicações de recolha e validação dos dados do apuramento das diversas ajudas da RAA e cadeias de apuramento das ajudas da RAM.

No caso da RAA foi realizado o acompanhamento das funções delegadas ao IAMA e DRDR.

Foram implementadas/operacionalizadas alterações previstas de suporte ao apuramento das ajudas, nomeadamente, no caso da RAM para a Medida 1 em que foi adaptada a cadeia de apuramento da ajuda com leitura da informação subjacente ao cálculo, a partir do Módulo Horizontal.

### 2.1.4. Medidas veterinárias - Medidas de gestão centralizada

O IFAP é responsável pela gestão e pagamento, aos produtores pecuários, das indemnizações por abates sanitários. Por inerência de funções, o IFAP é também o organismo responsável pela gestão das despesas com cofinanciamento do FEAGA, continuando a centralizar a documentação respeitante às despesas passíveis de reembolso e a proceder à elaboração do respetivo pedido de reembolso. Indemnizar os proprietários de animais

das espécies bovina, ovina, caprina e avícola sujeitos a abate compulsivo, com vista a salvaguardar a saúde pública e animal é um dos objetivos.

#### 2.1.5. Seguros

No âmbito do quadro de intervenção do Sistema de Seguros Agrícolas (SSA), o qual abrange o Seguro de Colheitas (SC), o Seguro Vitícola de Colheitas (SVC) e o Seguro de Frutas e Hortícolas (SFH-OP), o IFAP prosseguiu, durante o ano de 2017, com a gestão técnica e financeira do sistema, onde se salienta a realização da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do SSA.

O IFAP colaborou ainda na divulgação do SSA, através da realização de ações de formação junto das DRAP e da participação em colóquios organizados pelas mesmas, nos quais estiveram presentes várias entidades ligadas ao setor, nomeadamente agricultores, organizações de agricultores e seguradoras.

Quanto ao mecanismo de compensação de sinistralidade foram concluídos os procedimentos que permitem o apuramento de sinistralidade, incluindo a totalidade dos seguros abrangidos pelo SSA.

##### Seguro de colheitas (SC)

No âmbito deste seguro foram ainda desenvolvidas outras tarefas, tais como a elaboração de cenários, tendo em vista a redução do encargo com a medida, a realização de testes e disponibilização às seguradoras do módulo aplicacional dos sinistros e a elaboração do caderno de requisitos de extensão do SC à RAM.

##### Seguro de Frutas e Hortícolas (SFH-OP)

Em 2017 foram desenvolvidos os procedimentos que permitirão, à semelhança do que ocorre com o SC e o SVC, que a informação relativa a este seguro seja remetida ao IFAP pelas seguradoras, via portal do IFAP.

##### Seguro Vitícola de Colheitas

O seguro vitícola de colheitas visa contribuir para proteger os rendimentos dos produtores de uva para vinho quando sejam afetados por acontecimentos climáticos adversos, sendo financiado a 100% por fundos comunitários. Previsto no Programa Nacional de Apoio para o Sector Vitivinícola, trata-se do reembolso de uma percentagem do prémio do

seguro de colheita contratado, em conformidade com as despesas elegíveis e cobertura contratada. Os apoios são pagos por intermédio das Seguradoras, que procedem à dedução do valor do apoio ao valor do prémio no ato de pagamento do prémio de seguro.

#### 2.1.6. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Foi assinado, em novembro, o protocolo da Linha de Crédito para Apoio à Alimentação Animal 2017, entre o IFAP e diversas Instituições de Crédito.

Esta Linha de Crédito decorre das medidas de apoio à Seca 2017, sendo uma linha de crédito garantida, destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores do setor da bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, suinicultura em regime extensivo, equinicultura, assinicultura e apicultura, com o objetivo de compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal, devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais.

O montante global de crédito a conceder é de 5 milhões de euros, sendo o crédito concedido sob a forma de empréstimo reembolsável, pelas Instituições de Crédito que celebraram protocolo com o IFAP, bem como as entidades do Sistema Português de Garantia Mútuo, devendo o beneficiário recorrer a estas Instituições para apresentar a sua candidatura a esta Linha de Crédito.

Foi ainda dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional que foram implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento dos setores agrícola e agroindustrial.

#### 2.1.7. Outros apoios

O ano de 2017, devido à adversidade climática que assolou praticamente todo o território continental e, sobretudo, pelo flagelo dos incêndios florestais que assumiu proporções incontroláveis, ficará certamente para a história, mas não pelas melhores razões. Estas calamidades tiveram reflexo no atividade do Instituto, por lhe terem sido atribuídas incumbências não previstas nem planeadas, e também pelo aumento substancial do volume de solicitações a crescer às habituais.

Pese embora estas contingências, atingiram-se os principais objetivos e conseguiu-se dar sequência, ou mesmo concluir dentro do próprio ano, o

que foi adicionalmente solicitado ao IFAP. Foi necessário estabelecer prioridades e definir estratégias de resolução, destacando-se o apuramento das indemnizações a atribuir aos agricultores afetados pelo grave incêndio deflagrado em outubro de 2017, nas regiões Norte e Centro, que resultou no apuramento de uma ajuda a mais de 14 000 lesados.

Ainda com o objetivo de amenizar os prejuízos da seca e dos incêndios, foi criada uma linha de crédito de apoio à alimentação animal e duas linhas de crédito para a madeira ardida, uma destinada à comercialização e outra ao parqueamento, para as quais o IFAP contribuiu institucionalmente na elaboração dos respetivos protocolos com a SPGM e Agrogarante.

O IFAP colaborou, também, com o ICNF na implementação de uma ajuda à madeira de pinho queimada armazenada em parques e no pagamento aos produtores.

Destaca-se ainda o apuramento da majoração aos pequenos agricultores que utilizaram o gasóleo colorido e marcado em 2016, cuja dimensão da amostra foi de mais de 90 000 beneficiários iniciais.

Outra matéria a mencionar, foi o desenvolvimento de uma aplicação informática de gestão para pagamento das indemnizações por prejuízos atribuídos ao Lobo.

## 2.2. Ajudas ao setor da pesca

No que respeita ao setor da pesca, foram pagos 43.5 milhões de euros no ano de 2017.

Quadro 12 - Pagamentos efetuados ao setor da Pesca

	unid:mil euros	
	2016	2017
MAR 2020	15 995	43 418
PROMAR	40 482	-150
Linhas de Crédito	372	237
Despesas de Encerramento de QCA III	-36	-6
<b>Total Pescas</b>	<b>56 813</b>	<b>43 499</b>

### 2.2.1. MAR 2020

O programa operacional MAR 2020 tem por objetivo implementar em Portugal, as medidas de apoio enquadradas no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), sendo as suas prioridades estratégicas:

- Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento;
- Assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental do setor da pesca e da aquicultura, contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política Marítima Integrada;
- Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentar o emprego e a coesão territorial, bem como aumentar a capacidade e qualificação dos profissionais do setor.

O Programa Operacional inclui novas áreas de intervenção prioritárias, que anteriormente eram geridas de forma direta pela Comissão Europeia, como sejam o Programa de recolha de dados, o Controlo e vigilância da atividade da pesca, a Organização comum de mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, o Plano de compensação para as regiões ultraperiféricas e, ainda, sob gestão partilhada, a Política marítima integrada.

No ano de 2017 foram assinados 29 contratos do PROMAR e 435 do MAR 2020.

Relativamente à implementação da amostra documental prevista no Sistema de Gestão e Controlo do MAR 2020, o ano de 2017 foi marcado pela implementação da amostra composta por 30 documentos de despesa (também alargada às operações financiadas pelo FEADER) e pela definição dos requisitos aplicacionais que permitem, não só a seleção documental automática por aplicação do método de MUS - *Monetary Unit Sampling*, mas também a estimativa da materialidade do erro e o respetivo alargamento da amostra (se a materialidade do erro apurado for maior ou igual a 2%).

### 2.2.2. Seguros

#### Seguro Aquícola

O seguro aquícola, implementado em 2017, é um seguro que abrange a cobertura das perdas económicas das populações aquícolas dos estabelecimentos aquícolas que utilizam, como meio de cultivo, as águas doces, marinhas ou salobras, localizados em Portugal Continental,

licenciados pela DGRN ou ICNF. É um seguro com apoio financeiro ao prémio, suportado pelo Estado Português/FEAMP.

### 2.2.3. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Foi dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional, implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento do setor das pescas.

Através do despacho n.º 10868/2017, procedeu-se à abertura de um novo período de candidaturas para acesso à linha de crédito instituída pelo Decreto-Lei nº 116/2014, de 5 de agosto. Esta linha de crédito, com juros bonificados para financiamento das entidades do setor das pescas, destina-se a disponibilizar meios financeiros necessários à manutenção das suas atividades, que permitam a aquisição de fatores de produção e a liquidação ou renegociação de dívidas, junto de fornecedores de fatores de produção ou de instituições de crédito. Este alargamento visou atenuar as debilidades financeiras e os níveis de endividamento dos operadores económicos do setor das pescas, fomentando o seu potencial de crescimento e viabilizando soluções mais favoráveis no relacionamento deste tecido empresarial com as instituições financeiras de suporte em setor. Tendo em conta que o montante global de crédito fixado no n.º 1 do artigo 3.º do referido Decreto-Lei não foi atingido no decurso do segundo período de apresentação de candidaturas, considerou-se oportuna a abertura de um novo período de candidaturas para acesso ao financiamento conferido por esta linha de crédito. O montante máximo de crédito a conceder neste novo período de candidaturas tem o limite de 4.1 milhões de euros.

### 3. Controlo

#### 3.1. Sistema integrado de gestão e controlo

No âmbito da gestão e manutenção dos principais elementos do sistema integrado de gestão e controlo (SIGC)<sup>2</sup>, foram desenvolvidas diversas atividades, designadamente, no âmbito do Sistema de identificação de beneficiários (IB), Sistema de identificação de parcelas agrícolas (SIP), Sistema nacional de identificação e registo de animais (SNIRA) e do Sistema de identificação e registo de direitos.

##### 3.1.1. Sistema de identificação de beneficiários

A 31 de dezembro de 2017 estavam registados no Sistema de Identificação de Beneficiários do IFAP (IB) 472 594 utilizadores, representando um decréscimo de 2.13% face ao período homólogo.

Este decréscimo deveu-se à desativação de beneficiários em resultado do cruzamento da informação residente no IB com a informação residente no IRN, que permitiu confirmar óbitos e validar elementos de identificação civil dos utilizadores registados no IB.

O cruzamento com a informação do IRN contribuiu igualmente para o aumento, em 8%, do número de alertas enviados via correio eletrónico (cerca de 230 mil), no âmbito dos procedimentos automáticos instituídos para atualização e manutenção da qualidade dos dados do IB.

No quadro das atividades de manutenção do Sistema de identificação de beneficiários destacam-se as seguintes:

- Envio de 29 289 binómios NIF/NIB para validação junto do IGCP/SIBS, dos quais 1209 tiveram resposta negativa (4.1%), pelo que esta validação continua a permitir diminuir a carga administrativa e aumentar a fiabilidade dos pagamentos efetuados.

O acréscimo do número de binómios enviados para validação IGCP/SIBS (mais 30.3% que em 2016) deveu-se a uma alteração de procedimentos efetuada em 2017. Neste ano, o procedimento de validação foi alterado, de modo a permitir a validação independente de binómios

---

<sup>2</sup> O SIGC permite garantir a regularidade das despesas efetuadas no domínio das ajudas diretas, financiadas pelo FEAGA, e de determinados apoios dos Eixos 2 e 4, financiados pelo FEADER. Reúne um conjunto de procedimentos regulamentares e técnicos para gestão e controlo das ajudas, a partir dos quais é possível obter um conhecimento integral das explorações agrícolas (identificação do responsável e informação sobre as superfícies e animais envolvidos).

NIF/NIB de contas específicas para pagamento de ajudas/projetos pertencentes a um mesmo beneficiário. Deste modo, passou a haver impedimento de pagamento apenas das ajudas/projetos cujos binómios NIF/NIB associados não sejam válidos, ou seja, caso um beneficiário tenha um ou mais NIF/NIB inválidos tal não o impedirá de receber outros pagamentos referentes a ajudas/projetos cujos NIF/NIB associados sejam válidos.

- Análise semanal de erros associados a NIB não aderentes ao *Single Euro Payments Area* (SEPA).

### 3.1.2. Sistema de identificação de parcelas agrícolas

O fornecimento da informação de suporte ao PU 2017 obrigou à implementação de alterações na informação de base necessária à formalização das candidaturas do Pedido Único.

Em junho de 2017, após o termo do período de candidaturas, procedeu-se à consolidação da informação existente na tabela do Parcelário criada com a informação existente à data da apresentação das candidaturas, para utilização no controlo administrativo cruzado da campanha 2017.

Foram também efetuadas as alterações necessárias à integração da informação relativa aos resultados do controlo de campo de superfícies e do VITIS, no Parcelário.

Em 2017 foram desenvolvidas diversas novas funcionalidades no iSIP, nomeadamente:

- A implementação de notificações automáticas para os beneficiários de explorações que sejam objeto de alterações e que tenham indicado endereço de *email* no respetivo IB. Funcionalidade com entrada em funcionamento prevista para o início de 2018;
- O novo serviço de visualização de imagens em falsa cor ou de imagens de satélite de que o IFAP dispõe;
- As ferramentas para migração de *shapefiles* para os *layers* de parcelas e/ou ocupações do solo, que permitiram potenciar a utilização do GPS na atualização da informação do Parcelário;
- A visualização de etiquetas (*labels*) em alguns *layers* do Parcelário, o que facilitou o acesso rápido à informação referente ao número das parcelas ou à classe da ocupação do solo;

- A nova ferramenta de digitalização, que permite adequar um polígono a outro de um *layer* diferente (por exemplo, adequar o limite de uma ocupação do solo ao *layer* da Rede Natura);
- A funcionalidade *Query layers*, que permite que um utilizador possa aplicar um filtro à informação a exibir no ecrã (por exemplo, visualizar apenas as parcelas de um determinado NIF);
- A funcionalidade *Upload* de documentos, que viabiliza o cumprimento da obrigação de *upload* prévio dos documentos de suporte (título de posse) para que seja possível acrescentar ou identificar novas parcelas.

No contexto da Medida Simplex *O Parcelário acessível a todos*, implementada em 2016, a fim de dar continuidade à melhoria da capacidade de acesso dos utilizadores à informação do Parcelário, procedeu-se à disponibilização das seguintes funcionalidades:

- iSIP do agricultor - Visualizador dedicado aos beneficiários, acessível através da área reservada do portal do IFAP. Faculta a visualização da informação das respetivas explorações (parcelas, ocupações do solo ou outra informação da exploração, sobre o ortofotomapa mais recente) e a exportação da informação vetorial correspondente às parcelas, ocupações do solo ou polígonos de investimento;
- iSIP Público - Visualizador que permite a visualização pública de parcelas identificadas no iSIP, ocupações do solo ou outras camadas de informação de suporte, sem associação de dados pessoais;
- Serviço de dados geográficos do IFAP - Permite a exportação livre de limites de parcelas ou de ocupações do solo declaradas nos PU dos anos 2016 ou 2017, bem como ocupações do solo dos anos 2010 a 2015.

Findo o primeiro ciclo de 4 anos da revisão do Parcelário no Continente, o IFAP continuou a garantir a sua atualização através da organização, estruturação, comunicação e monitorização da revisão anual de 20% das parcelas declaradas no PU. Os trabalhos de fotointerpretação relativos ao novo período, cujo objetivo para 2017 foi a revisão da zona sul do país, tiveram início a 17 de julho.

Quadro 13 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2017

ANO DA AMOSTRA	Nº PARCELAS DISTRIBUÍDAS PARA REVISÃO	Nº PARCELAS REVISTAS	COM REVISÃO APROVADA	
			Nº PARCELAS	% APROVAÇÃO
2017	186 143	186 023	160 105	86.1%

Em 2017 foram adquiridos novos modelos digitais de terreno para a produção de ortofotomapas nas Regiões Autónomas e foi lançado o concurso para a aquisição de fotografias aéreas para o Continente, para disponibilização no iSIP durante o segundo semestre de 2018.

A prestação de esclarecimentos via plataforma Info.SIP<sup>3</sup> materializou-se no envio e receção de cerca de 6500 mensagens de correio eletrónico.

### 3.1.3. Sistema nacional de identificação e registo de animais

Em 2017 foi disponibilizada, na base de dados do Sistema nacional de identificação e registo de animais (SNIRA), uma nova aplicação para registo da identificação de ovinos e caprinos e efetuada a integração dos resultados do controlo 2016 a ovinos e caprinos.

A introdução de melhorias na funcionalidade que possibilita a realização de transferências de titularidade/averbamentos contribuiu para a consolidação da aplicação para registo de marcas de exploração de instalações pecuárias, existente no SNIRA.

A fim de descentralizar e tornar a plataforma SNIRA mais eficiente, foram disponibilizadas ferramentas de correção. De salientar que a BD SNIRA continuou a receber cerca de 4000 comunicações por dia.

A melhoria e optimização do serviço prestado passaram também pela execução de um projecto de interoperabilidade entre o SNIRA e os livros genealógicos de bovinos.

Foram implementadas as alterações introduzidas pela publicação dos Decretos-Lei n.ºs 32/2017 e 33/2017, de 23 de março.

<sup>3</sup> Plataforma Info.SIP - Ferramenta de eficiência na gestão da informação constituída por um canal de comunicação utilizado para apoiar as entidades externas no exercício das suas competências no âmbito da atualização do Parcelário, bem como para prestar esclarecimentos aos beneficiários, garantindo sempre a confidencialidade.

### 3.1.4. Sistema de identificação e registo de direitos

As transferências de direitos ao pagamento RPB são formalizadas durante o período de apresentação das candidaturas. O formulário de transferências de direitos ao pagamento permite recolher as transferências definitivas (sem terra e as situações de herança) e as temporárias (acompanham a transferência temporária de terra). O mesmo formulário é utilizado pelos beneficiários que participam no Regime da pequena agricultura, uma vez que também estes são titulares de direitos definitivos RPB.

Em 2017 foram apresentadas cerca de 7800 comunicações de transferência de direitos ao pagamento, envolvendo aproximadamente 161 000 direitos (Quadro 14) e um montante total de 15 M€.

Quadro 14 - Transferências de direitos RPB em 2016 e 2017

TIPO DE TRANSFERÊNCIA	Nº COMUNICAÇÕES		Nº DIREITOS	
	2016	2017	2016	2017
Definitiva	5 010	5 227	126 806	123 233
Temporária	124	96	6 096	3 593
Herança	1 954	2 456	27 843	32 113
Fusão	14	0	374	0
Alteração de estatuto jurídico ou denominação	18	14	194	2 006

No âmbito da verificação da conformidade das transferências de direitos, foram enviados cerca de 250 ofícios a solicitar o envio do formulário devidamente assinado, para finalização do processo.

Os pedidos de atribuição de direitos à Reserva nacional RPB (RN) estão incluídos no formulário PU.

A candidatura de jovens agricultores e de agricultores em início de atividade obriga à apresentação (*upload*) de documentação comprovativa de formação específica adquirida até 31 de maio do ano da candidatura.

Em 2017 foram apresentadas cerca de 1300 candidaturas à RN e 2900 pedidos de pagamento de jovens agricultores, das quais cerca de 1000 foram comuns a ambos os casos.

Todas estas candidaturas foram sujeitas à verificação do cumprimento do requisito relativo à formação, tendo-se concluído que 92% dos jovens agricultores que solicitaram pagamento e 82% dos beneficiários que solicitaram direitos à RN eram detentores da formação exigida.

Após a análise das candidaturas à RN e a realização dos pagamentos aos jovens agricultores das campanhas 2016 e 2017, os beneficiários que não cumpriram os requisitos de formação exigidos foram informados, por ofício disponibilizado na área reservada do portal do IFAP, ou enviado por via postal.

Em 2017 foram atribuídos cerca de 40 000 direitos da RN a aproximadamente 780 beneficiários (580 jovens agricultores e 200 agricultores em início de atividade), no montante total de 3.8 M€.

Os beneficiários com direitos atribuídos por via da RN foram incluídos no pagamento da 1ª prestação (95%) de RPB, realizado em dezembro de 2017.

### 3.2. Controlo administrativo

Na sequência das validações do controlo administrativo cruzado da campanha 2017, foram notificados 2471 beneficiários no âmbito da audiência escrita consignada pelo Código do Procedimento Administrativo, podendo, para um mesmo beneficiário, a notificação referir-se a mais do que um erro.

Quadro 15 - Resultado do controlo administrativo 2017

TIPO DE ERRO	Nº BENEFICIÁRIOS COM ERRO	
	EM 2017	EM 2016
Nº de identificação do equídeo não validado pela DGAV para o beneficiário	1 842	622
Redução da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar	411	527
Parcelário declarado por mais que um beneficiário	123	130
Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar por vários beneficiários em baldio	83	12
Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar por vários beneficiários em baldio	83	150
Redução da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar	70	117
Equídeo declarado por mais que um beneficiário	18	24
Beneficiário não associado ao gestor de baldio no SNIRA para a espécie declarada	12	20
Beneficiário associado ao gestor de baldio no SNIRA mas não no SIP	10	-
Cão de guarda declarado por mais que um beneficiário	2	6
Gestor de Baldio não registado no SNIRA como entidade gestora	-	1

O acréscimo de quase 64% relativamente ao número de beneficiários notificados na campanha anterior deve-se ao significativo aumento do número de ocorrências

do erro “Nº de identificação do equídeo não validado pela DGAV para o beneficiário”, que constou em cerca de 75% das notificações. Cerca de 42% destes erros foram regularizados até ao final de 2017, após correção de erros de formalização das candidaturas e atualização, por parte da DGAV, dos registos na base de dados.

### 3.3. Controlo físico

Em 2017, o IFAP continuou a assegurar a realização atempada do controlo *in loco*, condição fundamental para o pagamento das ajudas e apoios do FEAGA e FEADER, nos prazos programados e de acordo com a regulamentação e normativos aplicáveis.

As amostras para controlo foram definidas e divulgadas dentro dos prazos estabelecidos. De igual modo, foram desenvolvidas em tempo útil as tarefas de elaboração de normativos de controlo, formação e credenciação de controladores e preparação das aplicações informáticas de suporte.

A monitorização da execução das atividades de controlo *in loco*, determinante para o cumprimento dos prazos, foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos que possibilitaram a oportuna deteção, análise e retificação de eventuais desvios face ao inicialmente estabelecido no plano anual de controlo.

No âmbito do controlo da condicionalidade, a partir de abril de 2017 foram enviados cerca de 1800 ofícios para comunicação de incumprimentos detetados na campanha 2016, com indicação das correspondentes taxas de penalização. Após análise, foi dada resposta aos cerca de 280 processos de contestação recebidos.

Quando adequado, foram aplicadas sanções decorrentes do controlo da condicionalidade aos pagamentos da campanha 2016, tendo o montante total deduzido ascendido a cerca de 1M€.

Em dezembro de 2017, foi aplicada a taxa da condicionalidade aos pagamentos da campanha 2017, com base nos resultados de campo recolhidos à data.

Nos quadros 16 a 28 são mencionados os controlos realizados, em 2017, no âmbito de diversas ajudas.

Quadro 16 - Continente - Controlos *in loco* de superfícies, realizados nos anos 2016 e 2017

unid: hectares

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2016	Campanha 2015	6	218
	Campanha 2016	10 759	283 852
Ano 2017	Campanha 2016	4	1 245
	Campanha 2017	12 797	319 208

Nota: Os controlos da Campanha 2016 realizados em 2017 decorrem de seleções extra-amostra (por solicitação ou para auditoria).

Quadro 17 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2016 e 2017

unid: hectares

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2016	Campanha 2016	4 169	43 742
Ano 2017	Campanha 2017	3 752	35 718

Quadro 18 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2017

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Campanha 2016	Explorações	16	391
	Matadouros	1	181

Quadro 19 - Continente - Controlos de animais<sup>4</sup>, realizados nos anos de 2016 e 2017

			Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Ano 2016	Campanha 2016	Prémio por ovelha e cabra	1 201	162 773
		Prémio por vaca em aleitamento	816	103 090
		Prémio por vaca leiteira	201	31 953
Ano 2017	Campanha 2017	Prémio por ovelha e cabra	1 229	122 274
		Prémio por vaca em aleitamento	937	112 778
		Prémio por vaca leiteira	273	37 700

<sup>4</sup> O controlo das ajudas do setor animal abrange também o controlo dos animais que estão simultaneamente incluídos nestas ajudas e na componente animal das candidaturas às medidas Agricultura e recursos naturais e Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Quadro 20 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017

unid: hectares

	CONTINENTE		RAA		RAM	
	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Aves selvagens e conservação de habitats naturais	303	42 851	12	655	5	5
Lamas de depuração e higiene e segurança alimentar	1 118	102 300	61	1 994	131	89
Nitratos	201	19 081	0	0	0	0
Produtos fitofarmacêuticos e Proteção das águas subterrâneas	1 118	102 300	61	1 994	131	89
Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas	34	4 146	21	1 109	0	0

Quadro 21 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017

unid: nº controlos

	CONTINENTE	RAA	RAM
Segurança alimentar	526	110	18
Substâncias proibidas, B agonistas			
Encefalopatias espongiformes transmissíveis			

		CONTINENTE		RAA		RAM	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS
Identificação e registo animal	Bovinos	1 506	104 656	111	12 954	20	581
	Ovinos / Caprinos		145 413		234		5
	Suínos		53 837		10		458

Quadro 22 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2017 realizados em 2017

unid: nº controlos

	CONTINENTE	RAA	RAM
Proteção dos animais nas explorações pecuárias	526	110	18
Normas mínimas de proteção dos vitelos	237	97	6
Normas mínimas de proteção dos suínos	160	8	4

Quadro 23 - Condicionalidade - Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), controlos da Campanha 2017 realizados em 2017

unid: hectares

	CONTINENTE		RAA		RAM	
	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA)	1 506	216 159	111	4 138	20	21

Quadro 24 - FEADER - Controlos *in loco* de projetos de investimento, realizados em 2017

unid: mil euros

	AMOSTRA 2016		AMOSTRA 2017	
	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
PDR 2020	5	424	139	19 957
PRORURAL +	0	0	15	3 144
PRODERAM 2020	0	0	10	589
MAR 2020	0	0	6	703

Quadro 25 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos *in loco* realizados em 2017

unid: hectares

	AMOSTRA 2016		AMOSTRA 2017	
	Nº PROJETOS	ÁREA CONTROLADA	Nº PROJETOS	ÁREA CONTROLADA
PRODER	0	0	33	11 501
RURIS	3	1 198	58	9 331
QCA I e II - R 2328/91 e 2080/92	0	0	185	17 217

Quadro 26 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos *in loco* realizados em 2017

unid: mil euros

	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
Amostra 2017	2	6 622

Quadro 27 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos *in loco* realizados em 2017

	Nº PROJETOS CONTROLADOS
Campanha 2014	47
Campanha 2015	603
Campanha 2016	2 221
Campanha 2017	(*) 202
<b>Total</b>	<b>3 073</b>

(\*) Controlo prévio.

Quadro 28 - Outros controlos realizados em 2017

	unid: nº controlos		
	AMOSTRA 2016	AMOSTRA 2017	TOTAL
Ajuda ao leite e produtos lácteos para os alunos das escolas	0	184	184
POSEI RAM - Medida 2 - Ação 2.5- Fileira da Banana	0	135	135
POSEI RAM - Medidas 2 e 3 (exceto Ação 2.5 - Fileira da Banana)	0	104	104
Redução da Produção de Leite de Vaca	0	55	55
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível	0	46	46
Regime de fruta escolar	0	25	25
Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais	0	19	19
Programa Apícola Nacional	0	18	18
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Controlos 1º nível	0	11	11
Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros	4	3	7
Organizações e Agrupamentos de Produtores - Manutenção do reconhecimento	0	7	7
Açúcar (Reg. 952/2006)	0	5	5
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 2º nível	0	3	3
Ações de Promoção - PROMAG	2	0	2
Assistência Mútua - Açúcar	0	2	2
Assistência Mútua - Algodão	0	2	2
Assistência Mútua - Fundo Operacional	0	2	2
Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas	0	2	2
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Controlos 2º nível	0	2	2
Açúcar (Reg. 967/2006)	0	1	1
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Organizações caritativas	0	1	1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>627</b>	<b>633</b>

### 3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade

No âmbito do acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA foram tratadas 7230 ocorrências<sup>5</sup>, o que representa um decréscimo de 37% relativamente a 2016. As ocorrências com maior peso foram as relativas à BD SNIRA (68%), seguidas das referentes a IB (28%) e PU (4%). O decréscimo do número de dúvidas comunicadas ao IFAP (-37%) deve-se à estabilização das aplicações informáticas e dos procedimentos.

Foram realizadas 11 sessões de trabalho das Comissões de acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA e de

<sup>5</sup> Recebidas através de canais de comunicação específicos, designadamente 2 linhas telefónicas, 2 caixas de e-mail (Info.ib e Info.snira) e uma aplicação de gestão de ocorrências referentes a formulários, disponível na área reservada do portal do IFAP. Estes canais são determinantes para a rápida disseminação de informação e para a resolução de eventuais constrangimentos aplicativos.

atualização do Parcelário, para acompanhamento, avaliação e resolução das dificuldades técnicas e/ou logísticas sentidas pelas entidades delegadas<sup>6</sup>.

Com base em critérios objetivos previamente estabelecidos, o IFAP procedeu à realização de ações de acompanhamento *in loco* nas entidades delegadas, tendo visitado 37 entidades (35 no Continente e 2 na RAA) com funções delegadas ao nível do PU e IB. Nestas visitas foram controlados parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, os procedimentos utilizados no processo de receção de pedidos de ajuda e os procedimentos para actualização/manutenção de dados referentes à identificação do beneficiário. A ação de acompanhamento da função delegada PU realizada na RAA teve como objetivo conhecer a metodologia e normas de procedimentos aplicadas na formalização das candidaturas e no controlo administrativo, uma vez que a RAA dispõe de uma aplicação informática autónoma para a recolha dos pedidos de ajuda e apuramento das ajudas.

As ações de acompanhamento foram realizadas em abril e maio de 2017, no Continente, e em julho, na RAA.

O acompanhamento das funções delegadas relativas às comunicações à BD SNIRA foi assegurado através de visitas *in loco* e de análise processual em gabinete. Foram visitadas 21 salas e realizadas 472 ações em gabinete.

À semelhança do acompanhamento de campanhas anteriores, a constituição de equipas multidisciplinares permitiu a realização de ações de acompanhamento com incidência nas 4 funções delegadas (IB, PU, SIP e SNIRA) o que, além de evidentes ganhos de eficácia, proporcionou uma perspetiva global à avaliação efetuada.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades recetoras reuniam, de modo geral, as condições necessárias para um eficiente desempenho das tarefas inerentes à receção de formulários no âmbito das funções delegadas IB, PU e SNIRA, apesar de, nalguns casos, se ter constatado a desatualização da informação registada no portal do IFAP, no que respeita a unidades orgânicas, à correta distribuição dos respetivos utilizadores e contactos e horários, situações para as quais foram feitas recomendações de implementação imediata.

---

<sup>6</sup> Entidades de natureza pública, com competências técnicas na matéria objeto de delegação ou entidades de natureza privada e cooperativa, desde que reconhecidas para o efeito através de protocolo outorgado entre o IFAP e a entidade delegada (DL 22/2013).

Para além do apoio e formação prestados ao longo do ano, o acompanhamento das funções delegadas do Parcelário incidu em três vertentes distintas: visitas a salas de parcelário, análise de parcelas editadas em atendimento e verificação do processo de atendimento (controlo documental).

Foram efetuadas visitas a 37 salas de Parcelário (4.2% do universo de salas de Parcelário) e elaborado o respetivo relatório. A apreciação global foi positiva, embora o IFAP considere ser necessário que as entidades reforcem o cumprimento das normas e aumentem o esforço de formação.

Do universo das 298 144 parcelas editadas em atendimento, 4534 foram alvo de controlo de qualidade (1.52%).

O controlo de qualidade processual em gabinete foi realizado através da análise documental de 270 processos.

Na vertente investimento, foram realizadas 7 ações de acompanhamento, conforme previsto no plano de acompanhamento de 2017, definido no contexto do Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas (GAFD). Por razões de natureza operacional, 4 destas ações foram realizadas no Continente, no âmbito do PDR 2020, e 3 GAL das Regiões Autónomas (2 na RAA e 1 na RAM).

O controlo de qualidade do PU e IB incidu em cerca de 5% dos formulários rececionados no Continente e na RAM, selecionados de acordo com critérios estabelecidos especificamente para estes formulários. Este controlo foi realizado em gabinete e visou aferir os procedimentos de receção dos formulários em particular no que se refere à presença de assinaturas e de documentos obrigatórios.

No que se refere especificamente ao PU foram realizados controlos de qualidade a cerca de 5.4% formulários.

Relativamente aos formulários IB apenas se atingiu os 2.5% de formulários selecionados na amostra.

O atraso no controlo de qualidade foi motivado pelos seguintes fatores que, à exceção do primeiro, originaram um elevado número de constrangimentos a serem obrigatoriamente resolvidos antes da realização dos pagamentos:

- Seleção da amostra efetuada em finais de agosto devido a constrangimentos na aplicação informática de suporte;
- Realização de um controlo extra para avaliação da totalidade das procurações registadas no IB, a fim de assegurar o cumprimento da

formação específica requerida para a Medida 7 - Agricultura e Recursos Naturais, do PDR 2020, nos casos em que o procurador assumia a gestão integral da exploração agrícola;

- Implementação, no último trimestre de 2017, de novos procedimentos no formulário IB (cruzamento com a informação do IRN), que levou à realocação de recursos de modo a permitir dar resposta às subseqüentes solicitações internas e externas;
- Criação de novos IB e atualização de informação em IB existentes, no âmbito da operacionalização dos apoios para fazer face aos danos provocados pelos incêndios.

Acresce que, sendo o controlo de qualidade efetuado durante todo o ano, os formulários IB submetidos nos últimos meses do ano são selecionados e controlados no ano seguinte.

No entanto, considerando o total de formulários IB controlados, quer no âmbito da amostra selecionada para controlo de qualidade, quer decorrentes de outras situações em que foram detetadas irregularidades de IB, constata-se que foram controlados 15.4% dos formulários submetidos no Continente e RAM.

No que se refere às comunicações de transferências de direitos RPB, o controlo de qualidade incidiu em cerca de 2500 formulários (aproximadamente 32% das comunicações recebidas), correspondentes às transferências que obrigam à anexação de documentos comprovativos.

Para controlo da qualidade da revisão regular do Parcelário, o IFAP analisou cerca de 11 200 parcelas, representando cerca de 6% do universo das parcelas revistas.

No âmbito do controlo de qualidade do Parcelário, em cumprimento do disposto na Regulamentação Comunitária<sup>7</sup> foram reportados os resultados da inspeção de qualidade efetuada ao SIP-SIG relativamente ao ano 2016 e iniciados os trabalhos de inspeção referentes ao ano 2017, tendo por base a metodologia definida pelo JRC<sup>8</sup> e recorrendo a uma aplicação desenvolvida especificamente para o efeito. Esta metodologia prevê a implementação de dois testes: um para avaliação da qualidade do modelo conceptual - *Abstract Test Suite* (ATS) do SIP-SIG, e outro para avaliação da qualidade da informação

---

<sup>7</sup> Os EM devem avaliar anualmente a qualidade do sistema de identificação de parcelas agrícolas.

<sup>8</sup> Centro Comum de Investigação (Joint Research Centre - JRC). Tem como principal objetivo prestar apoio científico e técnico às políticas da UE. Constitui uma interface entre a investigação tecnológica e as suas aplicações concretas no âmbito das políticas comunitárias.

residente no sistema (ETS). Este teste incidu sobre uma amostra aleatória de 1250 parcelas SIP, com área útil do Primeiro Pilar, declarada no PU, superior a zero, de acordo com a metodologia ETS estabelecida pelo JRC.

Na área dos apoios ao investimento, foram realizados 496 controlos de qualidade prévios à contratação, correspondendo a cerca de 5.5% dos projetos que deram entrada no sistema de informação do IFAP, para contratação.

Quadro 29 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2017

	Nº CONTROLOS
PDR2020	471
PRODERAM 2020	13
PRORURAL+	12
<b>Total</b>	<b>496</b>

No domínio dos controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, foram selecionados para controlo 731 processos de pagamento validados, correspondendo a uma taxa de controlo de 5.8%.

Quadro 30 - Processos de pagamentos validados selecionados para controlo de qualidade prévio ao pagamento de apoios ao investimento, em 2017

	Nº PROCESSOS
PRODER	386
PRODER/PDR 2020	250
PDR 2020	62
PRORURAL+	13
MAR 2020	12
PROMAR	8
<b>Total</b>	<b>731</b>

No âmbito da abordagem LEADER, do PRODER, foi realizado o controlo de qualidade prévio ao pagamento de 361 processos (cerca de 49.4% do total de processos selecionados), tendo deste modo ficado assegurado o controlo da totalidade das reanálises efetuadas no âmbito do Plano de ação de monitorização dos postos de trabalho, que decorreu do Inquérito RD3/2015/015/PT, da CE, em que foram identificadas deficiências quanto à verificação da criação de postos de trabalho.

Todas as operações da abordagem LEADER que, por circunstâncias várias, foram reanalisadas, foram igualmente objeto de controlo de qualidade quanto ao cumprimento dos objetivos e metas fixados na candidatura.

No âmbito do PRODERAM 2020 não foram realizados quaisquer controlos de qualidade prévios ao pagamento, pelo facto deste programa se encontrar em fase inicial (a validação da despesa dos pedidos de pagamento foi efetuada pelo Núcleo de Apoios Comunitários na RAM, do IFAP), tendo sido privilegiado o controlo de qualidade prévio à contratação dos apoios.

No que se refere especificamente aos programas de desenvolvimento rural (PRODER, PDR 2020 e PRORURAL+), o número de processos que foram sujeitos a controlo de qualidade prévio ao pagamento totalizou 711 processos, correspondendo a 5.9 % do conjunto dos processos de pagamento validados nestes programas.

Na sequência da submissão dos pedidos de pagamento finais da Ação 2.3.1 Minimização dos Riscos - Subação 2.3.1.1 Defesa da Floresta Contra Incêndios - Cumprimento das Regras de contratação pública, e da solicitação da IGF na Certificação de Contas de 2015, o IFAP efetuou o *follow up* das respetivas reanálises.

A avaliação do desempenho das entidades controladoras foi efetuada através do controlo de qualidade do controlo *in loco* por elas realizado. As amostras de controlo de qualidade, com componente aleatória e de risco, foram selecionadas com base nos controlos *in loco* realizados e nos resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores, tendo sido desencadeadas ações de controlo em gabinete (análise dos relatórios de controlo *in loco*) e de recontrolo (repetição do controlo *in loco*) e elaborados os respetivos relatórios.

Nos quadros 31 a 35 são mencionados os controlos de qualidade do controlo efetuados, em 2017, no âmbito de diversas ajudas.

Quadro 31 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas superfícies, realizados em 2017

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	AMOSTRA 2017 (*)		
	AJUDAS DIRETAS	DESENVOLVIMENTO RURAL	CONDICIONALIDADE (BCAA)
Gabinete	73	54	13
Recontrolo	28	36	4
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>90</b>	<b>17</b>

(\*) A amostra do controlo de qualidade de 2017 incide sobre os controlos *in loco* da amostra de 2016.

Quadro 32 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas animais, realizados em 2017

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	AMOSTRA 2017 (*)		
	PRÉMIO POR OVELHA E CABRA	PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO	RÉMIO POR VACA LEITEIRA
Gabinete	131	69	22
Recontrolo	1	4	1
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>73</b>	<b>23</b>

(\*) A amostra do controlo de qualidade de 2017 incide sobre os controlos *in loco* da amostra de 2016.

Quadro 33 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2017

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	PRODER	PRORURAL	RURIS - MEDIDAS TRANSITADAS - REFORMA ANTECIPADA
Gabinete	1	2	0
Recontrolo	19	1	1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Quadro 34 - Controlos de qualidade do controlo no âmbito dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas, financiados pelo FEAGA, realizados em 2017

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV)	Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas do Continente (VITIS)	
		VITIS 2016	VITIS 2017 (*)
Recontrolo	8	53	8

(\*) Controlo prévio.

Quadro 35 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2017

	Nº CONTROLOS (*)	
POSEI RAA - Armazenagem privada queijo Ilha e S. Jorge	402	
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Controlos 1º nível	46	
Programa Apícola Nacional	14	
POSEI RAM - FHF	Comercialização	11
	Expedição	2
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível	11	
Leite Escolar - RAA	8	
Organizações e Agrupamentos de Produtores - Manutenção do reconhecimento	7	
POSEI RAM - Vinho	Expedição	4
	Transformação	2
POSEI RAM - Cana de açúcar	2	
POSEI RAM - Leite	2	
POSEI RAM - Produtos agropecuários	Transformação	2
<b>Total</b>	<b>513</b>	

(\*) Foi efetuada a revisão documental de 100% da amostra de controlo.

#### 4. Relacionamento com instituições comunitárias

O IFAP, no âmbito das suas competências enquanto Organismo Pagador do FEAGA e FEADER, é auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TC, IGF e IGAMAOT). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas (CFA), fórum europeu de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Deste modo, apresenta-se, de seguida, um breve enquadramento das auditorias desenvolvidas pela CE e pelo TCE ao IFAP, sendo elencadas as auditorias realizadas em 2017 ou com desenvolvimentos nesse ano, embora iniciadas em anos precedentes.

##### 4.1. Auditorias comunitárias

Nos termos do R.1306/2013, deve a CE, tendo em conta a proteção dos interesses financeiros da Comunidade, bem como os princípios de boa gestão financeira, assegurar-se que os Estados-Membros se certificam da legalidade e regularidade das despesas financiadas no âmbito do FEAGA e do FEADER. Para este efeito, procede a ações de inspeção, no sentido de verificar da existência do bom funcionamento dos respetivos sistemas de gestão e controlo.

O resultado das verificações são comunicadas aos Estados-Membros, que deverão proceder, se caso disso, à implementação de eventuais medidas corretivas.

Também no âmbito do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados, cujo processo de apuramento contabilístico tem como objetivo a avaliação da integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas em relação aos pagamentos de subsídios, a CE procede à realização de inquéritos aos Estados-Membros.

Por outro lado, o TCE deve examinar todas as receitas e despesas comunitárias e publicar o seu parecer anualmente. Para isso, o Tribunal emite uma declaração de fiabilidade, geralmente conhecida pelo acrónimo francês DAS - *Déclaration d'Assurance*, baseada no trabalho de auditoria realizado a uma amostra de transações relativas a determinados regimes.

A DAS constitui, assim, o parecer formal do Tribunal sobre a fiabilidade das contas da UE e sobre a legalidade e regularidade das operações

subjacentes, cujo resultado é determinante para a fundamentação do procedimento de quitação<sup>9</sup>.

É, pois, neste enquadramento que, durante 2017, foram coordenados e acompanhados pelo IFAP os inquéritos e missões de auditoria realizados pela CE, ou TCE, discriminados no Anexo 4.

Durante o ano de 2017, o IFAP coordenou oito novos inquéritos comunitários promovidos pela CE e quatro promovidos pelo TCE.

Em igual período, o IFAP coordenou dezassete processos relativos a inquéritos abertos em anos anteriores, tendo resultado, para além dos contraditórios escritos, a realização de seis reuniões bilaterais com os auditores da CE, e de quatro reuniões com o Órgão de Conciliação.

#### 4.2. Comité dos fundos agrícolas

A administração do FEAGA e do FEADER, criados ao abrigo do R.1290/2005, para financiar as despesas da PAC, foi confiada pelo Conselho à Comissão, estando prevista uma estreita colaboração entre os Estados-Membros e a Comissão, no âmbito do CFA.

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2017, foram realizadas nove reuniões deste órgão, tendo sido analisado e debatido um conjunto alargado de documentos relevantes para os diversos Estados-Membros, dos quais destacamos, entre outros, as Decisões de Execução da Comissão relativas aos pagamentos mensais do FEAGA, as informações sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, documentos relativos aos incumprimentos de prazos de pagamento e informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento das contas.

---

<sup>9</sup> A quitação constitui a vertente política do controlo externo da execução orçamental e define-se como a decisão pela qual o Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, "liberta" a Comissão relativamente à sua gestão, encerrando assim o orçamento. Este procedimento de quitação pode originar três situações: a concessão, o adiamento ou a recusa da quitação.

### 4.3. Conferências

#### **Conferências de diretores dos organismos pagadores da UE**

Semestralmente são realizadas as Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE, nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito, sido elaborados *dossiers* técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2017, realizaram-se, nos períodos de 18 e 19 de maio e de 4 a 8 de outubro, em Gozo (Malta) e Tartu (Estónia), respetivamente, a 41.<sup>a</sup> e 42.<sup>a</sup> Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores, que contaram com a participação dos representantes dos Organismos Pagadores (OP) dos 28 Estados Membros (EM), da Comissão Europeia (CE), do Tribunal de Contas Europeu (TCE), do Organismo de Luta Anti-Fraude (OLAF), do Órgão de Conciliação (OC) e do Grupo *Panta Rhei*.

#### **Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação**

Realizou-se em 16 de novembro de 2017, em Bruxelas (Bélgica), a 11.<sup>a</sup> Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e Organismos de Coordenação, dedicada às temáticas relacionadas com a Legalidade e Regularidade das Contas, nomeadamente os planos de ação implementados pelos Estados-Membros em resultado das auditorias e das reservas constantes no Relatório Anual de Atividades da DG AGRI, bem como cálculo das correções financeiras, dando continuidade ao já discutido na conferência anterior.

Este evento anual é um fórum privilegiado para a troca de experiências entre os Estados-Membros, designadamente no que respeita aos principais erros apontados pela CE aos sistemas de gestão e controlo, bem como às diferentes soluções encontradas pelos Estados-Membros para ultrapassar os mesmos.

#### **Conferências do Grupo *Panta Rhei***

Em 2017, o IFAP participou na 51.<sup>a</sup> e 52.<sup>a</sup> Conferências do Grupo *Panta Rhei*, realizadas em abril e outubro, em Budapeste (Hungria) e em

Madrid (Espanha), dando continuidade às temáticas dedicadas à aplicação de novas tecnologias de informação decorrentes da implementação da nova PAC, bem como aos impactos da entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no regular funcionamento dos organismos pagadores.

As referidas Conferências contaram com a participação de representantes dos Estados-Membros da UE, da CE e do TCE.

## 5. Auditoria

No âmbito da auditoria desenvolveram-se diversas atividades gerais, durante o ano de 2017, das quais se destacam as seguintes:

- Coordenação dos trabalhos subjacentes à aprovação da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do MAR 2020;
- Enquanto interlocutor da IGF (Organismo de Certificação), coordenação e acompanhamento da auditoria da Certificação de Contas de 2017, e follow-up da implementação das recomendações e dos erros financeiros das auditorias da IGF no âmbito da Certificação de Contas de 2016 e de exercícios anteriores;
- Enquanto interlocutor da IGAMAOT, acompanhamento das ações de controlos ex post de medidas FEAGA e FEADER e dos respetivos erros financeiros, das ações de auditoria e de inquéritos;
- No âmbito do acompanhamento de auditorias externas, coordenação e acompanhamento a auditoria do Tribunal de Contas ao IFAP;
- No domínio da auditoria contínua, acompanhamento dos planos de ação e ações complementares e de Grupos de Trabalho.

No âmbito das Funções delegadas, para além das atividades gerais inerentes à coordenação e supervisão, foi dada continuidade aos procedimentos conducentes ao desenvolvimento de um sistema de informação para o acompanhamento das funções delegadas (SIAFD), e a criação e apresentação aos membros do GAFD de um projeto de modelo de avaliação do desempenho das entidades delegadas.

As atividades relativas às auditorias internas e ao investimento e às ações de follow up de recomendações, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito das Funções delegadas encontram-se detalhadas no Anexo 5.

## 6. Área jurídica

O ano de 2017 caracterizou-se pelo forte envolvimento desta área na implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no IFAP, que se consubstanciou no estudo aprofundado do novo regime de proteção de pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses mesmos dados. Este estudo procedeu, ainda, à identificação

das áreas onde é necessário intervir para que o IFAP esteja em conformidade com o RGPD, bem como na proposta de criação do grupo de trabalho para diagnosticar, planear e monitorizar a implementação das ações concretas necessárias ao cumprimento das obrigações do IFAP neste âmbito.

No ano de 2017 destacou-se a atuação do IFAP no processo de revisão dos protocolos celebrados com entidades públicas, designadamente o protocolo de articulação funcional com as Autoridades de gestão do PDR 2020, PRODERAM 2020, PRORURAL+ e protocolos de articulação e delegação de tarefas com as Regiões Autónomas, nomeadamente no âmbito do Regime específico de abastecimento (REA) e das Medidas de apoio às produções locais (MAPL) do POSEI e tarefas do organismo pagador.

Importa igualmente realçar o forte envolvimento no processo legislativo relacionado com as suas atribuições e competências, designadamente enquanto Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER. De entre esse conjunto de iniciativas legislativas, determinantes para a boa execução das funções que lhe estão cometidas, destacam-se os processos detalhados no Anexo 6.

É também de assinalar o forte envolvimento no apoio prestado em procedimentos de contratação pública, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para o IFAP, as quais se encontram destacadas no Anexo 6.

Apresentam-se igualmente no Anexo 6, as intervenções mais relevantes relativas a pareceres emitidos e propostas de atuação.

A gestão, intervenção e execução na tramitação de processos de recuperação de verbas, permitiu o encerramento de mais de 7000 processos, envolvendo uma redução do débito em cerca de 33.5 milhões de euros.

Ainda na tramitação de processos foi dado apoio às Unidades Gestoras de Medida (UGM), na vertente jurídica, administrativa e informática (BD Devedores e reengenharia iDev).

Foram preparados, em articulação com a AT, novos procedimentos a considerar para instauração de execuções fiscais (diretamente no portal das Finanças).

Procedeu-se a uma monitorização periódica mensal sobre as diferentes fases dos processos, com particular acuidade sobre os processos a aguardar a emissão de uma decisão final de recuperação (para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do R.1306/2013).

Foram elaborados reportes mensais ao Conselho Diretivo e às diversas autoridades de gestão sobre a gestão de devedores, bem como prestação periódica de informação nesta área, sempre que solicitada.

Foi feito o acompanhamento exaustivo e intervenção no processo de apuramento e certificação das contas do IFAP de 2017, relativamente ao FEAGA, FEADER e FEP.

No âmbito do OLAF, foi realizada a identificação, análise e execução das tarefas conducentes à comunicação trimestral de irregularidades, incluindo subseqüentes atualizações (foram comunicados 478 novos casos ao OLAF e encerrados 291).

Como projetos relevantes na área de devedores, salienta-se a Intervenção e acompanhamento periódicos no aperfeiçoamento dos projetos inerentes à reengenharia de devedores e da nova BD Devedores, que entraram em produção no final de 2013, bem como no processo WS Fiabilidade dos beneficiários.

Procedeu-se, igualmente, à revisão dos normativos relativos à Gestão de Devedores.

Foi feito o acompanhamento e intervenção, em matéria de devedores, no processo de encerramento do FEADER e do FEP (Período Programação 2007-2013).

Quanto às auditorias comunitárias e nacionais, houve a intervenção e acompanhamento de várias auditorias e inquéritos, incidentes direta ou indiretamente sobre a área de devedores, com especial destaque para o inquérito IR/2015/004/PT.

O exercício do patrocínio jurídico do IFAP é outra atividade relevante.

Está em causa assegurar a tramitação legal de todas as ações judiciais intentadas contra o Instituto, ou pelo Instituto, nas diversas instâncias, designadamente decorrentes do pagamento/recuperação de montantes, no âmbito do financiamento da agricultura, desenvolvimento rural e pescas, procedimentos concursais e contencioso laboral.

No âmbito do patrocínio jurídico, foram analisadas todas as peças processuais rececionadas, analisada a legislação aplicável e jurisprudência relevante para os casos em análise, agendadas reuniões e ou elaboradas Informações por forma a obter esclarecimentos; redigidas todas as peças processuais inerentes aos respetivos processos; analisadas decisões judiciais e elaboradas propostas de procedimento.

No ano de 2017 foram realizadas 83 diligências judiciais, em todo o território nacional, com presença/intervenção de mandatário em Tribunal,

designadamente: Audiências de Julgamento, Audiências Prévias, Audiências Preliminares e Inquirição de Testemunhas.

Importa, ainda, destacar o forte envolvimento do IFAP em matérias de Contencioso Comunitário, nomeadamente no âmbito dos Inquéritos discriminados no Anexo 6.

No período em causa, decorreu a análise e ponderação quanto ao recurso ao Órgão de Conciliação, bem como a prestação de contributos para a elaboração do Recurso. Foram interpostos seis recursos para o Órgão de Conciliação.

Ainda no período em causa, e na sequência de decisões da Comissão Europeia, de exclusão de financiamento, emitidas no termo dos Inquéritos CEB/2013/95/PT e CEB/2012/092/PT, a República Portuguesa interpôs dois recursos de anulação no Tribunal Geral da União Europeia e interveio enquanto Agente do Estado nos mesmos.

Tratam-se, em todos os casos, de peças processuais de elevada complexidade, quer quanto às matérias em presença, quer no que respeita ao formalismo, ao que acresce a necessária articulação com a Direção Geral dos Assuntos Europeus, relativamente a todas as peças processuais e intervenção na Audiência de Julgamento.

Pela consulta diária ao portal *Citius* e tramitação subsequente, destacam-se as seguintes tarefas:

- Identificação de beneficiários do IFAP que tenham sido declarados insolventes, ou sejam objeto de processo especial de revitalização;
- Tramitação interna adequada, onde se inclui a consulta aos Departamentos do IFAP, abertura de processos e a criação de ocorrências no sistema de informação do IFAP, iSinga, para retenção de pagamentos;
- Apresentação de reclamações de créditos e registo dos respetivos processos, com vista à gestão e acompanhamento dos processos especiais de revitalização e insolvência;
- Resposta a elevado número de pedidos de informação da Autoridade Tributária, com vista à conciliação de informação, relativamente a montantes pagos pelo IFAP a contribuintes, beneficiários do Instituto, bem como, resposta a diversos pedidos de informação efetuados pelos Tribunais, autoridades de investigação e particulares.

## 7. Comunicação e publicidade institucional

### *Contact Center*

No âmbito do programa operacional Competitividade e Internacionalização foi apresentada uma candidatura ao SAMA, cujo objeto é o desenvolvimento de um novo modelo de atendimento do IFAP - “Desenvolvimento e integração dos sistemas e infra-estruturas tecnológicas de suporte aos novos modelos de atendimento (IFAP TS - *Tech Support*)”.

Com vista à apresentação da candidatura foram desenvolvidas, no decurso de 2017, diversas ações tendo, designadamente, sido efetuado o levantamento da situação existente e elaborada a memória descritiva do projeto. Procedeu-se, ainda, à definição dos objetivos e à identificação dos módulos que hão-de sustentar a arquitetura do novo sistema de atendimento - *Contact Center* multicanal, Gestão das Reclamações, Ficha de Cliente, Qualidade, Indicadores de Gestão e *Reporting*, Atendimento na área reservada do portal do IFAP e, por último, o módulo de Avaliação do Desempenho.

Iniciou-se o processo de *upgrade* ao *software* de gestão de filas de espera do atendimento presencial. Atualmente em curso, o processo permitirá o melhoramento das filas de espera existentes, adaptando-as à realidade das ajudas (em alguns casos as filas existentes serão renomeadas, noutros serão eliminadas e, noutros ainda, serão criadas novas filas) e permitirá desagregar o atendimento, caso este implique a intervenção de mais do que um técnico. Em termos estatísticos permitirá, igualmente, informação autonomizada em relação a cada interveniente no processo de atendimento.

Foram realizadas ações de formação orientadas para os dirigentes do IFAP, sob o tema “sensibilização dos dirigentes para o atendimento”, donde resultou uma proposta de ação conjunta com vista à melhoria do funcionamento do atendimento realizado no *Contact Center* do IFAP.

Foram realizadas três ações de formação em técnicas de atendimento dirigidas aos elementos de *back office* do atendimento presencial onde estiveram presentes, enquanto elementos de ligação, técnicos do atendimento do *Contact Center*.

Procedeu-se à atualização periódica da informação estatística da atividade do *Contact Center* e *Help Desk*, quer a que se encontra afixada na sala de atendimento, quer a disponibilizada no *banner* de Apoio ao beneficiário, através do portal do Instituto.

Procedeu-se à atualização periódica de um conjunto de informação corporativa disponibilizada na sala de atendimento presencial, utilizando para o efeito o LCD existente nesse espaço.

Foram intensificadas as medidas de articulação funcional com os responsáveis das diferentes unidades de negócio e de suporte do Instituto, com vista a melhorar a qualidade e a celeridade no serviço prestado aos beneficiários, solicitando o seu apoio no esclarecimento de questões ao *Contact Center* relacionadas com a interpretação de regras relativas às ajudas, interpretação de *forms* de consulta ou regras de validação adotadas.

Foi, ainda, disponibilizado no portal do IFAP, um Questionário de Satisfação ao Atendimento, prestado através dos canais eletrónico e telefónico, durante o ano de 2017, bem como um Questionário ao Apoio Informático da Instituição. Estes Questionários constituíram uma ferramenta de avaliação funcionando como identificador e promotor de melhorias a introduzir nos procedimentos e boas práticas do IFAP.

Em termos de volume de atendimentos multicanal, o *Contact Center* efetuou 30 640 atendimentos em 2017.

### **Comunicação e imagem**

A atividade do IFAP, no âmbito da comunicação e imagem, no que respeita ao ano de 2017, tendo em conta a execução do Plano de Comunicação do Instituto, tanto nas ações implementadas de Comunicação Interna, como na vertente da Comunicação Externa, envolveu a organização e a sua participação em múltiplas atividades.

### **Iniciativas de comunicação interna**

No decorrer do ano de 2017, deu-se continuidade ao projeto da *Newsletter* interna digital - IFAPcomunica, no sentido de dar cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação no seio do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores, reforçando, assim, o diálogo e a partilha de experiências entre todos.

No âmbito da Divulgação Interna, da Divulgação de Legislação Relevante e dos Recortes de Imprensa destaca-se a sua disponibilização diária aos colaboradores do IFAP. Para além disso, e tendo como objetivo a divulgação interna de matérias acerca de temas relacionados com o setor agrícola e económico,

disponibilizaram-se, ainda, as publicações diárias da *AGRAFACTS*, fornecendo matérias informativas de grande interesse sobre os últimos desenvolvimentos na agricultura europeia, ambiente e política comercial.

No projeto IFAPpartilha desencadeou-se, em 2017, uma ação dedicada ao “Parcelário acessível a todos (Medida SIMPLEX)” onde foram dadas a conhecer as novas funcionalidades disponíveis para os utilizadores do Parcelário reforçando a troca de experiências internamente. No seguimento da referida ação, foi divulgado um questionário de satisfação ao IFAPpartilha dirigido aos colaboradores que assistiram à referida sessão, sendo que da análise efetuada, a maioria das respostas dos colaboradores, cerca de 90%, foi no sentido de terem considerado as expetativas correspondidas e a satisfação global como plenamente atingidas. A realização do questionário teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos colaboradores do IFAP e a qualidade da ação, identificando pontos fortes e pontos fracos e definindo possíveis áreas de melhoria.

No âmbito da partilha de conhecimentos, o IFAP promoveu e organizou uma reunião do grupo *Learning Network* - LN (constituído por representantes dos Organismos Pagadores dos Estados-Membros), e que contou com a presença de 17 participantes, num total de 12 Estados-Membros. Na reunião do LN foram debatidos temas relevantes, abrangendo as áreas de controlo, auditoria, pagamentos e simplificação das Práticas Agrícolas Benéficas para o Ambiente, entre outras.

O IFAP detém, durante três anos, o secretariado do *Panta Rhei*, que, conforme anteriormente referido, é um grupo de trabalho constituído pelos Organismos Pagadores, que visa a troca de ideias e experiências na área das Tecnologias de Informação.

Foi realizado, em março, o Encontro Anual IFAP Balanço 2016 e Perspetivas 2017, que contou com a presença de cerca de 350 colaboradores, dando continuidade à cultura de troca de experiências entre os Departamentos, colaboradores do IFAP e o envolvimento da gestão de topo, reforçando o diálogo interno e a partilha de experiências. O encontro contou, ainda, com a participação do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos. Posteriormente, foi disponibilizado um Inquérito de Satisfação, tendo-se analisado e divulgado as opiniões aí expressas pelos colaboradores, dada a sua relevância como ferramenta de avaliação da Instituição e como identificador e catalisador de melhorias a introduzir nos procedimentos e práticas internas. Assegurando a Divulgação da Informação, disponibilizaram-se diversos Manuais, bem como a promoção de ações de esclarecimento do Pedido Único e Outros

formulários, Parcelário e Identificação do Beneficiário, Comissões de Acompanhamento e comunicação das anomalias decorrentes de Controlo Administrativo do PU.

No decorrer de 2017, deu-se continuidade à Campanha Solidária, venda solidária de bolos, cujo valor angariado foi entregue à Associação *Make a Wish*, ao qual se seguiu a campanha solidária de recolha de bens, que reverteu para o Lar Madre Teresa de Saldanha e a Comunidade Vida e Paz.

Ainda no âmbito da comunicação, há que destacar o sistema de gestão documental (iDoc), componente imprescindível para o funcionamento interno do IFAP. O ano de 2017 foi caracterizado pelos trabalhos contínuos de preparação ao processo de migração/*upgrade* do iDoc, migrando a aplicação para níveis de desempenho mais sustentados e robustos, perante a exigência e a criticidade da gestão documental do IFAP. A otimização das pesquisas foi uma das prioridades presentes na melhoria contínua do iDoc para os seus utilizadores.

Manter um elevado nível de serviço na área da gestão documental foi uma das atividades principais em 2017. Todos os processos nesta área estão rastreados para acréscimo da eficiência na receção, classificação, registo, controlo e distribuição do expediente rececionado no Instituto, bem como o registo, envelopagem e expedição da correspondência de saída.

Sendo uma área muitas vezes discreta, há ainda o Arquivo Central, essencial para assegurar não só o funcionamento em pleno deste Instituto, mas também a preservação histórica dos seus documentos. Manteve-se a continuidade da inventariação e centralização da documentação de arquivo intermédio e definitivo e assegurou-se a resposta, em tempo, aos pedidos quase diários de consulta, por parte dos serviços, de documentação já arquivada.

Foi assegurado o processo de deslocação de arquivo das instalações operacionais do Instituto para o Arquivo Central, com ênfase para as instalações da Rua Castilho.

### **Iniciativas de comunicação externa**

Ao longo dos últimos anos, o IFAP tem vindo a consolidar a utilização dos meios de comunicação e a sua interação com os seus beneficiários, tendo desenvolvido novas formas de comunicação com recurso a novos métodos e tecnologias. A comunicação no IFAP recorre a ferramentas de comunicação diversas,

abrangentes e inovadoras, adaptadas consoante o objetivo pretendido, ao público-alvo e à mensagem que se pretende transmitir.

O enfoque de atuação da comunicação incide na prestação de esclarecimentos aos seus públicos, de uma forma regular e eficaz, privilegiando sempre o contacto direto com os seus *stakeholders*, aproximando cada vez mais a linguagem ao beneficiário.

Neste contexto, destacam-se o portal do IFAP, o *Facebook*, o *Twitter* e *LinkedIn*, a *APP IFAP Mobile*, o *Mailing* e o *Youtube*, e ainda a *Newsletter IFAP* como meio de comunicação de proximidade, bem como a participação em feiras do setor, e a comunicação publicitária através de folhetos e anúncios em revistas.

Sendo o portal do IFAP o canal de comunicação com uma maior proximidade ao beneficiário, todo o trabalho realizado no ano de 2017 foi direcionado, no sentido de melhorar a comunicação externa entre o IFAP e os beneficiários, harmonizando os conteúdos e a linguagem do modelo de comunicação existente, tornando-o, assim, mais acessível ao beneficiário.

Dada a importância crescente dos canais de comunicação do IFAP na interação com os seus beneficiários e *stakeholders* e a constante e rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o IFAP desenvolveu um projeto para renovação do portal, por forma a melhorar a capacidade de resposta às novas solicitações tecnológicas e, em simultâneo, dotá-lo de uma imagem mais moderna e de uma arquitetura mais funcional que permitirá responder às novas solicitações tecnológicas. Assim, antecipando a disponibilização pública do novo portal, foram efetuadas diversas sessões de apresentação a todos os colaboradores do IFAP.

Foi efetuada a publicitação de notícias no portal do IFAP com a utilização de uma linguagem mais acessível ao beneficiário e a dinamização da página do *Facebook*, através de ações de comunicação dirigidas aos beneficiários do Instituto. Foram, igualmente, criadas páginas do IFAP nas Redes Sociais *LinkedIn* e *Twitter*.

Durante o ano de 2017 acederam, em média, ao portal do IFAP cerca de 63 mil visitantes mensais, repercutindo-se em mais de 184 mil sessões. Estas visitas corresponderam, em média, a mais de 1 milhão de páginas visualizadas. Como seria de esperar, tendo em conta o período de candidaturas ao Pedido Único (PU), os meses de março a maio foram os de maior procura. No final desse ano, estavam registados no portal do IFAP 217 324 beneficiários ativos.

Analisando a atividade dos utilizadores do portal do IFAP, salienta-se que mais de 50% dos utilizadores acede à Área Reservada, onde se disponibilizam as

aplicações e/ou serviços prestados pelo Instituto, tanto interessando o pagamento dos Fundos Comunitários, como outros decorrentes de obrigações legais relacionadas com a agricultura e a pecuária, incluindo o bem-estar animal e a saúde pública.

O IFAP tem vindo a incrementar a utilização da sua página do *Facebook* como uma ferramenta de comunicação complementar ao portal. Tem vindo a verificar-se, com o aumento crescente de seguidores, que as notícias divulgadas através desta ferramenta têm um alcance muito significativo, devido ao imediatismo associado às redes sociais. Assim, neste ano, contabilizaram-se 1535 novos “gostos” na página, contando já com 9780 seguidores.

Acederam à *App IFAP Mobile*, também neste ano, um total de 5116 utilizadores, sendo que a maioria dos acessos foram direcionados para a consulta de Extratos de Pagamentos (66.8%).

O IFAP passou a disponibilizar no *youtube* vídeos tutoriais com o objetivo de criar uma maior proximidade com o beneficiário e as entidades com as quais colabora. Numa primeira fase, foram disponibilizados tutoriais relacionados com o SNIRA (Sistema Nacional de Informação e Registo Animal), tendo como objetivo facilitar o entendimento e utilização do sistema pelos criadores e demais utilizadores do sistema, na perspetiva de se ultrapassarem as dificuldades de interpretação dos manuais convencionais e simplificar a transmissão de informação.

Continuou a publicação mensal da *Newsletter* Institucional, com o objetivo de estreitar a relação com os beneficiários. No decorrer do ano de 2017 registaram-se 388 novos subscritores da *Newsletter* IFAP, perfazendo um total de 27 066 subscritores no final do ano.

No âmbito da Publicidade nos *Media* foram elaborados e publicados seis anúncios na revista *Espaço Rural* da Confagri e dois anúncios na Revista da FNOP, todos eles com informação relevante para os beneficiários do Instituto.

O IFAP marcou presença nas principais Feiras do setor, numa perspetiva de aproximação ao beneficiário, divulgando as medidas e apoios existentes e esclarecendo as questões colocadas pelos agricultores, nomeadamente na Agrobraga 2017, 34.<sup>a</sup> Ovibeja, VIII Congresso Nacional de Suinicultura, no Cartaxo, 54.<sup>a</sup> Feira Nacional de Agricultura, em Santarém e na 4.<sup>a</sup> Agrosemana - Feira do Norte, na Póvoa do Varzim. Foi, ainda, promovida a execução de panfletos e material multimédia para a divulgação das diferentes medidas de apoio ao setor. Em todos os certames o Instituto participou ativamente com atendimento presencial ao público, através da presença dos colaboradores do

*Contact Center*, promovendo o esclarecimento junto dos seus beneficiários em diversas áreas da sua atividade e fomentando uma política de proximidade.

No âmbito da promoção de eventos, o IFAP promoveu, em junho, uma sessão de divulgação subordinada ao tema “A importância da atualização da Identificação do Beneficiário (IB) no IFAP”. Esta ação inseriu-se no Programa de Ações promovidas no espaço do MAFDR, na 54ª edição da Feira Nacional de Agricultura.

O IFAP organizou, também, uma Sessão Pública de Apresentação da Medida SIMPLEX - “Parcelário Acessível a Todos” onde se pretendeu dar a conhecer o Parcelário, bem como apresentar a Medida SIMPLEX. A referida Sessão contou com a presença do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos e da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca.

No âmbito da Campanha “Portugal sem Fogos depende de todos!”, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF, desafiou, pelo terceiro ano consecutivo, o IFAP a juntar-se a esta campanha. Foram efetuadas diversas ações de divulgação, como notícias e divulgação no portal, *Newsletter*, externa e interna e *Facebook* e *Twitter*.

No envio massivo de *emails* aos beneficiários, procurou-se a harmonização de conteúdos e linguagem, tendo em vista a simplificação da mensagem a transmitir.

Atendendo aos objetivos estratégicos definidos e às linhas orientadoras para o ano de 2017, foram integrados na estratégia de comunicação a implementar, a promoção da qualidade do serviço prestado, a melhoria da capacidade de resposta aos novos desafios, bem como a melhoria da comunicação e a interação com os *stakeholders*, através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos.

## 8. Medidas de modernização administrativa

### Projetos em curso aprovados no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)

#### **SINREAP - Sistema de informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária** - Sistema de informação que tem como objetivos:

- Garantir a adaptação das atividades pecuárias às normas de defesa higioussanitária e de bem-estar dos efetivos pecuários, de salvaguarda da saúde e da segurança de pessoas e bens, da qualidade do ambiente e do ordenamento do território, a par da simplificação dos procedimentos, assente num sistema de informação e de gestão único, em interoperabilidade com os SI Sistemas de Informação de regimes conexos, tornando o processo mais ágil e disponível às entidades e aos titulares.
- Criar uma plataforma na web, onde todos os agentes económicos envolvidos possam atuar no âmbito das suas responsabilidades.

Com a implementação do novo sistema de informação, pretende-se que:

- O requerente da licença possa submeter o seu pedido de forma completamente desmaterializada, acompanhá-lo e responder às solicitações de aperfeiçoamento de informação que venham a ser solicitadas pelas entidades competentes;
- O gestor receba o processo para análise e proceda à sua tramitação, ou em função das suas responsabilidades (perfis) possa distribuir o processo para o agente competente, assinar os títulos/licenças decorrentes das decisões tomadas, consultar as estatísticas e indicadores de gestão a nível regional ou nacional;
- As entidades externas possam interagir com o sistema, através do acesso aos processos, para se pronunciarem, permitindo-lhes registar o seu parecer no sistema, ou interagir com o gestor se for caso disso.

No sentido No final de 2017 já se encontravam em teste a capacidade de efetuar o *layer* REAP e a tramitação das Classes 1, 2 e 3, tendo sido efetuada uma demonstração a utilizadores das DRAP.

**Registo de Animais de Uma Só Vez** - Tem por objetivo a implementação de funcionalidades que promovam a interoperabilidade entre os seguintes sistemas:

1) Gestão das explorações, pretendendo-se garantir a atualização dos dados referentes aos animais nas aplicações de gestão das explorações pecuárias, através da importação da informação residente na BD SNIRA. O acesso das aplicações de gestão será devidamente autenticado, a fim de garantir a segurança da transação. Para que o registo da informação seja efetuado de uma só vez, será necessário que as empresas produtoras do *software* de gestão desenvolvam interfaces de leitura da informação que a BD SNIRA irá disponibilizar e de armazenamento nos repositórios de informação do *software* de gestão.

2) Gestão dos matadouros, para integração de informação relevante relativa à cadeia alimentar, pretendendo-se assegurar o registo da informação relativa à cadeia alimentar (IRCA) na BD SNIRA, garantindo igualmente que essa informação possa ser veiculada a sistemas de informação a jusante (ex: matadouros e SIPACE - Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos, desenvolvido pela DGAV).

3) BD dos livros genealógicos, que asseguram o reconhecimento das raças dos animais, pretendendo-se garantir que o registo e atualização dos dados específicos dos animais de raça pura sejam realizados de uma só vez, através de um procedimento único, tramitando informação entre a BD SNIRA e as BD dos livros genealógicos, de acordo com as regras a definir e com as obrigações e permissões dos diferentes intervenientes no processo de registo dos animais.

4) PISA (Programa Informático para a Saúde Animal), pretendendo-se garantir a consistência entre o registo de informação na BD SNIRA e no PISA. Serão criados fluxos de informação inter-sistemas, de modo a garantir a sua compatibilidade, para que a informação produzida num dos sistemas seja consumida pelo outro.

**O novo portal do IFAP** - Constitui um projeto que sendo baseado em tecnologia *Open Source*, permitiu diminuir custos de licenciamento, ao mesmo tempo que se implementaram novas funcionalidades, tirando partido de uma escolha que privilegiou uma tecnologia mais recente e *open-source*. Esta tecnologia permite ganhos de eficácia nas interações com os requerentes e demais *stakeholders* da organização, ao mesmo tempo que permite melhor eficácia ao nível das atuais exigências de autenticação e acessibilidade.

**PARCELADOS - Parcelário acessível a todos** - No âmbito deste projeto, que consiste na disponibilização da informação geográfica existente no sistema de informação do IFAP e cuja implementação se deu em 2016, foi organizada uma Sessão Pública de Apresentação onde se pretendeu dar a conhecer o Parcelário, bem como apresentar esta Medida SIMPLEX. Tal como já referido, a referida Sessão contou com a presença do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos e da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca.

## 9. Sistemas de Informação

No ano de 2017, o acontecimento mais relevante em termos do modelo de governação das TIC, reporta-se à manutenção da certificação do IFAP, no âmbito da norma ISO 27001:2013, a qual continuou a exigir o cumprimento dos requisitos relacionados com as atividades e competências funcionais das Tecnologias de Informação. Esta certificação, entre outros aspetos, implicou o aperfeiçoamento e a observância de elevados padrões ao nível da Gestão da Segurança da Informação do IFAP, que passaram pelo aperfeiçoamento de controlos, obtenção de valores para os indicadores de gestão, respostas às recomendações e oportunidades de melhoria das auditorias ao SGSI, de modo a garantir que são adotados pela organização, um conjunto de requisitos, processos e controlos, com o objetivo final de mitigarem e gerirem adequadamente o risco inerente à integridade, disponibilidade e salvaguarda da informação da instituição.

Em 2017, as principais atividades em termos de desenvolvimento de aplicações e dados consistiam em planear, coordenar e executar os trabalhos de conceção, desenvolvimento e manutenção aplicacional dos diferentes sistemas de suporte ao pagamento das ajudas e incentivos, nomeadamente Pedido Único, Controlo de Campo e Administrativo, Histórico das Explorações Agrícolas, Pedidos de Investimento, Seguros Agrícolas, *webservices*, Identificação e Registo Animal, Ajudas Superfícies, Ajudas Animais, Parcelário Agrícola e Programas de Desenvolvimento Rural.

Ao nível da conceção/desenvolvimento e manutenção, foram realizados 278 novos planeamentos aplicacionais *indoor* e 48 relativos a soluções de manutenção.

Dada a especificidade da missão do IFAP, grande parte do esforço foi centrado nas áreas de negócio decorrentes das competências cometidas aos Organismos Pagadores do FEAGA e FEADER, sendo que os departamentos responsáveis pela área de negócio, representaram 84% do consumo de recursos do capital humano afeto a esta área.

Pela sua importância para a economia/eficácia e satisfação dos utentes e parceiros na sua relação com o IFAP, destacaram-se os seguintes projetos:

- Disponibilização da infra-estrutura que suporta o Plano Nacional de Regadio (PNR). Esta nova aplicação, com base no PDR 2020, irá permitir cobrir um vasto conjunto de funcionalidades que vão desde a recolha e análise de candidaturas, até ao envio para contratação.
- Continuidade do desenvolvimento de uma aplicação, para permitir dar suporte ao Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de novembro, e que ficará residente na infraestrutura tecnológica do IFAP.
- Ao nível de atividades de estudo, continuaram a procurar-se soluções tecnológicas, que visam encontrar uma nova solução para suportar a informação de gestão.
- Para dar resposta às exigências da segurança em matéria de manutenção da certificação ISO 27001:2013, foram realizadas diversas atividades por forma a consolidar a implementação da Matriz de Acessos. Este projeto permite obter uma visão centralizada de todos os privilégios de cada um dos utilizadores dos sistemas informáticos do IFAP. Passou, assim, a ser possível, a partir de um único ponto de menu, verificar todos os privilégios atribuídos aos utilizadores facilitando a gestão dos mesmos.

No ano de 2017, foi assegurada a gestão e operacionalidade de toda a infraestrutura de TIC do IFAP, nas vertentes de Administração de sistemas, de base de dados, servidores aplicativos, postos de trabalho e redes de comunicações.

Foi, igualmente, um ano de implementação de vários projetos de elevada importância para o IFAP.

Ao nível da segurança dos sistemas de informação, procedeu-se à adequação das atividades e da infraestrutura TIC (equipamentos, sistemas e bases de dados) aos normativos ISO27001:2013 e foram implementadas ferramentas de controlo para os requisitos dessa norma, fundamentais para a manutenção da certificação.

Outro projeto de relevo neste âmbito, foi a substituição/renovação da solução de segurança periférica, a qual veio incrementar o desempenho no acesso aos sistemas do IFAP e o nível de segurança com a implementação de tecnologias avançadas de segurança para prevenir ataques de dia zero.

Durante este período, também se destacam a instalação de *software* aplicacional, atribuição de perfis de acessos às aplicações, execução de *jobs* (pagamentos, apuramentos, ofícios, etc.) e resposta/registos a pedidos de suporte.

Face ao elevado número de processos de aquisição necessários ao desempenho das atividades do IFAP na área dos Sistemas de Informação, houve a necessidade de um forte envolvimento na definição e elaboração de requisitos técnicos, bem como na avaliação das conseqüentes propostas dos diferentes procedimentos concursais.

Quanto à Gestão de Meios, Qualidade e Segurança, foi desenvolvido um conjunto de atividades relevantes para a manutenção da certificação na norma ISO 27001:2013, de onde se destacam as atividades de controlos obrigatórios, como a manutenção do inventário de ativos informáticos, a verificação do cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço (ANS) com os prestadores de serviços, verificação dos controlos de acesso, verificação dos ativos informáticos, verificação dos dispositivos móveis, entre outros.

Ao nível dos trabalhos conducentes à certificação do SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade do IFAP registou-se uma alteração do âmbito deste projeto, uma vez que foi considerado ser mais oportuna a certificação na versão de 2015 da norma ISO 9001:2008, *Macro Processo Gestão das Ajudas Diretas*, pelo que existiu a necessidade de calendarizar este projeto, que se prevê concluir no ano de 2018.

A participação nos Processos de Aquisição (PA) TIC continuou a ter um peso relevante nas atividades nesta área, cerca de 34% dos recursos afetos, e compreendeu a gestão e controlo de cada PA desde a sua preparação, com toda a informação para os necessários níveis de autorização (AMA, ESPAP, TC, etc.), até à avaliação das propostas dos concorrentes apresentadas a concurso de cada um dos PA. No total do ano foram tratados 66 processos, sendo que alguns se revestiram de elevada complexidade, dada a sua componente técnica e tramitação no âmbito do CCP.

## 10. Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Dando cumprimento ao R.1306/2013, no âmbito dos critérios de acreditação definidos no Anexo I do R.907/2014, o qual exige que os organismos pagadores estejam certificados no *standard* ISO/IEC 27001:2013, o IFAP tem a responsabilidade de implementar, gerir e manter um Sistema de Gestão da Segurança de Informação (SGSI), de acordo com a NP ISO/IEC 27001:2013, de forma a garantir a respetiva Certificação. O Anexo 7 do presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas em 2017 neste âmbito.

## 11. Participações sociais

O IFAP manteve, em 2017, a sua participação na sociedade AGROCAPITAL - Sociedade de capital de risco, SA, na sociedade FLORESTA ATLÂNTICA - Sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, SA. e na AGROGARANTE, Sociedade Portuguesa Garantia Mútua (SPGM).

### AGROCAPITAL

Até 2017, a AGROCAPITAL teve como objetivo principal gerir o Fundo de Capital de Risco AGROCAPITAL1 (FCR AGROCAPITAL 1) inicialmente dotado de 15 milhões de euros, destinados a investir em pequenas e médias empresas dos setores de atividade elegíveis - subscritos inicialmente pela própria sociedade, pelo IFAP e pela CCAM, tendo as unidades de participação originariamente detidas por esta entidade sido transmitidas, em 2013, à CCAM Gestão de Investimentos, Unipessoal, Lda.

Por deliberação da assembleia de participantes, realizada em 29 de junho de 2016, este fundo, foi reduzido para 7.5 milhões de euros. Por fim, na assembleia de participantes realizada em 22 de dezembro de 2017, foi deliberada a dissolução e liquidação do Fundo, encurtando a respetiva duração em 2.5 anos.

O IFAP detém uma participação de 33.3% na AGROCAPITAL. Os restantes 67% pertencem à Crédito Agrícola, SGPS, S.A. (CA SGPS), que adquiriu a posição acionista à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (CCCAM).

Não estando confirmadas quaisquer perspetivas de alargamento de atividade da sociedade à gestão de novos fundos, prevê-se que, até decisão em contrário da Administração e ouvidos os acionistas, a AGROCAPITAL restringirá a sua atividade, em 2018, à gestão dos ativos (créditos) do FCR AGROCAPITAL 1 que foram partilhados entre os respetivos participantes, ou seja, entre o IFAP, A CCAM

Gestão de investimentos e a própria AGROCAPITAL, nos termos de acordo que formalizaram para esse efeito.

### **AGROGARANTE**

O IFAP detém uma participação de 4% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM), instituição de crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras, com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa, assim como ao investimento pretendido pela mesma. O modelo de funcionamento do SNGM assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com vantagens para todos os intervenientes, quer pela diminuição do risco assumido pelos bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável. A AGROGARANTE concluiu em 2017 o seu décimo primeiro ano de atividade.

### **FLORESTA ATLÂNTICA**

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP manteve a participação de 172.5 mil euros, correspondente a 40.5% do capital. Os restantes investidores, privados, com uma participação de 11,9% cada, são a Caixa Geral de Depósitos S.A., o Novo Banco, S.A., a Crédito Agrícola - SGPS S.A., o Banif - Banco de Investimento S.A. e a Europa e C Portugal - SGPS, S.A.

A atividade principal da Sociedade, referente ao último exercício, centrou-se na gestão de três fundos: PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIFF), o IBERIAN FOREST FUND - FEIFF (IFF) e o IBERIA CAPITAL - FEIFF (IC) e na prestação de serviços de consultoria para investimento imobiliário.

O IFAP tem uma participação de 46% do capital inicial do PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - FEIFF. Trata-se de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Florestal Fechado, de Subscrição Particular, com duração de 10 anos, prorrogável, com um montante totalmente subscrito de 20 milhões de euros dividido em 400.000 unidades de participação.

Pela primeira vez desde o seu lançamento, ocorreram fogos florestais relevantes que afetaram alguns dos seus núcleos de investimento. Apesar de terem sido em 2017, a contabilização das perdas respetivas só será refletida na reavaliação da carteira de imóveis a lançar no primeiro trimestre de 2018.





IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, IP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Códigos das contas POCP	Ativo	2017			2016	Códigos das contas POCP	Fundos Próprios e Passivo	2017	2016
		AB	AP	AL	AL				
	<b>Imobilizado</b>								
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>					51	<b>Fundos Próprios :</b>		
433	Propriedade Industrial e outros direitos	3.427.383,97	3.320.735,74	106.648,23	147.726,71	56	Patrimônio	22.782.820,55	22.782.820,55
434	Transmissões	361,21	361,21				Reservas:		
		<b>3.427.885,18</b>	<b>3.321.036,95</b>	<b>106.648,23</b>	<b>147.726,71</b>				
	<b>Imobilizações corpóreas</b>					575	Subsídios	24.322.500,00	29.488.500,00
421	Terrenos e recursos naturais	1.415.737,02		1.415.737,02	1.415.737,02	59	Resultados Transitados	16.062.144,23	16.158.346,22
422	Edifícios e outras construções	8.631.032,68	5.288.590,89	3.392.531,79	3.873.049,80	88	Resultado líquido do exercício	-55.543,58	-98.201,85
423	Equipamento básico	5.702.479,32	5.534.388,78	169.110,54	447.456,59		<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>63.111.921,52</b>	<b>68.331.465,58</b>
424	Equipamento de transporte	197.062,34	197.062,34						
425	Ferramentas e utensílios	2.141,93	2.141,93						
426	Equipamento administrativo	1.098.856,60	718.553,55	380.303,05	10.828,18				
429	Outros imobilizações corpóreas	850.381,91	4.508,48	845.873,43	656.155,63				
		<b>17.947.891,80</b>	<b>11.745.135,97</b>	<b>6.202.556,83</b>	<b>8.353.267,20</b>				
	<b>Investimentos financeiros:</b>					262	Provedores para riscos e encargos	114.618.428,34	199.502.229,21
411	Partes de capital	1.222.500,00		1.222.500,00	1.222.500,00				
413	Outros investimentos financeiros	23.100.000,00		23.100.000,00	28.266.000,00				
		<b>24.322.500,00</b>		<b>24.322.500,00</b>	<b>29.488.500,00</b>				
	<b>Circulante:</b>					23122	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>						Empréstimos por dívida não titulada		
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>								
281+283	Empréstimos concedidos	10.473.053,36		10.473.053,36	10.893.587,41	221	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
231	Clientes, etc	341.475,61		341.475,61	1.536.963,11	228	Fornecedores, etc	482.505,56	946.191,89
238	Clientes de cobrança duvidosa	878.337,70	878.337,70			2611	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	14.794,44	5.548,59
24	Estado e outros entes públicos	1.869.110,73		1.869.110,73	1.872.571,13	24	Estado e outros entes públicos	861.035,21	707.533,15
282/3/4/5/6/7/8	Outros devedores	1.545.716.378,65		1.545.716.378,65	1.430.283.956,53		Outros credores	1.542.225.416,65	1.427.542.892,48
		<b>1.559.279.354,05</b>	<b>878.337,70</b>	<b>1.558.400.018,35</b>	<b>1.444.589.037,18</b>			<b>1.543.369.897,42</b>	<b>1.429.202.166,29</b>
	<b>Títulos negociáveis</b>								
153	Títulos da dívida pública						<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
						273	Acréscimos de Custos	2.734.118,52	2.880.095,91
	<b>Conta no Tesouro, depósitos inst. financeiras e caixa</b>					274	Provedores diferidos	118.583.313,29	107.687.946,12
13	Conta no tesouro	138.348.642,59		138.348.642,59	127.272.921,00			121.317.431,77	110.968.013,03
12	Depósitos em instituições financeiras	23.332,20		23.332,20	25.141,13				
11	Caixa								
		<b>138.371.974,79</b>		<b>138.371.974,79</b>	<b>127.298.062,13</b>				
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>								
271	Acréscimos de proveitos	132.010,73		132.010,73			<b>Total do passivo</b>	<b>1.779.305.715,63</b>	<b>1.739.272.407,53</b>
272	Custos diferidos	114.891.931,12		114.891.931,12	199.799.219,30				
		<b>115.013.941,85</b>		<b>115.013.941,85</b>	<b>199.799.219,30</b>				
	<b>Total de amortizações</b>		<b>15.066.172,92</b>						
	<b>Total de proveitos</b>		<b>878.337,70</b>						
	<b>Total do ativo</b>	<b>1.858.362.147,67</b>	<b>15.944.510,67</b>	<b>1.842.417.637,05</b>	<b>1.807.005.872,61</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>1.842.417.637,05</b>	<b>1.807.805.872,61</b>

O Contabilista certificado

**CHEFE DE UNIDADE**  
**(Filipe Moura)**

O Conselho Directivo

**Pedro Ribeiro**  
**Presidente do C.D.**

Quadro 37 - Demonstração de resultados do exercício 2016 e 2017



IFAP Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

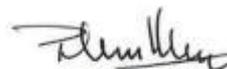
IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017

POCP		2017		2016	
	<b>Custos e Perdas</b>				
62	Fornecimentos e serviços externos		7.174.264,72		9.785.791,94
641+642	Custos com o pessoal				
	Remunerações	15.699.365,72		15.850.686,03	
643+644	Encargos sociais				
	Pensões	113.771,27		113.690,16	
645/67/69	Outros	4.590.285,98	20.403.425,95	4.474.059,24	20.438.435,43
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações imobilizado corp. e incorp.	912.022,56		1.140.909,45	
67	Provisões do exercício		912.022,56		1.140.909,45
65	Outros custos e perdas operacionais ( A )	915.125,77	915.125,77	113.551,19	113.551,19
			28.404.840,00		31.481.786,01
68	Custos e perdas financeiras ( C )		719.017,53		1.366.691,45
			30.123.857,53		32.848.479,46
69	Custos e perdas extraordinárias ( B )		73.566,54		270.162,44
			30.197.424,07		33.118.641,90
88	Resultado líquido do exercício		-55.543,56		-96.201,89
			30.141.860,51		33.022.439,81
	<b>Provetos e Ganhos</b>				
71	Vendas e prestação de serviços:				
711	Vendas				
712	Prestação de Serviços	302.874,46		407.588,35	
			302.874,46		407.588,35
72	Impostos, taxas e outros	24,06		106.821,64	
73	Provetos suplementares				
741	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
	Transferências - Tesouro	27.379.182,07		26.951.839,40	
742/744/5/6/9	Outras	1.152.958,10		4.213.984,04	
76	Outros provetos e ganhos operacionais ( D )	376.798,28	28.508.960,51	117.071,21	31.299.716,19
			29.211.834,97		31.707.304,54
78	Provetos e ganhos financeiros ( E )				265,47
			29.211.834,97		31.707.570,01
79	Provetos extraordinários ( F )		930.045,54		1.314.869,80
			30.141.860,51		33.022.439,81
	<b>RESUMO:</b>				
	Resultados operacionais: (B)-(A)		-193.005,03		225.516,53
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)		-719.017,53		-1.366.425,98
	Resultados correntes: (D)-( C )		-912.022,56		-1.140.909,45
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		-55.543,56		-96.201,89

O Contabilista certificado

O Conselho Directivo

  
OCTE  
(FRPA/Novais)

  
Pedro Ribeiro  
Presidente do C.D.



# Anexo 1 - QUAR - Análise de resultados alcançados e dos desvios verificados

## 1.1. Objetivos e indicadores

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2017, foram os seguintes:

- Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas;
- Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus *stakeholders*, através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado;
- Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público.

Foram ainda definidos seis objetivos operacionais (OO), sendo três de eficácia, um de eficiência e dois de qualidade. Os objetivos operacionais são avaliados através de doze indicadores.

A autoavaliação do QUAR é apresentada no capítulo IV, com os respetivos indicadores, taxas de realização e justificações de desvios.

Os objetivos considerados relevantes no ano de 2017 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos, conforme programação aprovada;
- Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*
- Reduzir o valor em dívida

## 1.2. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

Como avaliação global, o IFAP alcançou os 108%, tendo sido superados cinco objetivos e atingido um.

O1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos, conforme programação aprovada obteve um resultado de 96%, o que, face à meta, correspondeu a uma superação, com uma taxa de realização de 115%;

O2: Assegurar a realização atempada dos controlos *in loco*. Este objetivo foi avaliado através de cinco indicadores tendo sido um cumprido e quatro superados. A taxa de realização foi de 118%;

O3: Elaboração das especificações técnicas do SI REAP, e acompanhamento do seu desenvolvimento, teste e colocação em produção, avaliado através de dois indicadores, teve uma taxa de realização de 105%. Um dos indicadores não atingiu a meta estabelecida, mas o segundo indicador superou a meta, o que permitiu o resultado apresentado;

O4: Reduzir o valor em dívida obteve uma taxa de realização de 100% com uma classificação de atingido;

O6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento, também foi superado, uma vez que quer a taxa de satisfação dos clientes, quer a percentagem de não reclamantes foram iguais ou superiores à meta. A taxa de realização foi de 105%;

O7: Promover a formação adequada dos recursos humanos foi superado, com uma taxa de realização de 107%.

Como resultado, a autoavaliação do QUAR do IFAP foi de Bom com um nível de desempenho de 108%.

Na componente Recursos Financeiros, foi apurado um desvio negativo de 1138.7 milhões de euros, justificado por:

Orçamento de funcionamento (-9.2 milhões de euros)

Investimento (+166.8 milhões de euros)

Outros valores (+588.3 milhões de euros)

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em operações extra-orçamentais, que ascenderam a 1296.9 milhões de euros.

### 1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

No que respeita às iniciativas relacionadas com a qualidade do serviço prestado, manteve-se a política de disponibilização de inquéritos de satisfação na sala de atendimento presencial, além da realização de inquéritos *online*, destinados a auscultar o grau de satisfação, em relação aos serviços prestados, através dos canais eletrónico e telefónico do *Contact Center* e do *Help-Desk* informático. Foi estabelecido, em 2017, um “barómetro para o atendimento presencial”, cujo resultado passou de 4.53 em 2016 para 4.57 em 2017, numa escala de 1 a 5. Da recolha de inquéritos de satisfação presencial, resultou um relatório anual, apresentado no Anexo 8.

Quanto à avaliação do serviço prestado durante o ano de 2017 pelos canais eletrónico e telefónico do *Contact Center* e do *Help Desk* informático recorreu-se à recolha das opiniões, através da disponibilização de um inquérito por meio de um *link*, remetido aos endereços eletrónicos registados no portal do IFAP, ao mesmo tempo que se encontravam disponibilizados na área pública do portal. De uma forma geral, os resultados mantiveram-se globalmente satisfatórios, registando-se evoluções muito positivas em alguns dos parâmetros avaliados, nomeadamente na redução dos prazos de resposta em ambos os canais de atendimento, bem como no que se refere às queixas relacionadas com as dificuldades de contacto através do canal telefónico, bem como aos tempos médios de resposta nesse mesmo canal.

## 1.4. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/ Justificação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			Para além da legislação específica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP. Este manual está atualmente em revisão para incorporar melhoramentos de acordo com o RGPD.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos que se considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			Realização de reuniões periódicas
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			IGF, IGAMAOT, DGAGRI, TCP, TCE, DGSANCO, DGMARE, entre outros
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional está publicada em Diário da República
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				A totalidade dos trabalhadores
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?				70%
<b>3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existem normas de procedimentos internos e manuais, entre outros
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Diversas deliberações do CD de delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado o Plano Anual de Aquisições, de acordo com o normativo em vigor e aprovado em CD.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. Em 2016 foi concluído o primeiro módulo de formação (372 trabalhadores formados) e em 2017 foi concluído o 2º módulo de formação (382 trabalhadores formados).
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			Para além do normativo administrativo existente, cada trabalhador tem as suas tarefas bem definidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os <i>workflows</i> da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			p.e Idoc(sistema gestão documental),POCP-Contabilidade
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			O IFAP dispõe de ferramentas e procedimentos para o efeito.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Os diferentes departamentos utilizam os <i>outputs</i> dos SI para o <i>negócio</i> e <i>áreas de suporte</i> .
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.				

## 1.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

### **Encontro Balanço 2016 e Perspetivas 2017**

Foi realizado, em março, o Encontro Anual IFAP Balanço 2016 e Perspetivas 2017, que contou com a presença de cerca de 350 colaboradores, dando continuidade à cultura de troca de experiências entre os Departamentos, colaboradores do IFAP e o envolvimento da gestão de topo, reforçando o diálogo interno e a partilha de experiências.

### **IFAP partilha**

Em 2017 foi dada continuidade ao projeto IFAP partilha, destinado a divulgar informação relevante em relação às competências e principais tarefas concretizadas pelos vários Departamentos do IFAP, numa estratégia de envolvimento e motivação dos seus colaboradores, reforçando o diálogo interno, a partilha de experiências e potenciando a interação entre os diversos Departamentos.

Assim, no âmbito deste projeto desencadeou-se, em 2017, uma ação dedicada ao “Parcelário acessível a todos (Medida SIMPLEX)” onde foram dadas a conhecer as novas funcionalidades disponíveis para os utilizadores do Parcelário reforçando a troca de experiências internamente.

### ***Newsletter* interna**

A *Newsletter* interna digital - IFAPcomunica, foi criada no sentido de dar cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação interna do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores, reforçando, assim, o diálogo interno e a partilha de experiências entre os colaboradores.

A IFAPcomunica tem uma periodicidade mensal, com conteúdos relacionados com a área de atuação do Instituto, bem como temas considerados interessantes divulgar internamente, incluindo textos disponibilizados pelos colaboradores do IFAP, de caráter mais lúdico, pretendendo-se, assim, que todos se mantenham atualizados relativamente a informação diversa.

## Medidas no âmbito do Clima Organizacional

Começaram a ser implementadas algumas das propostas dos grupos de trabalho para a melhoria do clima organizacional, aprovadas em 2016. As propostas inseriam-se em quatro vertentes distintas: Identidade organizacional e sentido de pertença, Informação e comunicação, Bem estar e condições de trabalho e Responsabilidade social e ambiental.

### 1.6. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos

Devido às especificidades do IFAP, não se justifica o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos. Não é, por isso, possível encontrar organismos com semelhanças suficientes para fazer esta avaliação.

### 1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação

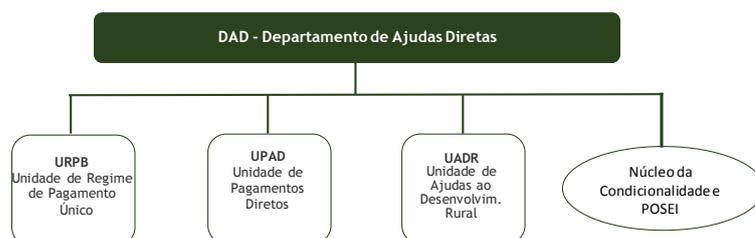
No âmbito do encontro Balanço 2016 e Perspetivas 2017, foi disponibilizado um Inquérito de Satisfação, tendo-se analisado e divulgado as opiniões aí expressas pelos colaboradores, dada a sua relevância como ferramenta de avaliação da Instituição e como identificador e catalisador de melhorias a introduzir nos procedimentos e práticas internas. Relativamente ao projeto IFAP partilha, foi efetuado um questionário de satisfação dirigido aos colaboradores que assistiram à referida sessão, sendo que da análise efetuada, a maioria das respostas dos colaboradores, cerca de 90%, foi no sentido de terem considerado as expetativas correspondidas e a satisfação global como plenamente atingidas. A realização do questionário teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos colaboradores do IFAP e a qualidade da ação, identificando pontos fortes e pontos fracos e definindo possíveis áreas de melhoria.

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

## Anexo 2 - Plano de Atividades

São aqui apresentadas as avaliações dos objetivos estabelecidos para o ano de 2017. Estes objetivos foram objeto de monitorização em junho de 2017.

### 2.1. Departamento de Ajudas Diretas - DAD



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)		Ponderação do objetivo
1.	Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA	40%
2.	Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER	35%
3.	Assegurar a correta gestão da condicionalidade	15%
4.	Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2016	10%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2017*100	100%	95%	94%	95%	100%	105%	105%	42%
2.	Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2017*100	100%	95%	91%	95%	95%	100%	100%	35%
3.	Cálculo da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2017	100%	na	na	100%	100%	100%	100%	15%
4.	% das ajudas com processos de recuperação de verbas, relativos à campanha de 2016, constituídos a 16 de outubro	100%	na	na	90%	43%	48%	48%	5%
Avaliação global DAD								97%	

## 2.2. Departamento de Ajudas ao Investimento - DAI



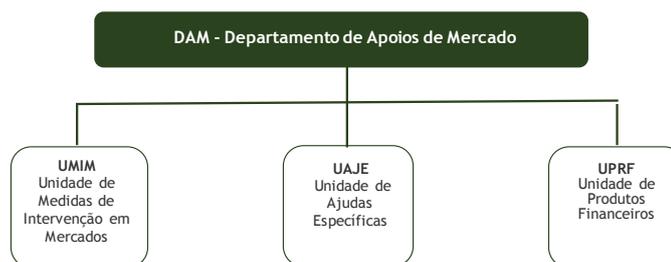
OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Garantir boas práticas de gestão dos Fundos e a simplificação de procedimentos	25%
2. Assegurar a adoção de boas práticas e de procedimentos inovadores, incluindo a melhoria dos processos no controlo de qualidade prévio à contratação e ao pagamento, à supervisão das funções delegadas e ao acompanhamento de auditorias externas	15%
3. Reforçar as boas práticas de gestão e de controlo da despesa validada	20%
4. Assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento (PP), de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades	25%
5. Promover a recuperação dos Fundos de forma célere e eficiente	15%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Diz			Avaliação do Objeto	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à		
1.	Elaboração de documento com proposta de harmonização e simplificação legislativa das medidas PDR2020	50%	na	na	1 documento aceite pelo CD	100%	100%	100%	25%
	Monitorização dos prazos de resposta na plataforma <i>Info.pagamentos</i>	25%	15 dias após a entrada	70%	15 dias após a entrada dos pedidos, para 80% das respostas enviadas	71%	100%		
	Monitorização dos prazos de resposta na plataforma <i>Info.NRV</i>	25%	15 dias após a entrada	70%	15 dias após a entrada dos pedidos, para 80% das respostas enviadas	73%	100%		
2.	Nº de controlos de qualidade prévios à contratação e aos PP realizados / Nº de controlos de qualidade prévio à contratação e aos PP selecionados até 30/06/2017 e 30/11/2017 (Medidas Transitadas, PDR2020, PRORURAL+, PRODERAM 2020, PROMAR e MAR2020)	40%	1.8%	7%	2%	6%	125%	101%	15%
	Taxa de elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento no prazo de um mês após a realização da ação	15%	90%	0%	100%	50%	50%		
	Prazo para compilação e avaliação dos documentos de preparação da auditoria	15%	90% antes do prazo programado	0%	90% antes do prazo programado	95%	106%		
	Prazo para elaboração dos contraditórios	15%	90% antes do prazo programado	0%	90% antes do prazo programado	80%	89%		
	Prazo para operacionalização das recomendações	15%	90% antes do prazo programado	0%	90% antes do prazo programado	85%	94%		
3.	Nº PP validados no mês n / Nº PP entrados, devidamente instruídos (Funcionamento GAL e AT) no mês n-1	17%	80%	80%	90%	91%	101%	100%	20%
	Prazo de emissão dos resumos de apuramento	26%	até 3 dias após confirmação da validação da despesa	100%	até 3 dias após confirmação da validação da despesa	100%	100%		
	Nº de monitorizações de regularização dos adiantamentos concedidos	17%	2	100%	4	4	100%		
	Prazo de liberação das garantias associadas aos fundos FEADER, FEAMP e NRV	13%	90% até 20 d.u após receção do processo	80%	90% até 20 d.u após receção do processo	92%	102%		
	Prazo de conclusão dos relatórios de visita ao local - PRODERAM e PRODERAM2020	13%	90% até 60 dias após realização da visita	100%	na	100%	100%		
4.	Prazo de conclusão da reanálise dos PP - PRODERAM e PRODERAM2020	13%	na	na	90% até 60 d.u após receção do processo	85%	94%	85%	21%
	Conclusão da elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional do controlo de qualidade à contratação e aos PP	23%	até janeiro de 2017	0%	até novembro de 2017	100%	100%		
	Elaboração dos requisitos técnicos relativos às listagens de apoio à gestão e execução dos PDR e MAR2020 (ficha de identificação da operação, ficha de responsabilidade dos beneficiários)	15%	até janeiro de 2017	0%	até dezembro de 2017	100%	100%		
	Elaboração dos requisitos técnicos do módulo aplicacional relativo à demonstração de resultados e à adaptação da metodologia de seleção da amostra documental no âmbito do CAD (FEAMP)	15%	na	na	até outubro de 2017	100%	100%		
	Elaboração dos requisitos técnicos para cálculo das novas sanções e reduções a aplicar ao programa VITIS na campanha 2017/2018	15%	até abril de 2017	0%	até novembro de 2017	100%	100%		
	Elaboração dos requisitos técnicos do módulo aplicacional para alteração de rubrica financeira relativa a erro/irregularidade	15%	até fevereiro de 2017	0%	até dezembro de 2017	100%	100%		
	Elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional para implementação de <i>red flag</i>	15%	até março de 2017	0%	até dezembro de 2017	0%	0%		
5.	Prazo de início de recuperação dos processos devedores em 2017	30%	até 30 dias após criação da tranche negativa	81%	90% dos processos até 30 dias após criação da tranche negativa	90%	100%	94%	14%
	Prazo de encerramento dos processos administrativos, inscritos na base de dados em 31/12/2016, que se encontram devidamente instruídos**	40%	50% dos processos	38%	100% dos processos	83%	83%		
	Cumprimento prazos para 1ª notificação relativamente aos processos constituídos em 2017	30%	90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de DEFI ao abrigo do 103º CPA)	88%	85% dos processos até 90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de DEFI ao abrigo do 103º CPA)	87%	102%		
Avaliação Global do Departamento								95%	

\* Considera-se complexidade acrescida a verificação dos procedimentos da contratação pública, a análise da razoabilidade de custos de investimento e as relações especiais.

\*\* Consideram-se devidamente instruídos os processos para os quais o DAI tem em sua posse todos os elementos essenciais à sua tramitação

## 2.3. Departamento de Ajudas de Mercado - DAM

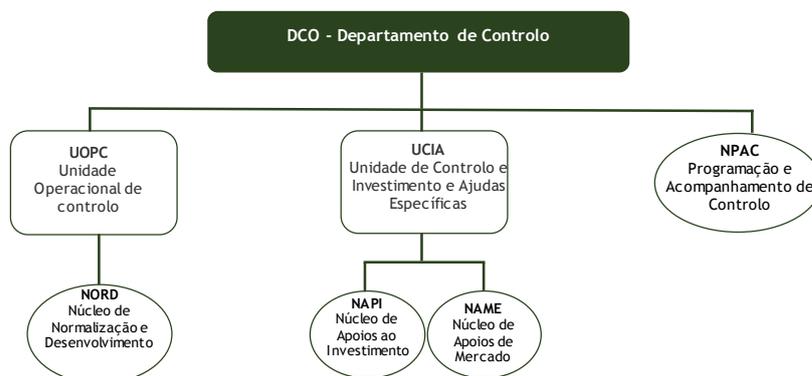


OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamentos das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e financeiras	60%
2. Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios de controlo do âmbito do R. 1306/2013	20%
3. Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão das ajudas/apoios	10%
4. Elaboração de estudos relativos ao seguro de colheitas	10%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face meta		
1.	Nº médio de dias para pagamento = Soma dias (data de entrada-data de pagamento) / total de pedidos (1)	30%	na	na	60 dias	41.6	125%	106%	64%
	Pagamentos dentro do prazo = montante dentro do prazo/montante total pago (a pagar)	70%	na	na	95%	93%	98%		
2.	Nº de relatórios analisados no prazo de 90 dias / Nº total de relatórios entrados no DAM entre 01/01 e 31/12	100%	90%	85%	90%	96%	106%	106%	21%
3.	Análises funcionais aprovadas / análises funcionais disponibilizadas	20%	60%	100%	100%	100%	100%	60%	6%
	Aplicações desenvolvidas / aplicações previstas desenvolver no ano	80%	15%	11%	90%	44%	49%		
4.	Nº de estudos concluídos / Nº estudos previstos	100%	na	na	100%	20%	20%	20%	2%
Avaliação Global do Departamento							93%		

(1) Este indicador aplica-se às medidas da UMIM

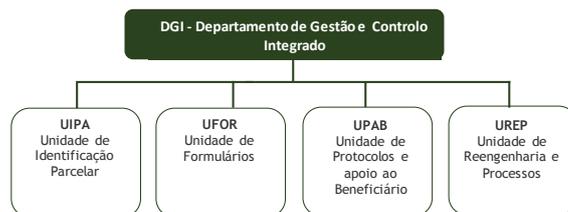
## 2.4. Departamento de Controlo - DCO



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo <i>in loco</i>	30%
2. Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i>	40%
3. Monitorizar a execução das atividades de controlo	20%
4. Realizar controlo de qualidade do controlo	10%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	% de amostras disponibilizadas	100%	80%	39%	100%	100%	100%	30%	
2.	Taxa de execução dos controlos físicos de RPB até 15/10	35%	na	na	100%	100%	100%	99%	39%
	Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL até ao fim do período de retenção	20%	95%	98%	100%	98%	98%		
	Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD	20%	na	na	100%	100%	100%		
	Taxa de execução dos controlos de Investimento	15%	10%	10%	100%	97%	97%		
	Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	10%	5%	0%	100%	95%	95%		
3.	Ajudas Animais e Ajudas diretas do Pedido Único (PU) 2017 - Número de pontos de situação semanais emitidos após a divulgação da amostra	70%	40%	40%	100%	83%	83%	88%	18%
	Investimento - Número de pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra	30%	25%	25%	100%	100%	100%		
4.	Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Superfícies" do PU 2017	25%	na	na	50%	50%	100%	100%	10%
	Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Animais" de 2017	25%	na	na	60%	60%	100%		
	Taxa de execução dos controlos de qualidade de Investimento	25%	na	na	40%	40%	100%		
	Taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas	25%	na	na	50%	50%	100%		
Avaliação Global do Departamento							97%		

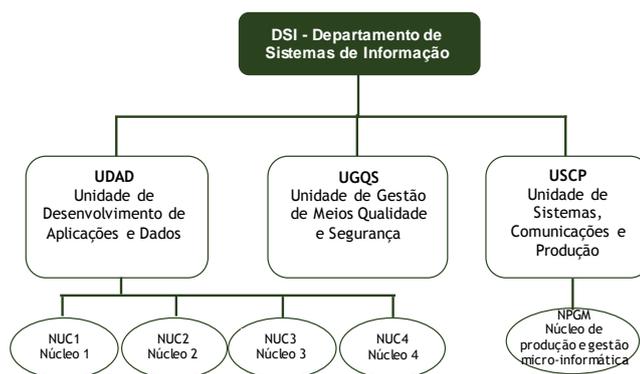
## 2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Melhorar a qualidade do serviço do atendimento	20%
2. Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo	20%
3. Assegurar a gestão e a qualidade da informação residente base de dados SNIRA	20%
4. Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário	15%
5. Desenvolvimento do SIREAP	15%
6. Propor e acompanhar a execução dos Protocolos destinados à delegação de funções no âmbito da receção de formulários, prestação de apoio aos agricultores, atualização do SNIRA e do SIP	10%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	(Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Presencial do <i>Contact Center</i> (CC) / Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Presencial do CC recolhidas) x 100	7%	na	na	95%	99%	105%	106%	21%
	(Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Eletrónico do CC/ Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Eletrónico do CC recolhidas) x 100	8%	na	na	80%	85%	106%		
	(Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Telefónico do CC / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Telefónico do CC recolhidas) x 100	41%	na	na	80%	85%	107%		
	(Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Eletrónico do <i>Help-Desk</i> / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Eletrónico do <i>Help-Desk</i> recolhidas) x 100	15%	na	na	80%	86%	107%		
	(Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Telefónico do <i>Help-Desk</i> / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Telefónico do <i>Help-Desk</i> recolhidas) x 100	9%	na	na	80%	88%	110%		
	1- (Nº de registos no Livro de Reclamações / nº total de atendimentos presenciais realizados)*100	20%	na	na	98%	100%	102%		
2.	Nº de beneficiários com formulários (PU e IB) desmaterializados/ Nº Total de formulários submetidos	35%	13%	44%	22.5%	42%	125%	104%	21%
	Redução do nº total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ano n-1	20%	na	na	<2000	100%	100%		
	Nº PU e IB com controlo de qualidade/ Total de PU e IB submetidos no ano n	25%	3%	2.2%	6%	4%	70%		
	Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas	20%	45%	97%	90%	103%	114%		
3.	Nº de iniciativas concluídas/Nº de iniciativas planeadas no ano n	50%	50%	18%	100%	90%	90%	94%	19%
	Nº de ações de acompanhamento realizadas/Nº de ações de acompanhamento programadas	20%	70%	72%	90%	94%	105%		
	Percentagem de correções OC e BOV com controlo de qualidade	15%	2.5%	2.5%	5%	5%	100%		
	Info.snira - Tempo médio de resposta até 7 dias úteis em 90% dos info.snira	15%	45%	45%	90%	80%	89%		
4.	% de parcelas revistas	50%	na	na	80%	100%	125%	118%	18%
	Nº de parcelas alvo controlo de qualidade/Nº de parcelas alteradas nas salas	10%	50%	50%	100%	101%	100%		
	Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas	20%	70%	100%	100%	100%	100%		
	Controlo de qualidade processual a realizar em gabinete	10%	50%	50%	100%	125%	125%		
	Implementação das medidas SIMPLEX do Parcelário	10%	100%	100%	100%	125%	125%		
5.	Entrada em produção da funcionalidade de Registo de Explorações	50%	na	na	100%	75%	75%	88%	13%
	Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do SIREAP	50%	na	na	80%	80%	100%		
6.	Nº de propostas de pagamento apresentadas superiormente dentro dos prazos previstos no Protocolo/Total de pagamentos previstos no protocolo	90%	na	na	100%	100%	100%	100%	10%
	Nº de atas das diversas Comissões de Acompanhamento elaboradas/Nº de Comissões de Acompanhamento realizadas	10%	na	na	100%	100%	100%		
<b>Avaliação Global do Departamento</b>							<b>102%</b>		

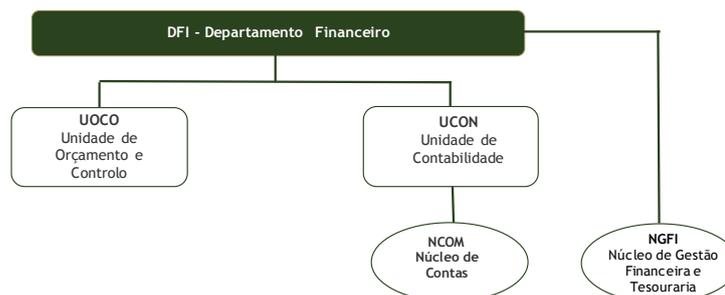
## 2.6. Departamento de Sistemas de Informação - DSI



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Assegurar a manutenção das condições de certificação do SGSI	35%
2. Consolidar e Uniformizar a plataforma tecnológica de <i>Forms</i> e <i>ReportsOracl</i> , com o objetivo de permitir Sistemas operativos e <i>Browsers</i> mais recentes	25%
3. Implementação do SGQ "Gestão do Macro processo Ajudas Diretas"	25%
4. Estudo e proposta de solução tecnológica para <i>LDAP</i> , <i>Email</i> , <i>Drives</i> partilhadas e ferramentas colaborativas	15%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	Assegurar a continuidade do SGSI nas competências do DSI	70%	100%	75%	100%	90%	90%	93%	33%
	Resolução de todas as "Não conformidades" identificadas em sede de auditorias de acompanhamento	30%	na	na	70%	70%	100%		
2.	Migrar e disponibilizar as aplicações <i>iDigital</i> e SINGA	100%	90%	50%	100%	100%	100%	100%	25%
3.	Implementação do projeto	100%	80%	40%	100%	50%	50%	50%	13%
4.	Auscultar o mercado e identificar soluções tecnicamente viáveis e testar funcionamento	100%	75%	75%	100%	50%	50%	50%	8%
Avaliação global do Departamento								78%	

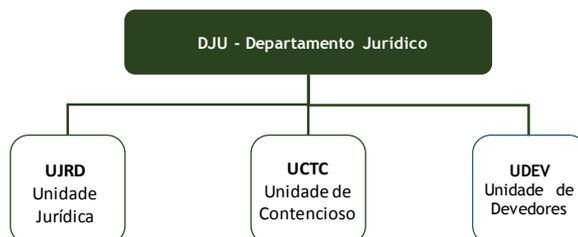
## 2.7. Departamento Financeiro - DFI



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos definidos	40%
2. Garantir que a prestação de contas aos diferentes <i>stakeholders</i> (Tutelas, DGO, Tribunal Contas, IGF, CE) é efetuado nos prazos determinados para o efeito.	30%
3. Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental dos recursos nacionais e comunitários	30%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	Pagamentos mensais das ajudas/subsídios através do crédito efetivo da conta dos beneficiários no último dia do mês, conforme definido em plano de pagamentos.	50%	95%	100%	99%	100%	101%	113%	45%
	Prazo Médio de Pagamentos inferior a 90 dias (em dias).	50%	75	75	50	38	124%		
2.	Assegurar que os diferentes documentos de <i>reporting</i> à DGO são efetuados nos prazos definidos (STF, PME, SIGO).	50%	95%	100%	99%	100%	101%	101%	30%
	Cumprir o prazo legalmente autorizado para a entrega da conta de gerência	25%	100%	0%	100%	100%	100%		
	Verificar os prazos mensais definidos internamente para reporte de informação de gestão ao CD (dia 15 do mês n+1)	25%	95%	83%	99%	100%	101%		
3.	Realizar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos regulamentares	25%	- 1 dia	-2 dias	- 2 dias	-2	100%	100%	30%
	Disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental (até 2 dias após notificação da Deliberação do CD)	25%	n+ 2	0%	n + 2	n + 2	100%		
	Implementar um sistema de avaliação e monitorização do MAR 2020 (pós designação)	25%	50%	50%	100%	100%	100%		
	Avaliar trimestralmente (maio e setembro) o nível de execução por departamento (DGR, DSI), identificando desvios e apresentando medidas corretivas	25%	50%	50%	100%	100%	100%		
<b>Avaliação global do Departamento</b>								<b>105%</b>	

## 2.8. Departamento Jurídico - DJU



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Gestão dos processos de assessoria jurídica	25%
2. Gestão de processos contenciosos	25%
3. Redução do valor em dívida	25%
4. Reduzir o valor potencial FEAGA e FEADER a entregar à CE na conta anual de 2017, por aplicação da regra "50/50" (PA / 4 anos)	25%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	Número de pareceres emitidos de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos / número total de pareceres emitidos	100%	40%	40%	80%	80%	100%	100%	25%
2.	Nº processos presentes a tribunal/ nº processos entrados	100%	50%	50%	95%	100%	105%	105%	26%
3.	Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores $F(x) = ((\text{valor em débito a 31/12/2017}) / (\text{valor em débito em 01/01/2017} + \text{dívida inicial dos processos criados em 2017}) - 1) * 100$	100%	4%	2%	13%	12%	92%	92%	23%
4.	Taxa de redução do valor potencial FEAGA/FEADER previsível a entregar à UE (regra "50/50") (Nota: somente processos que englobem procedimentos administrativos -4 anos)	100%	12%	17%	75%	80%	107%	107%	27%
Avaliação global do Departamento								101%	

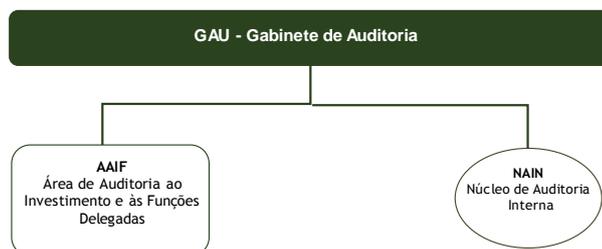
## 2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controle da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas	20%
2. Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores	20%
3. Assegurar a aquisição de bens e serviços	25%
4. Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores	15%
5. Promover a formação adequada dos recursos humanos	20%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	Assessoria - resposta aos requerentes num prazo médio de 8 dias úteis (documentos rececionados em idoc)	100%	60%	60%	90%	90%	100%	100%	20%
2.	Assegurar a correção (ou dar seguimento quando dependerem de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito da manutenção preventiva e/ou dos <i>reports</i> efetuados para a caixa de correio serviços.patrimônio	50%	40%	35%	90%	90%	100%	100%	20%
	Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80%	50%	75%	70%	100%	100%	100%		
3.	Executar o Plano Anual de Aquisições (PAA) aprovado	50%	20%	15%	80%	76%	95%	98%	24%
	Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos Departamentos e que não se enquadrem no PAA	50%	30%	30%	95%	95%	100%		
4.	Porcentagem de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas	70%	70%	80%	90%	90%	100%	98%	15%
	Taxa de respostas em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo	30%	70%	80%	85%	80%	94%		
5.	Assegurar o cumprimento do plano de formação presencial	50%	40%	69%	70%	96%	125%	113%	23%
	Assegurar o cumprimento do plano de formação <i>e-learning</i>	50%	60%	46%	100%	100%	100%		
Avaliação global do Departamento								102%	

## 2.10. Gabinete de Auditoria - GAU



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Assegurar a realização de ações de auditoria, nos termos constantes do Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2017 e preparar o novo Programa Plurianual de Auditorias	60%
2. Assegurar a apresentação de proposta de Declaração de Gestão (DG)	24%
3. Funções delegadas, operacionalização (continuação) e planeamento	11%
4. Plano de Gestão de Riscos e Medidas Antifraude	na
5. FEP e FEAMP, encerramento e operacionalização, respetivamente	5%
6. Promover o desenvolvimento do sistema de informação no âmbito das atividades do GAU	na

OO	Indicador	Ponderação do indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	Nº de ações de auditoria executadas/Nº de ações de auditorias planeadas, contabilizando-se os seguintes itens (cf. Quadro junto)	90%	30%	30%	100%	90%	90%	91%	54%
	Elaboração do projeto do Programa Plurianual de auditorias	10%	0%	0%	10%	10%	100%		
2.	Conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta de DG relativa ao Exercício Financeiro (EF) de 2016 até 11/2/2017	90%	100%	100%	na	na	100%	100%	24%
	Preparação da proposta de DG relativa ao EF 2017	10%	30%	30%	70%	70%	100%		
3.	Nº de atividades executadas face ao calendário definido (Quadro anexo)	100%	40%	40%	60%	60%	100%	100%	11%
4.	Elaboração de um (novo) projeto de Plano e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações conexas, em articulação com as medidas Antifraude previstas	100%	30%	25%	100%	na	na	na	na
5.	Nº de atividades realizadas no prazo previsto	100%	50%	50%	100%	100%	100%	100%	5%
6.	Nº de atividades executadas face ao calendário definido	100%	50%	0%	100%	na	na	na	na
Avaliação global do Departamento								95%	

## 2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico - GPE



OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único	20%
2. Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística	10%
3. Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE	20%
4. Assegurar o acompanhamento e a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP	10%
5. Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu	20%
6. Implementar Plano de Comunicação IFAP 2017	20%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2017, para os pagamentos a efetuar em 2017	70%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	20%
	Atualização mensal, até ao 2º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa	30%	100%	100%	100%	100%	100%		
2.	(N.º de comunicações enviadas no prazo/N.º de comunicações previstas)*100	35%	95%	97%	95%	94%	99%	108%	11%
	(N.º de comunicações retificadas/N.º de comunicações enviadas)*100	35%	5%	6%	5%	4%	120%		
	(N.º respostas enviadas no prazo/ N.º total de pedidos rececionados)*100	30%	90%	90%	90%	94%	104%		
3.	(N.º estatísticas enviadas no prazo/ n.º estatísticas total) FEAGA	50%	13.3%	13.3%	100%	73%	73%	57%	11%
	(N.º estatísticas enviadas no prazo/ n.º estatísticas total) FEADER	50%	na	na	100%	40%	40%		
4.	Apresentar os pedidos de pagamento no âmbito da Assistência Técnica PDR 2020	50%	1	0	3	2	67%	96%	10%
	Apresentar os pedidos de pagamento no âmbito dos projetos SAMA 2020	50%	4	0	1	2	125%		
5.	N.º de documentos técnicos produzidos/n.º de documentos a elaborar de acordo com a norma vigente relativa aos Procedimentos de Apuramento da Conformidade	50%	90%	92%	90%	94%	104%	108%	22%
	N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/Total de respostas enviadas	50%	80%	84%	80%	89%	111%		
6.	Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito	50%	95%	90%	95%	90%	95%	100%	20%
	Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito	50%	95%	91%	95%	100%	105%		
Avaliação global do Departamento								93%	

## 2.12. Coordenação da Segurança da Informação - CSI

### CSI - Coordenação de Segurança da

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)	Ponderação do objetivo
1. Garantir a Manutenção da Certificação NP ISO/IEC 27001.	100%

OO	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
			Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à		
1.	Avaliar a execução do tratamento de risco	50%	80%	44%	80%	45%	56%	78%	78%
	Avaliar a execução do PAC (Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria)	50%	80%	67%	80%	80%	100%		
Avaliação global do Departamento								78%	

## Anexo 3 - Pagamentos

Quadro 38 - Total de Pagamentos efetuados no ano de 2017

	unid: mil euros	
	2016	2017
Agricultura	1 553 307	1 424 641
Pescas	53 115	43 499
<b>Total</b>	<b>1 606 422</b>	<b>1 468 141</b>

Quadro 39 - Total de Pagamentos - Setor Agrícola

	unid: mil euros	
	2016	2017
Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados	818 275	679 559
Apoios ao Desenvolvimento Rural	604 312	586 077
POSEI	115 556	103 823
Medidas Veterinárias	650	965
Seguros	9 442	10 039
Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional	791	856
Outras	6 261	42 956
Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*)	-1 980	366
<b>Total</b>	<b>1 553 307</b>	<b>1 424 641</b>

(\*) Inclui despesas de encerramento do QCA III e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Quadro 40 - Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados

	unid.mil euros	
	2016	2017
<b>Ajudas diretas</b>		
Regime de Pagamento Base	262 892	243 268
Pagamentos Jovens Agricultores	2 564	2 216
<i>Greening</i>	310 877	158 054
Pagamento Redistributivo		15 303
Regime de Pequena Agricultura	33 599	37 971
Pagamentos Específico por Superfície ao Arroz	5 692	5 667
Pagamentos Específico por Superfície ao Tomate	2 702	3 459
Prémio por Vaca Leiteira e em Aleitamento	78 896	69 717
Prémio por Ovelha e Cabra	35 717	32 256
Outras Ajudas Diretas	-142	60
<b>Total Ajudas Diretas</b>	<b>732 797</b>	<b>567 971</b>
<b>Intervenções nos Mercados</b>		
Setor Vitivinícola	66 486	88 810
Frutas e Produtos Hortícolas	13 408	15 512
Leite e Produtos Lácteos	1 744	3 908
Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura	2 231	2 301
Promoção de Produtos Agrícolas	1 610	1 058
<b>Total Intervenções nos Mercados</b>	<b>85 480</b>	<b>111 589</b>
Juros sobre dívidas	-2	-0
<b>Total</b>	<b>818 275</b>	<b>679 559</b>

Quadro 41 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Quadro resumo

	unid.mil euros	
	2016	2017
PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020)	456 129	464 348
PDR2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores	104 702	51 717
PRODERAM 2020 - Progr. Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira (2014-2020)	8 124	17 497
PRODERAM 2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores	1 379	317
PRORURAL+ - Prog. Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2014-2020)	28 569	44 490
PRORURAL+ - Pagamentos transitados de Programas anteriores	5 411	7 857
<b>Total</b>	<b>604 314</b>	<b>586 227</b>
Recuperações		-137
Juros sobre dívidas	-2	-13
<b>Total</b>	<b>604 312</b>	<b>586 077</b>

Quadro 42 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
Área 1 - Inovação e conhecimento	643	1 638
Área 2 - Competitividade e organização da produção	79 909	174 501
Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima	354 102	269 913
Área 4 - Desenvolvimento Local	10 706	7 942
Assistência técnica	10 768	10 355
<b>Total PDR 2020</b>	<b>456 129</b>	<b>464 348</b>

Quadro 43 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 1

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Área 1 - Inovação e Conhecimento</b>		
M2 - Conhecimento	643	1 638
Capacitação e divulgação	643	1 638
<b>Total Área 1</b>	<b>643</b>	<b>1 638</b>

Quadro 44 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 2

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Área 2 - Competitividade e organização da produção</b>		
M3 - Valorização da produção agrícola	75 848	156 721
Jovens agricultores	17 943	29 112
Investimentos nas explorações agrícolas	42 887	98 273
Investimentos transf. e comercialização de produtos agrícolas	15 017	21 674
Infraestruturas coletivas		7 662
M4 - Valorização dos recursos florestais		717
M6 - Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	4 062	17 063
Seguros	3 478	13 165
Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo	583	3 897
<b>Total Área 2</b>	<b>79 909</b>	<b>174 501</b>

Quadro 45 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 3

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima</b>		
<b>M7 - Agricultura e recursos naturais</b>	<b>213 532</b>	<b>143 574</b>
Pagamentos Rede Natura		8 462
Medidas Agro ambientais	209 004	125 669
Recursos genéticos	4 353	6 843
Investimentos não produtivos	175	2 601
<b>M8 - Proteção e reabilitação de povoamentos florestais</b>	<b>453</b>	<b>13 628</b>
Silvicultura sustentável	453	13 628
<b>M9 - Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas</b>	<b>140 117</b>	<b>112 711</b>
<b>Total Área 3</b>	<b>354 102</b>	<b>269 913</b>

Quadro 46 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 4

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Área 4 - Desenvolvimento Local</b>		
<b>M10 - LEADER</b>	<b>10 706</b>	<b>7 942</b>
Implementação das estratégias		51
Funcionamento e animação	10 706	7 890
<b>Total Área 4</b>	<b>10 706</b>	<b>7 942</b>

Quadro 47 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Continente</b>		
SubPrograma 1 - Promoção da competitividade	60 112	26 428
SubPrograma 2 - Sustentabilidade no espaço rural	13 804	4 360
SubPrograma 3 - Dinamização das zonas rurais	-1 686	-1 177
SubPrograma 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	4 731	2 111
PRRN	-81	
Assistência Técnica	-272	-1 614
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	26 786	23 099
PRODER IVA Nacional	1 308	
<b>Sub-Total PRODER</b>	<b>104 702</b>	<b>53 207</b>
Condicionalidade	-0.4	-0.1
Juros sobre dívidas		-195
Recuperações		-1 295
<b>Total</b>	<b>104 702</b>	<b>51 717</b>

Quadro 48 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 1

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Sub-Programa 1 - Promoção da competitividade</b>		
<b>Inovação e Desenvolvimento Empresarial</b>	<b>62 754</b>	<b>21 433</b>
Modernização e Capacitação das Empresas	29 117	8 121
Investimentos de Pequena Dimensão	1 115	271
Instalação de Jovens Agricultores	32 522	13 041
<b>Promoção da competitividade Florestal</b>	<b>1 772</b>	<b>1 120</b>
Melhoria Produtiva dos Povoamentos	1 706	557
Gestão Multifuncional	67	-44
Modernização e Capacitação das Empresas Florestais		607
<b>Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e Crises</b>	<b>20</b>	<b>-33</b>
Restabelecimento do Potencial Produtivo	20	-33
<b>Regadios e outras infra-estruturas colectivas</b>	<b>-4 368</b>	<b>3 907</b>
Desenvolvimento do Regadio	-463	3 271
Regadio do Alqueva	-3 221	
Sustentabilidade dos Regadios Públicos	-524	127
Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais	-2	
Projetos Estruturantes	-157	510
<b>Total Subprograma 1</b>	<b>60 112</b>	<b>26 428</b>

Quadro 49 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 2

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Sub-Programa 2 - Sustentabilidade no espaço rural</b>		
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	-205	-262
Medidas Agro e Silvo-Ambientais	-855	337
Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos	520	-35
<b>Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal</b>	<b>12 321</b>	<b>3 877</b>
Defesa da floresta contra os incêndios	2 676	719
Instalação de Sistemas Florestais e Agro- Florestais		65
Ordenamento e Recuperação dos Povoamentos	2 505	345
Valorização ambiental dos Espaços Florestais	7 140	908
Reconversão de povoamentos com fins ambientais		-95
Proteção contra agentes bióticos nocivos		1 936
<b>Intervenções Territoriais Integradas</b>	<b>2 024</b>	<b>443</b>
Apoio à gestão das ITI	-24	-64
Investimentos não Produtivos	2 048	507
<b>Total Subprograma 2</b>	<b>13 804</b>	<b>4 360</b>

Quadro 50 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 3

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Sub-Programa 3 - Dinamização das zonas rurais</b>		
<b>Diversificação da Economia e Criação de Emprego</b>	<b>-885</b>	<b>-779</b>
Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	-191	-60
Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas	-439	-423
Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	-254	-296
<b>Melhoria da Qualidade de Vida</b>	<b>-394</b>	<b>-292</b>
Conservação e Valorização do Património Rural	-314	-304
Serviços Básicos para a População Rural	-80	11
<b>Cooperação LEADER para o Desenvolvimento</b>	<b>-32</b>	
Cooperação Interterritorial	-8	
Cooperação Transnacional	-20	
Plano de Cooperação	-5	
<b>Funcionamento dos Grupos de Acção Local</b>	<b>-375</b>	<b>-105</b>
<b>Total Subprograma 3</b>	<b>-1 686.4</b>	<b>-1 177</b>

Quadro 51 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODER - Subprograma 4

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Sub-Programa 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências</b>		
Cooperação para a Inovação	4 486	1 893
Informação e Formação Especializada	239	160
Formação Especializada	-1	-7
Redes Temáticas de Informação e Divulgação	240	167
<b>Serviços de apoio ao Desenvolvimento</b>	6	58
Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento	79	63
Serviço de Apoio às Empresas	-72	-5
<b>Total Subprograma 4</b>	<b>4 731</b>	<b>2 111</b>

Quadro 52 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Continente</b>		
Medidas Agro-Ambientais (RURIS)/Medidas Agro-ambientais (R.2078/92)	-242	-107
Reforma Antecipada (RURIS)/Cessação de Atividade (R.2079/92)	464	14
Florest. Terras Agrícolas (RURIS)/Medidas Florestais (R.2080/92)	26 719	23 231
Indemnizações Compensatórias (RURIS)	-155	-40
<b>Total Continente</b>	<b>26 786</b>	<b>23 099</b>

Quadro 53 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 - Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas	8 124	17 497
<b>Total PRODERAM 2020</b>	<b>8 124</b>	<b>17 497</b>

Quadro 54 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Região Autónoma da Madeira</b>		
M04 - Investimentos em ativos físicos		<b>5 343</b>
Apoio ao investimento em explorações agrícolas		797
Apoio a investimento na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas		478
Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e		4 052
Apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos em termos de agroambiente e clima		16
M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas		23
M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas		633
M08 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas		<b>828</b>
Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais		121
Apoio à reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos		706
M10 - Agroambiente e Clima	599	546
M11 - Agricultura Biológica	114	125
M12 - Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água	105	338
M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	7 307	7 775
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER		<b>181</b>
Apoio à preparação de EDL		78
Apoio a custos de funcionamento e animação		103
M20 - Assistência Técnica		1 705
<b>Total PRODERAM 2020</b>	<b>8 124</b>	<b>17 497</b>

Quadro 55 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Região Autónoma da Madeira</b>		
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal	1 845	273
Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas	-93	70
Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	-359	-19
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	-14	-1
<b>Sub-Total PRODERAM</b>	<b>1 379</b>	<b>323</b>
Juros	-0.2	-2.2
Recuperações		-3
<b>Total</b>	<b>1 379</b>	<b>317</b>

Quadro 56 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 1

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal</b>		
Formação Profissional e Ações de Informação	-10	
Instalação de Jovens Agricultores	-25	-25
Modernização das Explorações Agrícolas	-29	-70
Melhoria do Valor Económico das Florestas	38	5
Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1 584	2
Desenvolvimento de Infra-estruturas	414	368
Restabelecimento do Potencial de Produção	-126	-7
<b>Total Eixo 1</b>	<b>1 845</b>	<b>273</b>

Quadro 57 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 2

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas</b>		
Apoio Específico aos Agricultores em Regiões Desfavorecidas	-24	-22
Medidas Agro-Ambientais	-128	-15
Florestação de Terras não Agrícolas	-14	
Investimentos Agrícolas não Produtivos	-3	
Restabelecimento do Potencial Silvícola	-2	114
Promoção do Valor Ambiental da Floresta	79	-7
<b>Total Eixo 2</b>	<b>-93.3</b>	<b>70</b>

Quadro 58 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM - Eixo 3

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural</b>		
Conservação e Valorização do Património Rural	-37	-19
Beneficiação e Recuperação de Percursos	-322	
<b>Total Eixo 3</b>	<b>-359</b>	<b>-19</b>

Quadro 59 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Madeira</b>		
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Madeira)	-5	-0.2
Indemnizações Compensatórias (PDRu Madeira)	-9	-1
<b>Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Madeira</b>	<b>-14</b>	<b>-1</b>

Quadro 60 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Total PRORURAL+</b>	<b>28 569</b>	<b>44 515</b>
Condicionabilidade		-6
Recuperações		-18
juros sobre dívidas		-1
<b>Total PRORURAL+</b>	<b>28 569</b>	<b>44 490</b>

Quadro 61 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Região Autónoma dos Açores</b>		
M4 - Investimentos em ativos físicos	3 125	14 740
M6 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas		1 414
M8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	41	634
M10 - Agroambiente e clima	9 520	9 686
M11 - Agricultura biológica	178	128
M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	15 271	15 417
M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	368	349
M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER	65	1 861
M20 - Assistência Técnica		286
<b>Total PRORURAL+</b>	<b>28 569</b>	<b>44 515</b>

Quadro 62 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Quadro resumo

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Região Autónoma dos Açores</b>		
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal	4 795	6 070
Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural		-2
Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia	-74	-44
Assistência Técnica		1 509
Pagamentos no âmbito de programas anteriores	690	535
<b>Sub-Total PRORURAL</b>	<b>5 411</b>	<b>8 068</b>
Condicionalidade		0.0
Recuperações		-210
Juros sobre dívidas		-0.27
<b>Total</b>	<b>5 411</b>	<b>7 857</b>

Quadro 63 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 1

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal</b>		
Instalação de Jovens Agricultores	236	274
Reforma Antecipada	1 272	1 157
Modernização de Explorações Agrícolas	3 426	4 021
Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	-1	644
Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas	-138	-26
<b>Total Eixo 1</b>	<b>4 795</b>	<b>6 070</b>

Quadro 64 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 2

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural</b>		
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas		-1
Gestão do espaço florestal		-1
<b>Total Eixo 2</b>	<b>0</b>	<b>-2</b>

Quadro 65 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL - Eixo 3

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia</b>		
Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural	-15	-35
Melhoria da Qualidade de vida nas Zonas Rurais	-59	-9
<b>Total Eixo 3</b>	<b>-74.4</b>	<b>-44</b>

Quadro 66 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Açores - Medidas antigas

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Região Autónoma dos Açores</b>		
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Açores)/Medidas Agro-Ambientais (R.2078/92)	6	-1
Reforma Antecipada (PDRu Açores)/Cessação Atividade (R.2079/92)	121	-48
Florest. Terras Agrícolas (PDRu Açores)/Med. Florestais (R.2080/92)	567	585
Indemnizações Compensatórias (PDRu Açores)	-3	-1
<b>Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Açores</b>	<b>690</b>	<b>535</b>

Quadro 67 - POSEI

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Madeira</b>		
Regime específico de abastecimento	9 998	9 224
Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses	9 735	5 290
Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da Região	11 818	12 283
Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de Certos Produtos da Região	1 599	1 419
Outras		21
<b>Total Madeira</b>	<b>33 150</b>	<b>28 237</b>
<b>Açores</b>		
Regime específico de abastecimento	6 141	5 071
Produção		
Prémios às Produções Animais	63 063	56 525
Ajudas às Produções Vegetais	11 105	11 829
<b>Total Produção</b>	<b>74 168</b>	<b>68 354</b>
Outras	2 096	2 161
<b>Total Açores</b>	<b>82 405</b>	<b>75 586</b>
Juros sobre dívidas		
<b>Total POSEI</b>	<b>115 556</b>	<b>103 823</b>

Quadro 68 - Medidas Veterinárias

	unid:mil euros	
	2016	2017
Plano de Saúde Bovinos	670	931
Plano de Saúde Ovinos	119	60
Plano de Erradicação das Encefalopatias Transmissíveis	-38	-27
Rastreio de Doenças do Plano Nacional de Saúde Animal	-102	
<b>Total Medidas Veterinárias</b>	<b>650</b>	<b>965</b>

(\*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

Quadro 69 - Seguros

	unid:mil euros	
	2016	2017
SIPAC - Seguro de Colheitas	6 549	6 994
SIPAC - Compensação de Sinistralidade	41	48
SIPAC - Fundo de Calamidades	28	27
Seguro Vitícola de Colheitas	2 825	2 970
<b>Sub-total</b>	<b>9 442</b>	<b>10 039</b>
Seguro de Colheitas (FEADER)	3 478	13 165
<b>Total</b>	<b>12 920</b>	<b>23 204</b>

Quadro 70 - Outros Apoios - Agricultura

	unid:mil euros	
	2016	2017
Apoio Incêndios 2017		37 682
Apoio a funções delegadas	6 267	4 652
Gasóleo Colorido e Mercado		592
Ajuda Lobo Ibérico		270
Seca 2012	-5	
Subsídio à Eletricidade Verde (regime antigo) <sup>(*)</sup>	-2	-2
Outros <sup>(*)</sup>	1	-239
<b>Total</b>	<b>6 261</b>	<b>42 956</b>

(\*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

Quadro 71 - Linhas de Crédito

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Crédito de curto prazo</b>	<b>442</b>	<b>387</b>
<b>Apoio Atividade Agrícola, Pecuária e Agro-Alimentar</b>	<b>436</b>	<b>387</b>
<b>SECA 2012</b>	<b>7</b>	
Apoio à Alimentação Animal	3	
Apoio ao Setor Agrícola	4	
<b>Crédito de médio e longo prazo</b>	<b>349</b>	<b>470</b>
<b>Total</b>	<b>791</b>	<b>856</b>

Quadro 72 - Vinho

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Vinho</b>		
Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros	7 257	9 597
Destilação de Subprodutos da Vinificação	1 514	1 449
Reestruturação e Reconversão das Vinhas	57 711	77 765
Transitadas VITIS	4	
<b>Total</b>	<b>66 486</b>	<b>88 810</b>

Quadro 73 - Ajudas ao Setor da Pesca

	unid:mil euros	
	2016	2017
MAR 2020	15 995	43 418
PROMAR	40 482	-150
Linhas de Crédito	372	237
Despesas de Encerramento de QCA III	-36	-6
<b>Total Pescas</b>	<b>56 813</b>	<b>43 499</b>

Quadro 74 - Pescas - MAR 2020

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Prioridade 1 - Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável</b>		
Medida 1 - Investimentos a Bordo e Seletividade		681
Medida 2 - Apoio ao Arranque da Atividade de Jovens Pescadores		112
Medida 3 - Inovação e Conhecimento		911
Medida 4 - Proteção e Restauração da Biodiversidade		292
Medida 5 - Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos		2 032
Medida 6 - Promoção do Capital Humano		
Medida 7 - Cessações Temporárias das Atividades de Pesca		5 208
Medida 8 - Diversificação de Novas Formas de Rendimento		
Medida 9 - Cessação Definitiva das Atividades da Pesca	956	
<b>Total Prioridade 1</b>	<b>956</b>	<b>9 237</b>
<b>Prioridade 2 - Promover um Aquicultura Ambientalmente Sustentável</b>		
Medida 1 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura		6 162
Medida 2 - Desenvolvimento dos Sítios Aquícolas		
Medida 3 - Aquicultura Biológica e Serviços Ambientais		
Medida 4 - Medidas de Saúde Pública		
Medida 5 - Promoção da Saúde e Bem-Estar Animal		90
Medida 6 - Constituição de Seguros das Populações Aquícolas		
Medida 7 - Promoção do Capital Humano e Ligação em Rede		
<b>Total Prioridade 2</b>	<b>0</b>	<b>6 253</b>
<b>Prioridade 3 - Fomentar a Execução da Política Comum das Pescas</b>		
Medida 1 - Apoio ao Controlo e Inspeção Relativo à Política Comum das Pescas	3 455	1 867
Medida 2 - Recolha de Dados		1 617
<b>Total Prioridade 3</b>	<b>3 455</b>	<b>3 484</b>
<b>Prioridade 4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC)</b>		
Medida 1 - Apoio Preparatório DLBC	99	196
Medida 2 - Custos Operacionais e Animação		775
Medida 3 - Execução das EDL		
Medida 4 - Atividades de Cooperação Internacional		
<b>Total Prioridade 4</b>	<b>99</b>	<b>971</b>
<b>Prioridade 5 - Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura</b>		
Medida 1 - Plano de Produção e Comercialização		924
Medida 2 - Desenvolvimento de Novos Mercados		879
Medida 3 - Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura		13 418
Medida 4 - Planos de Compensação à RAA	8 053	3 997
Medida 5 - Planos de Compensação à RAM	2 880	1 341
Medida 6 - Apoio à Armazenagem de Produtos da Pesca		466
<b>Total Prioridade 5</b>	<b>10 933</b>	<b>21 026</b>
<b>Prioridade 6 - Fomentar a Execução da Política Marítima</b>		
Medida 1 - Execução da Política Integrada para a Melhoria do Conhecimento Marinho		
Medida 2 - Execução da Política Integrada para a Vigilância Marinha Integrada		
<b>Total Prioridade 6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Prioridade 7 - Assistência Técnica</b>		
Medida 1 - Assistência Técnica	552	2 446
<b>Total Prioridade 7</b>	<b>552</b>	<b>2 446</b>
<b>Total</b>	<b>15 995</b>	<b>43 418</b>

Quadro 75 - Pescas - PROMAR

	unid:mil euros	
	2016	2017
<b>Continente</b>		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca	2 098	-62
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	18 817	424
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	12 031	-438
Eixo 4 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca	4 312	-110
Eixo 5 - Assistência Técnica	-263	15
<b>Total Continente</b>	<b>36 994</b>	<b>-171</b>
<b>Região autónoma da Madeira</b>		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca	51	-4
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	123	
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	54	
Eixo 5 - Assistência Técnica	1	
<b>Total Madeira</b>	<b>229</b>	<b>-4</b>
<b>Região Autónoma dos Açores</b>		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca		
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	242	47
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	3 017	-22
<b>Total Açores</b>	<b>3 259</b>	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>40 482</b>	<b>-150</b>

Quadro 76 - Pescas - Pagamentos de bonificações de juros

	unid:mil euros	
	2016	2017
Apoio ao Setor das Pescas	372	237
<b>Total Bonificações de Juros - Pescas</b>	<b>372</b>	<b>237</b>

## Anexo 4 - Relacionamento com instituições comunitárias

Quadro 77- Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA <sup>1</sup>	OBSERVAÇÕES
	AA/2015/015/PT	Ajudas "Superfícies"	18-07-2017	Carta de 'Conciliação'
	CEB/2016/075/PT	Decisão de Apuramento das Contas 2015	20-11-2017	Deferimento do Recurso ao Órgão de Conciliação
	CEB/2016/166/PT	Decisão de Apuramento das Contas FEADER - PDR 2007-2013	20-11-2017	Deferimento do Recurso ao Órgão de Conciliação
	CEB/2017/075/PT <sup>2</sup>	Decisão de Apuramento das Contas 2016	12-12-2017	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
	FV/2014/002/PT	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	22-02-2017	Carta Final
	INT/2015/005/PT	POSEI - RA Madeira - MAPL e REA	03-04-2017	Carta de Encerramento
	INT/2017/002/PT <sup>2</sup>	POSEI - RA Açores - MAPL e REA	11-08-2017	Carta de Encerramento
	IR/2015/004/PT	Sistema de Gestão de Dívidas	20-10-2017	Carta Final
	NAC/2016/004/PT	Apoio Específico ao Setor dos Bovinos e Medidas de DR	11-12-2017	Resposta ao 2º pedido prévio à fase de "conciliação"
	NAC/2016/017/PT	Ajudas Diretas	28-03-2017	Resposta ao pedido prévio à fase de "conciliação"
DG AGRI	PO 2000-2006	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	31-07-2017	Complemento da atualização do Follow Up
	RD1/2014/853/PT	ProDeR e PRORURAL Medidas do Eixo 1	10-11-2017	Carta Final
	RD1/2015/808/PT	ProDeR Medidas dos Eixos 1 e 3	18-12-2017	Deferimento do Recurso ao Órgão de Conciliação
	RD1/2017/851/PT <sup>2</sup>	PRORURAL+ Medidas do Eixo 1	21-12-2017	Ata da Reunião Bilateral
	RD2/2017/302/PT <sup>2</sup>	PDR2020 Medidas do Eixo 2	06-12-2017	Carta de Observações
	RD3/2015/015/PT	ProDeR Medidas do Eixo 4 (LEADER)	07-12-2017	Relatório do Órgão de Conciliação
	RD3/2016/004/PT	ProDeR - Medidas do Eixo 5 (Assistência Técnica)	20-11-2017	Pedido prévio à fase de "conciliação"
	RDO/2017/003/PT <sup>2</sup>	FEOGA-O - Irregularidades (Inquérito escrito)	18-09-2017	Carta de Encerramento
	VT/2014/004/PT	Reestruturação e Reconversão de Vinhas e Promoção de Vinhos em Países terceiros	01-06-2017	Carta Final
	XC/2015/012/PT	Condicionalidade	17-10-2017	Informações suplementares após Relatório do Órgão Conciliação
	C2/BGA <sup>2</sup>	Encerramento IFOP 2000-2006 PROMAR (Continente) - IRR	21-11-2017	Carta de Follow Up irregularidades
DG MARE	E1/CEP/MCE <sup>2</sup>	Encerramento PROMAR 2007-2013	12-06-2017	Carta de Observações
	C2/IG <sup>2</sup>	FEAMP - Incumprimento N° 2016/2132	29-12-2017	Contraditório à Carta de Observações

<sup>1</sup> Data do último procedimento

<sup>2</sup> Inquéritos iniciados no ano 2017

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA <sup>1</sup>	OBSERVAÇÕES
TCE	DAS 2016 PF-7935	Medidas do PRORURAL+ M04, M10 e M13	11-01-2017	Relatório Final
	DAS 2016 PF-8094	Auditoria Financeira ao FEAGA RPB, Apoio Assoc. Volunt. e POSEI	20-06-2017	Carta de Encerramento
	DAS 2017 PF-8534 <sup>2</sup>	Medidas do PDR2020 M04, M08, M10 e M20	27-10-2017	Informações suplementares após missão de auditoria
	DAS 2017 PF-8584 <sup>2</sup>	Medidas do PDR2020 M10, M13 e M20	13-11-2017	Contraditório ao Relatório de Observações Preliminares
	DAS 2017 PF-9165 <sup>2</sup>	Auditoria Financeira ao FEAGA Vitis	24-11-2017	Anúncio de missão
	<i>Performance</i> <sup>2</sup>	Prevenção, proteção e preparação contra inundações na EU	23-08-2017	Carta Anúncio de Missão e Questionário

<sup>1</sup> Data do último procedimento

<sup>2</sup> Processos iniciados no ano 2017

Quadro 78- Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores

Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da UE	Data	Matérias abordadas
41.ª Conferência (Gozo, Malta)	18 e 19 de maio de 2017	<p><b>Apresentações:</b> DG AGRI sobre o Primeiro ano de implementação da reforma da PAC 2014-2020 e Futuro da PAC   Tribunal de Contas Europeu   Melhores práticas dos Estados-Membros   42.ª Conferência de Diretores de Organismos Pagadores a realizar-se na Estónia</p> <p><b>Três workshops:</b> "Redução da taxa de controlo", "Desafios na implementação do regime de Apoio Associado Voluntário" e "Prevenção das taxas de erro, novas técnicas e processos"</p>
42.ª Conferência (Tartu, Estónia)	4 a 6 de outubro de 2017	<p><b>Apresentações:</b> 41.ª Conferência de Diretores de Organismos Pagadores, Malta   Tribunal de Contas Europeu, abordagem sobre o que mudou em 2016   O papel da certificação dos organismos   A PAC e as novas tecnologias, aumentando a eficiência nos controlos   Um olhar provisório sobre o futuro dos subsídios agrícolas</p> <p><b>Três workshops:</b> "Acesso a dados", "Monitorização" e "Automatização dos processos"</p>

Quadro 79- Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação

Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação da UE	Data	Matérias abordadas
11.ª Conferência (Bruxelas, Bélgica)	16 de novembro de 2017	<p>1. Trabalho dos órgãos de certificação sobre legalidade e regularidade; 2. Opções de custos simplificados; 3. Custos dos controlos: Panorâmica dos diferentes exercícios; 4. Plano Ação</p> <p><b>Três Workshops</b> sobre constatações de auditoria no Desenvolvimento Rural e no Apoio voluntário e Cálculo Taxa Erro</p>

Quadro 80- Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo *Panta Rhei*

Conferências do Grupo Panta Rhei	Data	Matérias abordadas
Reunião do Steering Group (Berlín, Alemanha)	19 de janeiro de 2017	1. Aprovação da agenda; 2. Aprovação da ata da última reunião do grupo de direção; 3. Status financeiro; 4. Plataforma de colaboração <i>Panta Rhei</i> - trabalho em andamento; 5. Resultados da última conferência (Riga - Letónia); 6. Projeto de agenda para a próxima conferência (Hungria); 7. Próxima reunião do <i>Steering Group</i> .
51.ª Conferência do Grupo Panta Rhei (Budapeste, Hungria)	26 a 28 de abril de 2017	1. Uso atual da Business Intelligence em Organismos Pagadores ; 2. Uso de drones e dados Sentinel em Organismos Pagadores Apresentações: Tecnologia de Cadeia de Bloco   Sistema complexo de gestão de riscos agrícolas na Hungria   Detecção de fraude por solução de TI   Nova reforma da PAC. Posição da Comissão e calendário   Controlos no local na Dinamarca   Medidas de segurança física e ambiental   DevOps   Ideias para simplificar e modernizar a PAC a partir de uma perspetiva de TI   Panta Rhei: conclusões finais  Três Workshops: "Como utilizar a tecnologia para melhorar a futura PAC em termos de eficiência e desempenho", "Controlos preliminares e o uso de imagens de satélite para a atualização do Parcelário e Controlos no local" e "Metodologia ágil"
Reunião do Steering Group (Madrid, Espanha)	20 de junho de 2017	1. Aprovação da agenda; 2. Aprovação da Ata da última reunião do <i>Steering Group</i> ; 3. Plataforma de Colaboração <i>Panta Rhei</i> - trabalho em andamento; 4. Resultados da última Conferência (Budapeste, Hungria); 5. Projeto de agenda para a próxima Conferência (Espanha); 6. Próxima Reunião do <i>Steering Group</i>
52.ª Conferência do Grupo Panta Rhei (Madrid, Espanha)	25 a 27 de outubro de 2017	1. Uso de Serviços na Cloud; 2. Grande ciência dos dados e análise Apresentações: GDPR e como isso pode afetar as agências pagadoras/organismos pagadores   Automação de processos robóticos   DevOps   Intercâmbio eletrónico de dados entre os Estados-Membros e a DG AGRI   Definir (Satélites)   Uso de dados de satélite para controlos   Dados do Sentinel 2 nos processos do LPIS da Croácia (Fonte de Dados; desafios; atividades do projeto; apresentação em tempo real da aplicação e dos recursos)  Dois Workshops: "DIAS, quais seriam os requisitos para as agências pagadoras/organismos pagadores" e "Blockchain - Possíveis utilizações em agências pagadoras/organismos pagadores"

### Auditoria ao investimento

- No âmbito do PROMAR, e para efeitos do encerramento do FEP - continuação da realização das auditorias às operações (2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> fases), de acordo com cronograma de trabalhos acordado com a IGF;
- Prestação de informação à IGF no âmbito da ação de auditoria realizada por esta entidade à Autoridade de Certificação do PROMAR;
- Prestação de informação à IGF, no quadro da supervisão da atividade desenvolvida pelo IFAP, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria, respeitante ao controlo sobre operações;
- Realização de ações de *follow up* da implementação das recomendações formuladas pela IGF e pela ESA, no âmbito do PROMAR;
- Realização de auditoria às operações no âmbito do FEAMP, iniciada e concluída no segundo semestre.

### No âmbito das Funções Delegadas

- Conclusão da auditoria à CNA e realização da auditoria à CNJ;
- Realização de ações de *follow up* relativas às auditorias efetuadas às entidades delegadas, AJAP e CNA;
- Coordenação das ações realizadas pelos serviços no quadro da verificação das Funções Delegadas (FD), no âmbito do FEAGA e do FEADER, e elaborados os correspondentes relatórios;
- Realização de auditoria contínua, com elaboração de relatório preliminar;
- Prestação de informação no quadro da Certificação de Contas 2017.

## Auditoria interna

- Auditoria à fiabilidade e segurança do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), relativamente aos registos e identificação dos animais de espécie ovina e caprina. O SNIRA constitui um dos principais instrumentos do SIGC para efeitos de determinados pagamentos, previstos, nomeadamente, nos R.1307/2013 e R.1305/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como de outros regimes de apoio da União Europeia (UE);
- Auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEADER (NSIGC) - Ação 3.2 - Investimento na Exploração Agrícola - PDR 2020, tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor, e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros;
- Auditorias à conformidade do SGSI com os requisitos de segurança da informação da organização e com os requisitos da norma ISO/IEC 27001:2013, verificando se este está efetivamente implementado e é mantido, sendo eficaz no seu propósito de satisfação dos requisitos, constituindo uma fonte de oportunidades na sua melhoria e revisão;
- Auditoria técnica do SGSI com a avaliação dos controlos técnicos implementados no IFAP nos domínios dos controlos A.9, A.12 e A.13, de acordo com o referencial ISO 27002:2013 e as melhores práticas de mercado no âmbito da Segurança de Informação;
- Auditoria contínua ao sistema de elaboração e reporte das Estatísticas de Controlo FEADER SIGC e NSIGC, avaliando a conformidade e a fiabilidade dos procedimentos instituídos para a elaboração e reporte das estatísticas de controlo previstas na legislação europeia;
- Auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEAGA (NSIGC) - Programas Operacionais;
- Ações de *follow-up* de auditorias internas efetuadas pelo IFAP nos anos anteriores, nomeadamente, no âmbito do FEAGA e FEADER;
- Acompanhamento, em modo contínuo, e aferição das ações desenvolvidas no âmbito SGSI, com vista à melhoria contínua e manutenção da Certificação ISO/IEC 27001:2013;

- Acompanhamento de auditorias externas da DGAGRI e do TCE ao FEAGA e FEADER;
- Realização de testes informáticos às bases de dados de referência do IFAP, para pagamentos e estatísticas de ajudas diretas de animais e superfícies e apoios ao Desenvolvimento Rural;
- Prestação de informação do quadro da Certificação de Contas 2017.

### Iniciativas legislativas

- Participação ativa nos processos legislativos de elaboração e alteração dos regulamentos das ajudas SIGC e NSIGC do FEADER;
- Participação ativa no processo legislativo de alteração do regulamento de aplicação do regime de pagamento base;
- Participação ativa no processo legislativo de revisão e atualização das normas complementares de execução do regime de apoio VITIS;
- Participação ativa no processo de elaboração do regulamento de aplicação do regime de apoio ao Programa Nacional de Regadio 2020;
- Emissão de parecer sobre várias propostas legislativas relacionadas com a atividade do IFAP, designadamente enquanto organismo pagador do FEAGA e do FEADER e Organismo intermédio do FEAMP para o pagamento dos apoios aprovados.

### Procedimentos de contratação pública

- Procedimento para aquisição de serviços de controlo administrativo dos pedidos de pagamento no âmbito dos projetos de investimento (procedimento novo no IFAP);
- Procedimento do Concurso Público relativo à aquisição de fotografias aéreas;
- Procedimento do concurso limitado por prévia qualificação relativo ao controlo no local e por teledeteção para os anos de 2019 a 2021;
- Procedimento no âmbito de diversos concursos públicos de aquisição de serviços de informática;
- Manual de procedimentos-contratação pública no âmbito do MAR 2020;
- Análise de vários casos de prorrogação, rescisão e alteração contratual, bem como de cessão de posição contratual, no âmbito de diversos contratos de aquisição de serviços.

### **Pareceres emitidos e propostas de atuação com maior relevância**

- Análise no âmbito de irregularidades nos projetos de investimento relacionados com incumprimentos das regras da contratação pública;
- Pareceres no âmbito do regime jurídico de RPB, designadamente relativos ao estatuto do agricultor ativo; a atribuição e transferência de direitos ao pagamento; a casos de força maior; a redução de pagamentos e a criação de condições artificiais;
- Análise de litígios de parcelário;
- Análise de pedidos de acesso à informação e disponibilização de dados;

### **Envolvimento do IFAP em matérias de contencioso comunitário**

- Inq. CEB/2012/092/PT - Superação dos limites máximos e incumprimento dos prazos de pagamento - Superfícies;
- Inq. CEB/2013/95/PT - Superação dos limites máximos e incumprimento dos prazos de pagamento - POSEI 2010;
- Inq. CEB/2015/076/PT - Apuramento de contas exercício financeiro de 2014;
- Inq. CEB/2016/075/PT e CEB/2016/166/PT - Apuramento de Conformidade do Ex. Financeiro de 2015 e ao Encerramento dos Programas FEADER 2007-2013;
- Inq. CEB/2016/075/PT - Apuramento de contas exercício financeiro de 2015;
- Inq. FV/2014/002/PT/COL - Reconhecimento Org. Produtores/Frutas e Produtos Hortícolas;
- Inq. IR/2015/004/PT - Gestão de Dívidas FEAGA;
- Inq. LA/2012/003/PT - Apuramento de Conformidade - Ajuda alimentar às pessoas mais necessitadas;
- Inq. NAC/2013/006/PT - Medidas de apoio específico aos setores da Pecuária e do Leite;
- Inq. NAC/2016/004/PT e NAC/2016/017/PT - Medidas de apoio específico e associado ao setor bovino e Ajudas Diretas;
- Inq. RD1/2017/851/PT - PRORURAL, Eixo 1, Medida Investimento (M123) - Beneficiários privados;
- Inq. RD1/2013/804/PT - PRORURAL;

- Inq. RD1/2015/808/PT - Medidas dos Eixos 1 e 3 do PDR 2007-2013;
- Inq. RD1/2014/853/PT - Eixo 1 e 3 do FEADER / PDR 2007-2013;
- Inq. RD3/2015/015/PT - PDR do FEADER, Eixo 4 - LEADER (2007-2013);
- Inq. RD3/2016/004/PT - Assistência Técnica do PRODER;
- Inq. VT/2013/004/PT - POSEI;
- Inq. VT/2014/004/PT - Promoção do Vinho e Reestruturação da Vinha;
- Inq. XC/2015/012/PT - Condicionalidade.

## Anexo 7 - Atividades no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança da Informação

- Operar o SGSI com o objetivo da manutenção da certificação NP ISO/IEC 27001:2013, nas seguintes tarefas mais relevantes:
  - Continuar a adaptação das práticas da Instituição existentes com os requisitos do *standard* ISO/IEC 27001;
  - Melhorar as Políticas, Procedimentos e Registos que constituem o SGSI, em resultado de:
    - Necessidade de ajustes nos processos;
    - Oportunidades de melhoria apresentadas;
    - Não conformidades;
    - Incidentes registados.
  - Formação e sensibilização dos Colaboradores do IFAP em Segurança da Informação;
  - Alargamento do âmbito do SGSI incluindo o DGI;
  - Aplicação da metodologia de Gestão de Risco de Segurança da Informação, na avaliação do Risco de 2017;
  - Monitorização e acompanhamento do plano e tratamento de risco;
  - Monitorização, acompanhamento e avaliação dos resultados do Plano de Ações Corretivas (não conformidades, oportunidades de melhoria e áreas sensíveis);
  - Articulação com a Auditoria quanto à evolução do Plano de Ações Corretivas (não conformidades, oportunidades de melhoria e áreas sensíveis);
  - Realização das reuniões de Conselho de Segurança do Sistema de Informação (CSSI);

- Propor a aprovação e avaliar a divulgação da documentação referente ao SGSI, nomeadamente Ordens de Serviço, Normas de Procedimento, Registos, Planos e Manuais;
  - Atualização do Manual de Segurança do Sistema de Informação;
  - Monitorização e acompanhamento dos objetivos e das métricas definidas para o SGSI em 2017;
  - Elaboração semestral da revisão pela Gestão do SGSI;
  - Elaboração de caderno de encargos, consulta de mercado para contratação de empresa, com vista à escolha da Entidade Certificadora, acreditada pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação para a auditoria do primeiro acompanhamento da certificação NP ISO/IEC 27001:2013;
  - Avaliação e seleção das propostas apresentadas pelos fornecedores, com objetivo da escolha da Entidade Certificadora;
  - Acompanhamento das ações de auditoria interna ao SGSI realizadas em 2017;
  - Acompanhamento das ações de auditoria da Entidade Certificadora, no contexto do primeiro acompanhamento da certificação NP ISO/IEC 27001:2013 realizada em 2017;
  - Acompanhamento da Gestão de Incidentes de Segurança da Informação que ocorreram em 2017 e execução da respetiva avaliação de risco sempre que se justificou (incidentes);
  - Garantir os contactos com Grupos de Interesse Especial no contexto da Segurança da Informação (contactos com o Centro Nacional de Cibersegurança - CNCS e com a área de segurança do Banco de Portugal - BdP).
- Integração no grupo de trabalho do RGPD criado pela Deliberação do Conselho Diretivo nº 3414/2017, com o objetivo de diagnosticar, planear e implementar as ações necessárias ao cumprimento das obrigações do IFAP no contexto do R.2016/679;
  - Identificação e apresentação de medidas de atuação, nomeadamente:
    - Identificação de requisitos legais, contratuais e de negócio;
    - Controlo de Acessos;
    - Gestão de Alterações;

- Respostas às recomendações sobre o Sistema de Segurança da Informação na certificação de contas de 2016;
- Execução de testes da ferramenta de gestão de incidentes de segurança, em articulação com o DSI e o fornecedor externo;
- Atualização dos conhecimentos dos Coordenadores de Segurança da Informação (CSI), tendo em consideração o alinhamento com a atualidade;
- Elaboração do orçamento da Segurança da Informação de 2018 e 2019, em articulação com o DSI e DGR.

## Anexo 8 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários

### 1. Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº 2, do art. 15º da Lei nº 66 B/2007, foi implementada, desde o ano de 2010, a distribuição dos Inquéritos de Satisfação aos beneficiários na sala de Atendimento Presencial do IFAP, com vista a avaliar não só o grau de satisfação dos beneficiários em relação aos serviços prestados pelo *Contact Center* do IFAP, como também as condições de atendimento oferecidas e a capacidade e competência dos técnicos que presencialmente prestam informações aos beneficiários.

Em 2017 foram contabilizadas 1913 presenças na sala de atendimento, tendo sido recolhidos 534 inquéritos devidamente preenchidos pelos beneficiários, o que correspondeu a uma amostra de 27.9%.

Em termos comparativos com o ano de 2016, verificou-se um aumento no número de participantes nos inquéritos (em 2016 haviam sido contabilizados 473 inquéritos), apesar da significativa redução no volume de presenças na sala de atendimento, que em 2016 tinha sido de 2548 (Quadro 1 - Evolução da percentagem da amostra).

Quadro 1 - Evolução da percentagem da amostra

Ano civil	2015	2016	2017
Nº inquiridos no atendimento	2965	2548	1913
Nº inquéritos preenchidos	317	473	534
Percentagem da amostra	10.7%	18.6%	27.9%

### 2. Metodologia

Os inquéritos foram disponibilizados aos beneficiários que se deslocaram ao atendimento presencial do IFAP, no período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2017.

Relativamente aos anos anteriores, mantiveram-se os três grandes grupos de classificação:

- Atendimento
- Organização
- Instalações

Mantiveram-se igualmente dois grupos informativos, com o intuito de efetuar uma caracterização dos inquiridos:

- Faixa etária
- Concelho de residência

Na apresentação dos resultados, os concelhos foram organizados por distrito, para facilitar a leitura dos dados.

O primeiro grupo de perguntas, relativo ao Atendimento, é constituído por seis questões, o grupo “Organização” por uma questão e o grupo “Instalações” por duas questões.

Foi utilizada uma escala com cinco níveis, para a avaliação do grau de satisfação: Mau, Insuficiente, Satisfaz, Bom e Muito Bom, convertida posteriormente em escala numérica de 1 a 5 (Quadro 3).

Foi ainda atribuída uma ponderação respeitante à relevância de cada uma destas questões, permitindo estabelecer um barómetro para o atendimento presencial, classificativo do grau de satisfação obtido pelo beneficiário (Quadro 3).

Semanalmente foi realizada uma análise sucinta dos resultados obtidos.

### **3. Resultados**

Apresentam-se, seguidamente, os gráficos que traduzem os resultados do inquérito e a respetiva análise.

#### **Caracterização dos inquiridos**

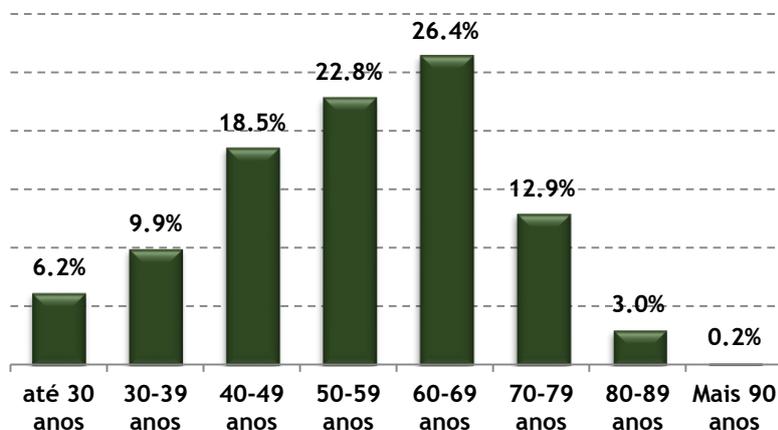
A caracterização dos inquiridos é apresentada com base na faixa etária e no distrito de residência.

- **Faixa etária**

Do total de participantes, o escalão mais representativo situou-se na faixa etária entre os 60 e os 69 anos (26.4%). A faixa etária entre 50 e 59 anos apresentou igualmente um peso significativo, de 22.8%, e a compreendida

entre os 40 e os 49 anos, de 18.5%. Os restantes escalões foram menos expressivos, conforme é possível observar no gráfico 1.

Gráfico 1 -Faixa Etária dos inquiridos

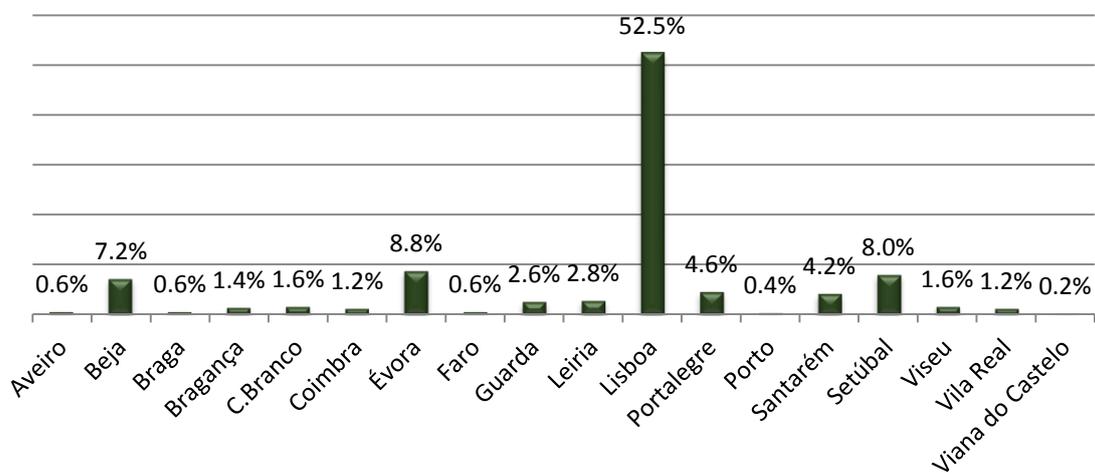


- **Distrito de residência**

De acordo com a informação recolhida, no período em análise os beneficiários que procuraram o canal de atendimento presencial do IFAP eram oriundos de 106 concelhos de residência diferentes. Agregando por distrito, destaca-se Lisboa, com 52.5%. Com valores significativamente menores, mas com valores acima dos restantes distritos, encontram-se Évora, Setúbal e Beja, com 8.8%, 8.0% e 7.2%, respetivamente (Gráfico 2).

Desde 2015 tem vindo a aumentar o número de concelhos de residência dos beneficiários que procuram o atendimento presencial do IFAP. Em aproximadamente 6% dos inquéritos preenchidos, não foi identificado o concelho de residência.

Gráfico 2 -Distrito de residência dos inquiridos

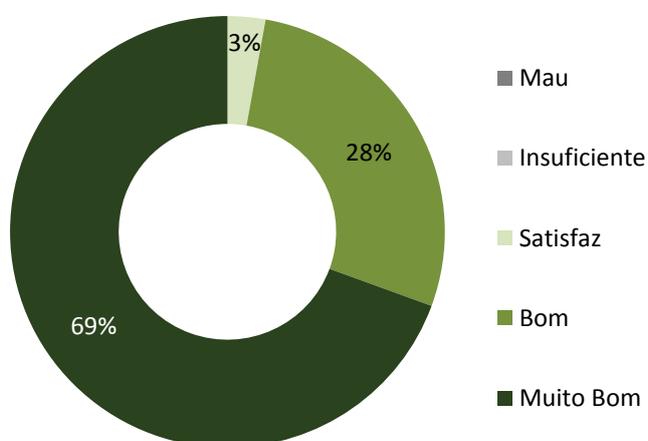


## Atendimento

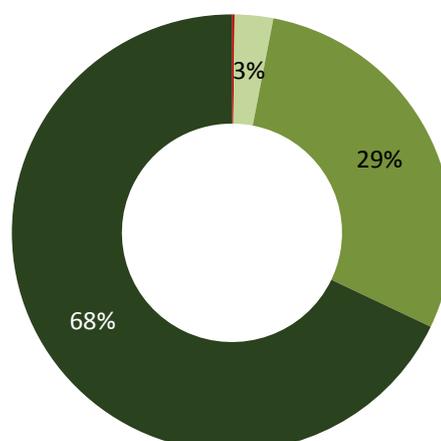
Foram colocadas seis questões, as quais pretendiam avaliar o atendimento recebido, a amabilidade e disponibilidade dos técnicos, a clareza e simplicidade da linguagem, a competência e o profissionalismo, e, ainda, se foi proveitosa e recomendável a deslocação ao IFAP. Os resultados são apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Atendimento

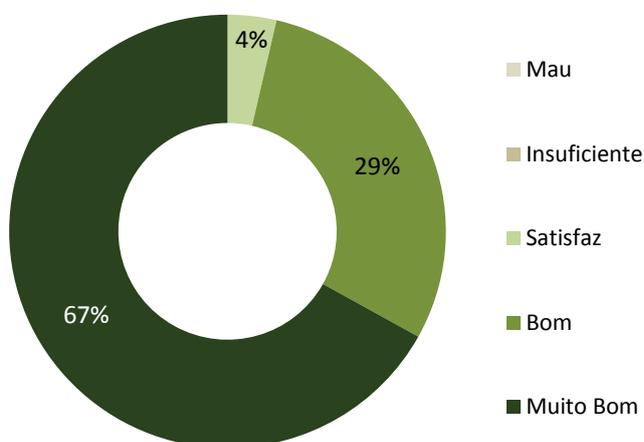
1. Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos?



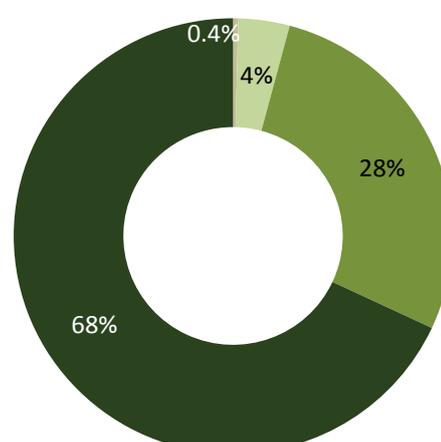
2. Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos?



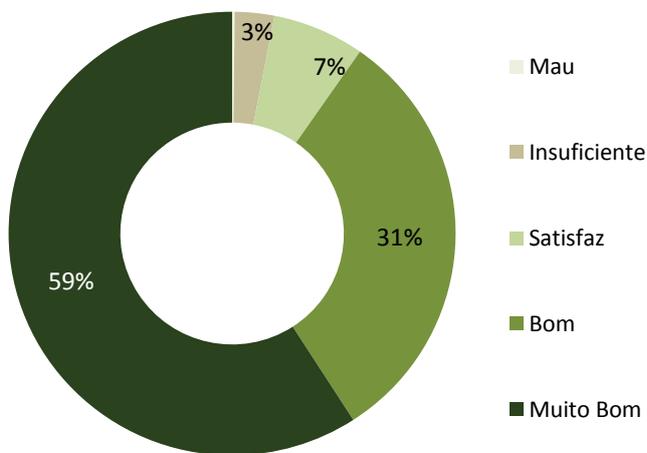
3. Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos?



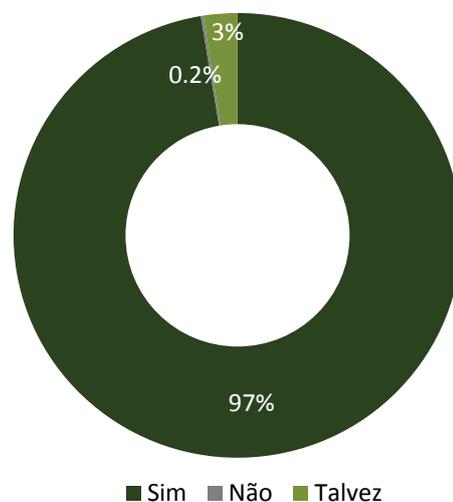
4. Como avalia globalmente o atendimento recebido?



5. Como classifica a sua vinda ao atendimento?



6. Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário?



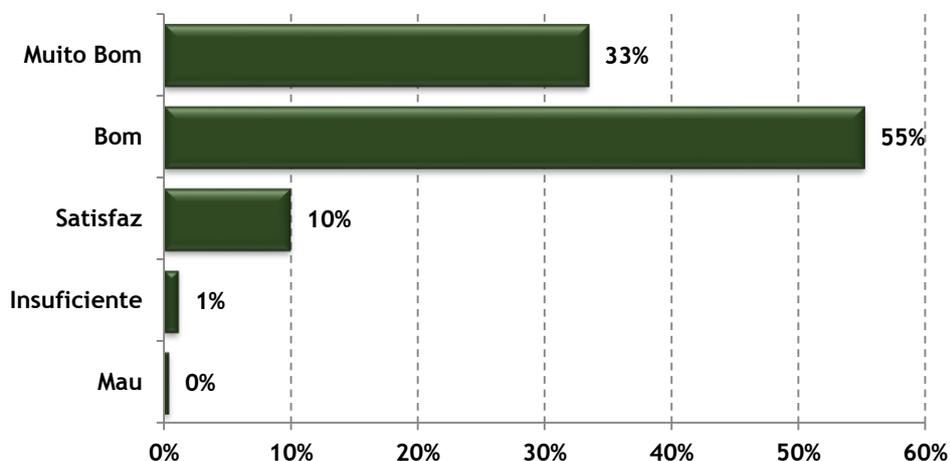
### Instalações

As duas questões relativas às instalações abrangeram a localização e as condições da sala de atendimento. Esta questão é tradicionalmente a menos pontuada no que respeita à avaliação.

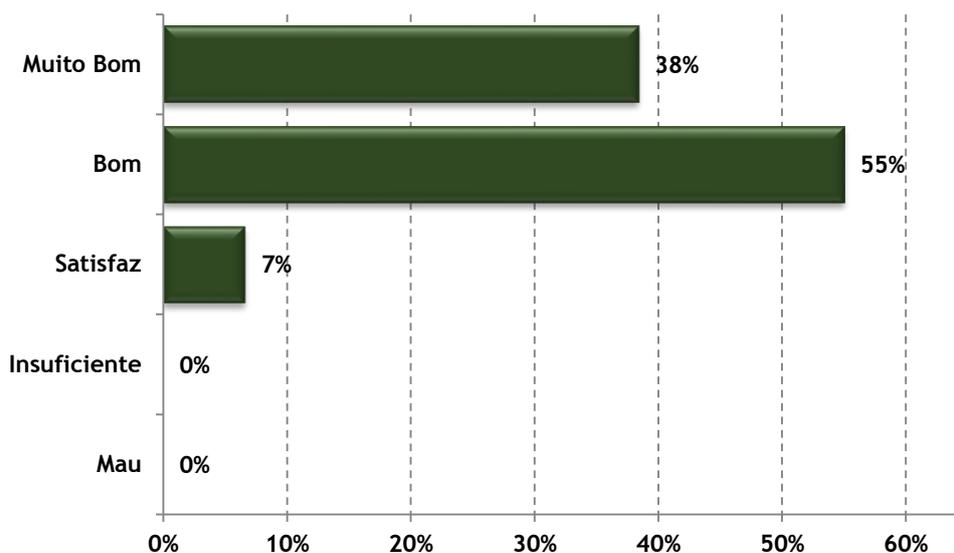
Cerca de 88% dos inquiridos classificaram com “Bom” ou “Muito Bom” tanto a localização das instalações, como as respetivas condições, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4 - Instalações

### Como avalia a localização das instalações do atendimento?



### Como avalia as condições das instalações do atendimento?

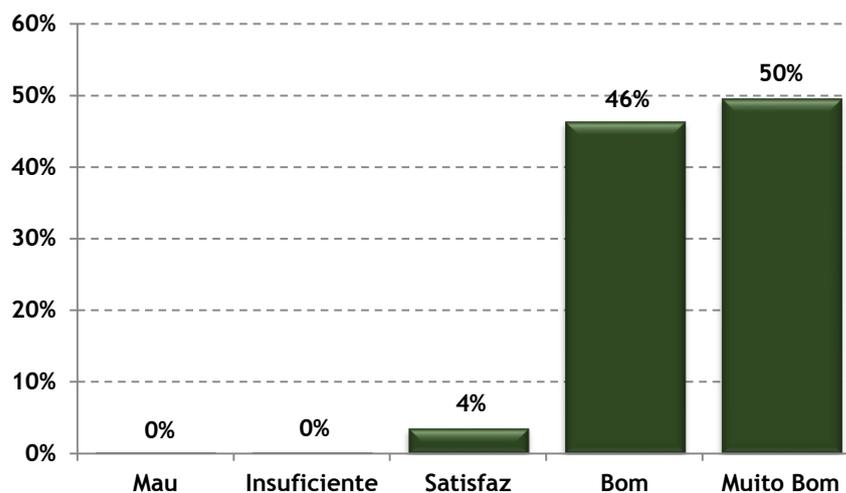


### Organização

A organização dos serviços de atendimento presencial, obteve uma avaliação de “Bom” ou “Muito Bom” em 96% das respostas, de acordo com o gráfico 5.

Gráfico 5 - Organização

### Como avalia a organização do atendimento?



## Barómetro de satisfação

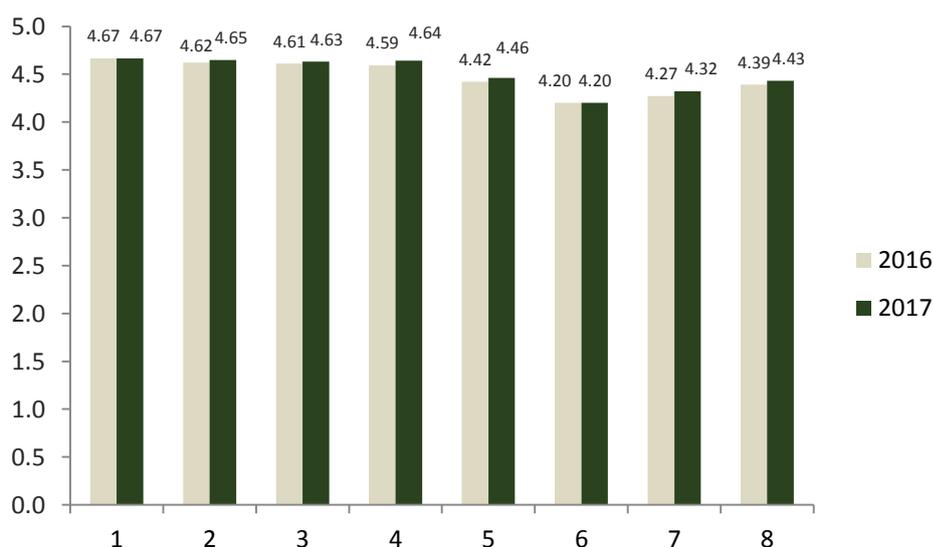
A aplicação às respostas da pontuação e ponderação definidas no ponto 3 teve como resultado o Barómetro para o Atendimento presencial, apresentado no quadro 3:

Quadro 2- Barómetro de satisfação - análise comparativa 2016 e 2017

Quadro 2 - Barómetro de satisfação - análise comparativa 2016 e 2017

Grupos	Questões	2016		2017	
		Pontuação	Resultado final	Pontuação	Resultado final
1 - Atendimento	Amabilidade e disponibilidade	4.67	4.53	4.67	4.57
	Clareza e simplicidade da linguagem	4.62		4.65	
	Competência e Profissionalismo	4.61		4.63	
	Avaliação global do atendimento	4.59		4.64	
	Foi proveitosa a sua vinda ao atendimento?	4.42		4.46	
2- Instalações	Avaliação da localização das instalações	4.20		4.20	
	Avaliação das condições das instalações	4.27		4.32	
3- Organização	Avaliação da organização do atendimento?	4.39		4.43	

Gráfico 6 - Barómetro de satisfação - Análise comparativa 2016 e 2017



Pode-se constatar que no decurso do ano de 2017, em termos médios, a satisfação do beneficiário relativamente ao Atendimento Presencial no IFAP atingiu um valor

de 4.57 numa escala de 1 a 5, não existindo nenhuma questão no Inquérito que, em termos médios, tivesse sido classificada negativamente.

As questões melhor pontuadas estão relacionadas com a “Amabilidade e Disponibilidade” (4.67), seguida de “Clareza e simplicidade da linguagem” (4.65).

A questão menos pontuada é a questão relativa à “Avaliação da Localização das Instalações” (4.20), seguida da “Avaliação das condições das instalações (4.32).

Comparativamente com o período homólogo de 2016, verifica-se uma melhoria na pontuação, praticamente em todas as questões.

#### **4. Considerações Gerais**

O presente documento apresentou os resultados mais relevantes do inquérito de satisfação dos beneficiários no atendimento presencial.

Na questão relativa a sugestões/observações, as críticas deixadas neste espaço aberto foram, de uma forma geral, relacionadas com atrasos nos pagamentos, tempos de espera no atendimento, extratos de pagamentos com descritivos pouco perceptíveis e a falta de coordenação entre todos os serviços envolvidos. Também foram aqui tecidos elogios tanto ao serviço prestado como aos colaboradores que nele intervieram.

#### **5. Conclusões**

Da análise dos dados obtidos, conclui-se que a maioria dos beneficiários que responderam ao Inquérito recomenda os serviços de atendimento do IFAP a outro beneficiário (97%), verificando-se uma pequena descida de resultados face a igual período em 2016 (98.10%).

O Atendimento Presencial no IFAP atingiu um grau de satisfação bastante elevado (4.52), com especial destaque para o Grupo “Atendimento”.

Nenhuma questão foi classificada no Inquérito, em termos médios, de forma negativa.

O aspeto menos positivo está relacionado com a “Localização das instalações”, mas o grau de satisfação obtido neste Grupo ainda consegue atingir uma boa pontuação (4.20).



Quadro 3- Grupos de classificação, classificação numérica e ponderação

Grupos	Questões	Classificação		Ponderação
		Qualitativa	Numérica	
1 - Atendimento	1.1 - Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos	Mau	1	5%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
	1.2 - Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos	Mau	1	15%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
	1.3 - Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos	Mau	1	20%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
	1.4 - Como avalia globalmente o atendimento recebido?	Mau	1	25%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
1.5 - Como classifica a sua vinda ao atendimento? Foi proveitosa?	Mau	1	25%	
	Insuficiente	2		
	Satisfaz	3		
	Bom	4		
	Muito bom	5		
2 - Instalações	2.1 - Como avalia a localização das instalações de atendimento?	Mau	1	2.5%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
	2.2 - Como avalia as condições das instalações de atendimento?	Mau	1	2.5%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	
3 - Organização	3.1 - Como avalia a organização do atendimento?	Mau	1	5%
		Insuficiente	2	
		Satisfaz	3	
		Bom	4	
		Muito bom	5	

Quadro 4 - - Barômetro de satisfação - Atendimento presencial 2017

Grupos	Questões	Classificação	Volume	Pontuação	Resultado final
1 - Atendimento	Amabilidade e disponibilidade	1 - Mau		4.67	4.57
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	15		
		4 - Bom	148		
		5 - Muito bom	370		
	Clareza e simplicidade da linguagem	1 - Mau		4.65	
		2 - Insuficiente	1		
		3 - Satisfaz	15		
		4 - Bom	154		
		5 - Muito bom	360		
	Competência e Profissionalismo	1 - Mau		4.63	
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	19		
		4 - Bom	155		
		5 - Muito bom	352		
	Avaliação global do atendimento	1 - Mau		4.64	
		2 - Insuficiente	2		
		3 - Satisfaz	20		
		4 - Bom	147		
		5 - Muito bom	360		
Foi proveitosa a sua vinda ao atendimento?	1 - Mau	1	4.46		
	2 - Insuficiente	15			
	3 - Satisfaz	35			
	4 - Bom	164			
	5 - Muito bom	311			
2- Instalações	Avaliação da localização das instalações	1 - Mau	2	4.20	
		2 - Insuficiente	6		
		3 - Satisfaz	53		
		4 - Bom	294		
		5 - Muito bom	178		
	Avaliação das condições das instalações	1 - Mau		4.32	
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	35		
		4 - Bom	291		
		5 - Muito bom	203		
3- Organização	Avaliação da organização do atendimento?	1 - Mau		4.43	
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	25		
		4 - Bom	245		
		5 - Muito bom	262		

Quadro 5 - - Barômetro de satisfação - Atendimento presencial 2016

Grupos	Questões	Classificação	Volume	Pontuação	Resultado final
1 - Atendimento	Amabilidade e disponibilidade	1 - Mau	0	4.67	4.53
		2 - Insuficiente	0		
		3 - Satisfaz	12		
		4 - Bom	132		
		5 - Muito bom	329		
	Clareza e simplicidade da linguagem	1 - Mau		4.62	
		2 - Insuficiente	0		
		3 - Satisfaz	15		
		4 - Bom	152		
		5 - Muito bom	306		
	Competência e Profissionalismo	1 - Mau		4.61	
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	14		
		4 - Bom	155		
		5 - Muito bom	304		
	Avaliação global do atendimento	1 - Mau		4.59	
		2 - Insuficiente	1		
		3 - Satisfaz	16		
		4 - Bom	160		
		5 - Muito bom	296		
Foi proveitosa a sua vinda ao atendimento?	1 - Mau	4	4.42		
	2 - Insuficiente	4			
	3 - Satisfaz	38			
	4 - Bom	168			
	5 - Muito bom	259			
2- Instalações	Avaliação da localização das instalações	1 - Mau	1	4.20	
		2 - Insuficiente	3		
		3 - Satisfaz	60		
		4 - Bom	246		
		5 - Muito bom	163		
	Avaliação das condições das instalações	1 - Mau		4.27	
		2 - Insuficiente			
		3 - Satisfaz	49		
		4 - Bom	484		
		5 - Muito bom	176		
3- Organização	Avaliação da organização do atendimento?	1 - Mau		4.39	
		2 - Insuficiente	1		
		3 - Satisfaz	29		
		4 - Bom	229		
		5 - Muito bom	214		

## Anexo 9 - Balanço Social

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)															1										1	0	1	
Dirigente Superior de 2.º grau a)															2	1										2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)															5	5										5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)															16	12										16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)															4	10										4	10	14
Técnico Superior										117	202															117	202	319
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo										56	85															56	85	141
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar										10	4															10	4	14
Informático										24	9															24	9	33
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Pessoal de Inspecção																										0	0	0
Outro Pessoal																										0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	207	300	0	0	0	0	28	28	0	0	0	0	0	0	0	0	235	328	563

Prestações de Serviços	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
<b>Total</b>	0	0	0

### Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género**

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Dirigente Superior de 1.º grau a)																		1								1	0	1	
Dirigente Superior de 2.º grau a)															1		1			1							2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)													3	2	2	2			1								5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											4	2	8	5	2	3	2	2									16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											2	6	2	1		2		1									4	10	14
Técnico Superior							1	3	2	10	18	47	27	67	23	33	24	26	16	14	6	2					117	202	319
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						1		1	2		5	4	5	15	15	11	14	24	14	27	1	2					56	85	141
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											1		1	2	1	1	3		3	1	1						10	4	14
Informático									1	1	10	1	6	3	2		2	2	3	2							24	9	33
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Outro Pessoal																											0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	1	1	4	5	11	40	60	52	95	46	52	47	56	36	45	8	4	0	0	0	235	328	563	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Tarefas																											0	0	0
Avanços																											0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Leque etário = Trabalhador mais idoso ---

Trabalhador menos idoso ---

**67 anos**

**29 anos**

**Notas:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género**

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)	1																			1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)	2	1																		2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)				1	1	2	2			1	2	1								5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)			1		1	2	9	4	3	3	2	2		1						16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)				1	3	2	1	5		2										4	10	14
Técnico Superior	7	14	11	32	18	23	22	40	14	41	17	35	9	5	18	11	1	1	117	202	319	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			4	2	4		3	10	3	13	20	34	4	8	12	17	6	1	56	85	141	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			2						2		5	3			1	1			10	4	14	
Informático	1		1	3	1		16	3	2	1	2	1	1			1			24	9	33	
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0	
Pessoal de Inspeção																			0	0	0	
Outro Pessoal																			0	0	0	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>39</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>53</b>	<b>62</b>	<b>24</b>	<b>61</b>	<b>48</b>	<b>76</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>235</b>	<b>328</b>	<b>563</b>	

**Notas:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género**

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)															1						1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)															1	1			1		2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)															5	5					5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)													1		14	11	1	1			16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)															4	10					4	10	14
Técnico Superior							1	1	4	2	7	5	3		97	181	5	13			117	202	319
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					2		11	8	10	6	32	69	1			2					56	85	141
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			1		3	1	3		1		2	3									10	4	14
Informático							1	1	1	2	10		1	1	11	5					24	9	33
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	0
Pessoal de Inspeção																					0	0	0
Outro Pessoal																					0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>51</b>	<b>77</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>133</b>	<b>215</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>235</b>	<b>328</b>	<b>563</b>

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Notas:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)							0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior				1	1		1	1	2
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo				1			0	1	1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							0	0	0
Informático							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas							0	0	0
Avenças							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Notas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente Dirigente (Leis n.º2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género**

Grupo/cargo/carreira	Menos que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70		TOTAL		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Dirigente Superior de 1.º grau a)																												0	0	0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																													0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																													0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)														1															0	1	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior													1	1				1	1	1									2	3	5
Assistente Técnico, Técnico de nível												1		1			2		2		2		1						0	9	9
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar Informático																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	0	2	0	3	1	3	0	1	0	0	0	0	2	13	15	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		TOTAL					
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
Tarefas																													0	0	0	
Àvenças																														0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

**Notas:**

Considerar o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente Dirigente (Leis nº2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação**

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade Interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)									1						1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)									2	1					2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)									2						2	0	2
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)		1							1						1	1	2
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)										1					0	1	1
Técnico Superior	5	2					5			1	2	4	5	6	12	18	30
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo							1								0	1	1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar															0	0	0
Informático	2														2	0	2
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>42</b>

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Notas:**

Considerar o total de efetivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro inclusive;

\* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade Interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)																					1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)																					3		3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																			1		1	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)			1												1						3		4	1	5
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																						1	0	1	1
Técnico Superior																							0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo																							0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar Informático																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	

**Notas:**

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artº 10 da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento coletivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade Interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																														0	0	0
Técnico Superior					2	4																	8	9			3	7	13	20	33	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						1																				1	2	1	3	4		
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar Informático																								1					0	1	1	
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0	
Pessoal de Inspeção																													0	0	0	
<b>Total</b>	0	0	0	0	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	10	0	0	4	9	14	24	38	

**Notas:**

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	TOTAL
Dirigente Superior de 1.º grau a)						0
Dirigente Superior de 2.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	1				1	2
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	1				3	4
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	2				4	6
Técnico Superior	35			1	27	63
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	5				2	7
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	2			1		3
Informático	1					1
Pessoal de Investigação Científica						0
Pessoal de Inspeção						0
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>37</b>	<b>86</b>

**Notas:**

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o nº de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior											0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo											0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											0	0	0
Informático							1	1			1	1	2
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Notas:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro)

**Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género**

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)													2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)													5	5	5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)													16	12	16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)													4	10	4	10	14
Técnico Superior			108	157			8	39			1	6			117	202	319
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			53	79			2	6			1				56	85	141
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			10	4											10	4	14
Informático			21	6				1	3	2					24	9	33
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Outro Pessoal															0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>192</b>	<b>246</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>46</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>235</b>	<b>328</b>	<b>563</b>

**Notas:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Grupo/cargo/carreira	PNT inferior ao praticado a tempo completo																		TOTAL		TOTAL	
	Tempo completo						Semana de 4 dias (D.L. 325/99)	Regime especial (D.L. 324/99)	Jornada Contínua e Estatuto Trab Estudante	Meia Jornada	Tempo parcial	Amamentação	M	F	Atenção! (1) - Células abertas para indicar nº horas/semana							
	35 horas		42 horas		Isenção de horário										28 horas		17 h 30'		30 horas			Meia Jornada
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			M	F	M	F	M	F		
	Dirigente Superior de 1.º grau a)					1																1
Dirigente Superior de 2.º grau a)					2	1														2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					5	5														5	5	10
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					16	12														16	12	28
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					4	10														4	10	14
Técnico Superior	108	157										9	40		1		1		3	117	202	319
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	53	79										3	6							56	85	141
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	10	4																		10	4	14
Informático	24	8											1							24	9	33
Pessoal de Investigação Científica																				0	0	0
Pessoal de Inspeção																				0	0	0
Outro Pessoal																				0	0	0
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>248</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>235</b>	<b>328</b>	<b>563</b>	

**Notas:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(\*) - Trabalho a tempo parcial (artº142 da Lei nº 59/2008) ou regime especial (artº 12º do DL nº 259/98): indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

No caso dos estabelecimentos de ensino com mais de três horários incompletos utilizar os seguintes intervalos: Menor que 12 horas/de 12 a 17 horas/maior que 17 horas

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	269:30	49:30			51:30	20:30	208:00	36:30	19:00	20:30	548:00	127:00	675:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	47:00	2950:30			70:00	9:00	99:00	245:00	11:30	9:00	227:30	3213:30	3441:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	3182:30				39:30		141:00				3363:00	0:00	3363:00
Informático	5:30				26:30		30:00				62:00	0:00	62:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>3504:30</b>	<b>3000:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>187:30</b>	<b>29:30</b>	<b>478:00</b>	<b>281:30</b>	<b>30:30</b>	<b>29:30</b>	<b>4200:30</b>	<b>3340:30</b>	<b>7541:00</b>

Notas:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;  
O trabalho extraordinário diurno e noturno só contempla o trabalho extraordinário efetuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho noturno normal		Trabalho noturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>

**Notas:**

Considerar o total de horas efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas; Este quadro refere-se apenas a trabalho noturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho noturno extraordinário” neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efetuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados. Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género ~

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador- estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)																												0.0	0.0	0.0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																												0.0	0.0	0.0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																												0.0	0.0	0.0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							16.0																					0.0	16.0	16.0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																												0.0	0.0	0.0
Técnico Superior	15.0	45.0	26.0	1179.0	32.0	86.0	1014.0	1063.0	345.0		117.0	199.0	14.0	10.0	11.0	17.0	9.0	5.0							411.0	585.0	1995.0	3189.0	5184.0	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	7.0				38.0	51.0	210.0	1265.0		33.0	40.0	34.0	16.0	9.0	41.0	8.0	3.0	9.0							120.0	172.0	476.0	1581.0	2057.0	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							61.0	12.0									2.0								9.0	3.0	72.0	15.0	87.0	
Informático	27.0		98.0		3.0	3.0	267.0	436.0			17.0				2.0		8.0					1.0				1.0	422.0	441.0	863.0	
Pessoal de Investigação Científica																												0.0	0.0	0.0
Pessoal de Inspeção																												0.0	0.0	0.0
<b>Total</b>	<b>49.0</b>	<b>45.0</b>	<b>124.0</b>	<b>1179.0</b>	<b>73.0</b>	<b>140.0</b>	<b>1552.0</b>	<b>2792.0</b>	<b>345.0</b>	<b>33.0</b>	<b>174.0</b>	<b>233.0</b>	<b>30.0</b>	<b>19.0</b>	<b>54.0</b>	<b>25.0</b>	<b>22.0</b>	<b>14.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>2.0</b>	<b>1.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>540.0</b>	<b>761.0</b>	<b>2965.0</b>	<b>5242.0</b>	<b>8207.0</b>	

Notas:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
05/26	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	6:00	604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>6:00</b>	

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
10/27	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	2	7:00	604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7:00</b>	

(\*) Período Normal de Trabalho

## Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respetiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)	Número de trabalhadores			
	Género / Escalão de remunerações	M	F	Total
Até 500 €				0
501-1000 €	10	15		25
1001-1250 €	35	68		103
1251-1500 €	35	40		75
1501-1750 €	31	70		101
1751-2000€	19	49		68
2001-2250 €	33	28		61
2251-2500 €	18	19		37
2501-2750 €	16	7		23
2751-3000 €	9	8		17
3001-3250 €	4	2		6
3251-3500 €	14	15		29
3501-3750 €	0	1		1
3751-4000 €	7	5		12
4001-4250 €				0
4251-4500 €				0
4501-4750 €				0
4751-5000 €				0
5001-5250 €	1	1		2
5251-5500 €	1			1
5501-5750 €				0
5751-6000 €	1			1
Mais de 6000 €	1			1
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>328</b>		<b>563</b>

#### Notas:

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género

iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

## B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima ( € )	557.00 €	799.76 €
Máxima ( € )	6 469.56 €	5 175.66 €

Nota:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

## Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	14 201 138.34 €
Suplementos remuneratórios	810 829.44 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	890 570.52 €
Benefícios sociais	
Outros encargos com pessoal (**)	4 526 827.53 €
<b>Total</b>	<b>20 429 365.83 €</b>

Nota:

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

### Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	50 455.71 €
Trabalho normal noturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	12 146.21 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	20 859.36 €
Abono para falhas	3 971.68 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	62 816.53 €
Representação	616 212.65 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios (***)	44 367.30 €
<b>Total</b>	<b>810 829.44 €</b>

**Nota:**

(\*) se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e noturno);

### Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)	2 286.92 €
Abono de família	5 205.49 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	214.93 €
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	1 336.95 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	767 754.96 €
Outras prestações sociais	113 771.27 €
<b>Total</b>	<b>890 570.52 €</b>

### Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
<b>Total</b>	<b>0.00 €</b>

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere						
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	1				2					2	
	F	1				1	0						
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0					2					2	
	F	1				1	0						
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0					345					345	
	F	33				33	0						
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					0						
	F	0					0						

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais.

Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho

**Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho**

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

**Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano**

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

**Notas:**

(\*) Conforme lista constante do DR nº6/2001, de 3 de maio, atualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de julho.

**Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano**

Atividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efetuados:	188	0.00 €
Exames de admissão	13	
Exames periódicos	174	
Exames ocasionais e complementares	1	
Exames de cessação de funções	0	
Despesas com a medicina no trabalho		13 000.00 €
Visitas aos postos de trabalho	4	

**Nota:**

(\*) Incluir nas despesas com a medicina do trabalho, as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afeto.

**Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

**Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional**

Segurança e saúde no trabalho ações de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

**Nota:**

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro.

### Quadro 25: Número de ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho ações de formação	Número
Ações realizadas durante o ano	4
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	592

### Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	13 000.00 €
Equipamento de proteção (b)	16 116.00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

#### Notas:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos fatores de risco

### Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	567	19	19		605
Externas	112	7	2		121
<b>Total</b>	<b>679</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>726</b>

#### Notas:

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- ação interna, organizada pela entidade;
- ação externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +...+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

**Quadro 28: Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação**

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Nº de participações		TOTAL	
	Ações internas	Ações externas	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)			0	
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	11	11	22	
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	32	42	74	
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	17	23	40	
Técnico Superior	421	31	452	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	109	2	111	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	7		7	
Informático	8	12	20	
Pessoal de Investigação científica			0	
Pessoal de Inspeção			0	
<b>Total</b>	<b>605</b>	<b>121</b>	<b>726</b>	<b>0</b>

**Notas:**

(\*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +...+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(\*\*) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto);

**Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação**

Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas	Horas dispendidas em ações internas	Horas dispendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)			0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	294:00	125:00	419:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	821:00	408:00	1229:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	628:00	266:00	894:00
Técnico Superior	7137:00	447:50	7584:50
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1752:00	48:00	1800:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	126:00		126:00
Informático	147:00	303:00	450:00
Pessoal de Investigação científica			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00

**Notas:**

Considerar as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;  
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto)

**Quadro 30: Despesas anuais com formação**

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	60 319.51 €
Despesa com ações externas	42 533.59 €
<b>Total</b>	<b>102 853.10 €</b>

**Notas:**

i) Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

### Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	201
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	7
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

### Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	1
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	1
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	1
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

#### Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas